

Wladmir Pinheiro

MATOGIA E MARATA

OS CAVALEIROS DA FÉ

Wladmir Pinheiro

MAGIA E MARATA

OS CAVALEIROS DA FÉ

Salvador, 2010

PINHEIRO, Wladmir

Matota e Marata: os Cavaleiros da fé – Livro-reportagem sobre um caso de sacrifício religioso / Wladmir Pinheiro: 2010. 155 p.

Orientadora: Prof^o Dr^a Malu Fontes

Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2010.

1. Livro-reportagem 2. Religião 3. Pentecostalismo 4. Fanatismo 5. Sacrifício 6. Criança

Para Maria Ísis

Se queres ser universal,
começa por pintar a tua aldeia.

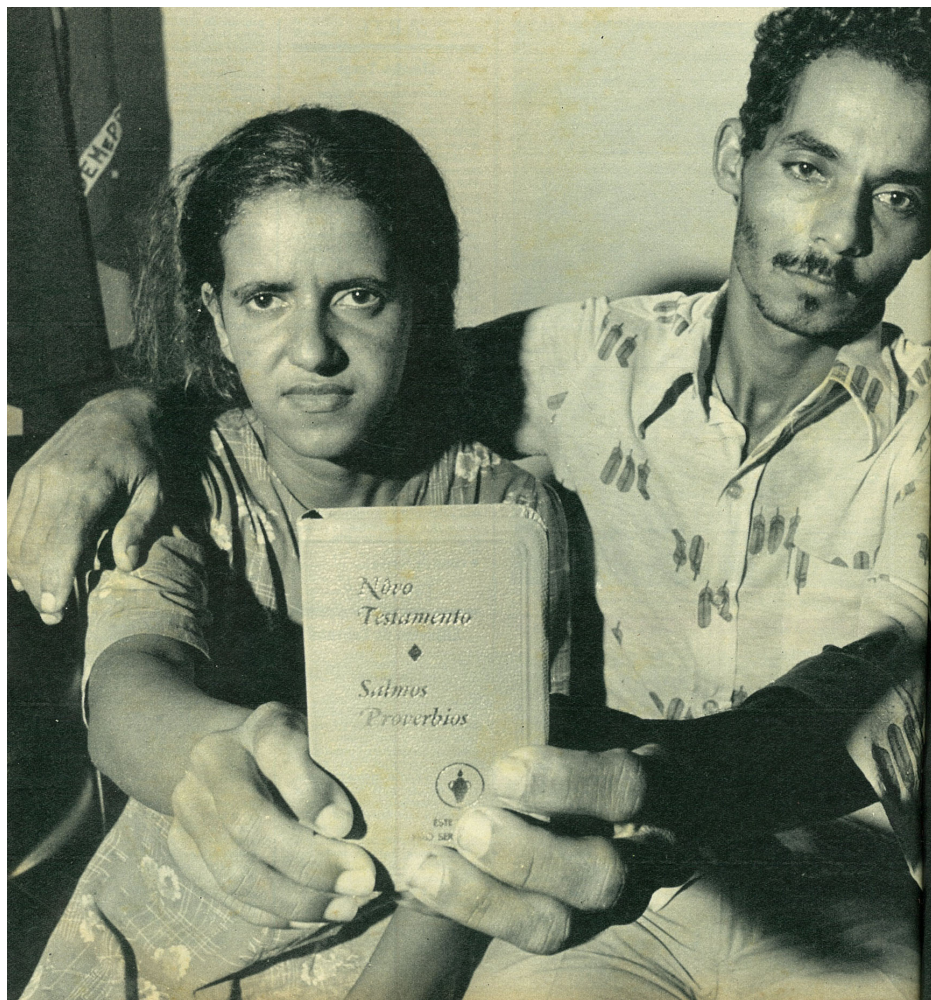
Liev Tolstói

Jesus dizia, pois, aos judeus que
criam nele: Se vós permanecerdes na minha palavra,
verdadeiramente, sereis meus discípulos e conhecereis
a verdade, e a verdade vos libertará.

João 8. 31-32

PRÓLOGO	15
REGRESSOS DO MAR	17
TRAIÇÃO DE ALÁQUIS	27
NA COVA DOS LEÕES	37
MATOTA E MARATA	41
MAIS UM ACHADO	55
MUNDO NOVO	61
FAZENDA HAVANA	73
O BATISMO	83
NOTAS DO INTERIOR	89
ARRIBAÇÃO	97
REENCONTRO	103
NO CÁRCERE	113
SEM VERMIZ OU VELUDO	121
NOITE DE SACRIFÍCIO	127
MONTE DAS OLIVEIRAS	133
CASTIGOS E PUNIÇÕES	139
EPÍLOGO	151
ANEXOS	154

ÍNDICE



Maria Nilza (Marata) e José Maurino (Matota), criadores da Universal Assembleia dos Santos
| FOTO REVISTA MANCHETE
Edição de 28 de maio de 1977



Em pé, da esquerda para a direita, Lourivalda (Abigail), José Catarino (Jacó), Almerinda (Raquel) e Romildes (Eloquis). Sentados, o casal Marata e Matota
| FOTO REVISTA MANCHETE
Edição de 28 de maio de 1977



Rua principal do povoado
de Barra, em Mundo Novo
| FOTO REVISTA MANCHETE
Edição de 28 de maio de 1977



Cemitério da Quinta dos Lázaros: enterro
das crianças afogadas no sacrifício da
Universal Assembleia dos Santos
| FOTO REVISTA MANCHETE
Edição de 28 de maio de 1977

PRÓLOGO

O Nordeste do Brasil, pela condição de existência dos chamados bolsões de pobreza e pelo histórico de descaso e abandono ao longo dos anos, tornou-se terreno fértil para toda a sorte de superstições e misticismos. Fronteira tênue separa fé e fanatismo, sendo possível testemunhar, durante o século XX, o surgimento de inúmeros casos de movimentos religiosos baseados em figuras místicas e carismáticas nos mais afastados rincões do país. Em História do fanatismo religioso no Ceará (1959), o sociólogo e jornalista Abelardo Montenegro enumera algumas das causas que provocariam a proliferação desses tipos na região. Segundo ele, a religiosidade (forte traço cultural das pequenas vilas), as procissões, as mulheres rezadeiras, os ‘profetas de chuva’ (pessoas que ganham admiração e reconhecimento da sociedade por preverem as épocas de chuva no sertão), as superstições e os milagres são marcas que fazem brotar beatos, penitentes e fanáticos. Exemplo maior dessa conjunção pode ser observado no surgimento do líder carismático Antônio Conselheiro e na formação da cidade de Canudos.

Embora o livro-reportagem Matota e Marata: Os cavaleiros da fé aborde situação semelhante descrita por Abelardo Montenegro, não houve intenção aqui de realizar qualquer análise sociológica ou psicológica que explicasse os motivos que levaram à formação da seita ou à morte das oito crianças em um ritual de sacrifício, ou ainda ao surgimento do pastor Matota e sua mulher Marata na condição de líderes religiosos. O objetivo é tão somente contar essa história através de um trabalho eminentemente jornalístico, e lançar um outro olhar sobre questões de religiosidade e fé na atualidade.

O autor.

REGRESSOS
DO MAR

Salvador, 1º de maio de 1977

As ondas que quebraram entre as praias de Ipitanga e Stella Maris, naquela primeira madrugada de maio, trouxeram mais do que o habitual lixo descartado pelos pescadores e as oferendas recusadas pelos orixás. O mar violento e as águas agitadas possuíam um tom de verde mais escuro que o cristalino exposto nas fotos postais. O céu já dava pequenos sinais de que o inverno seria rigoroso. Amanheceu cinza e assim permaneceria por todo o dia. Embora não fizesse muito frio, era possível ver nas ruas algumas pessoas vestindo grossos agasalhos. Mesmo que depois fosse preciso carregá-los dobrados ou amarrados à cintura. Os pescadores eram os únicos que pareciam não sentir frio. Acostumados com as viradas de tempo, andavam com o peito nu e apenas sentiam os pelos arrepiados quando um vento mais gelado soprava da Baía de Todos os Santos. Naquela manhã, poucos deles ousaram seguir para o mar. Era feriado do Dia do Trabalho. Como costumava acontecer sempre que o dia enforcado caía no meio da semana, as pessoas viajavam para o interior ou para a Ilha de Itaparica. Mas para infelicidade desses turistas eventuais, o feriado caíra num domingo. A cidade não esvaziara como de costume. Naqueles anos finais da década de 70, a região localizada na exata divisa entre Salvador e Lauro de Freitas só então começava a ser habitada por pequenos loteamentos populares e conjuntos residenciais. Mesmo assim, nem um pé vivo se atrevera a sair de casa logo cedo.

Como fazia toda manhã, até mesmo nos dias chuvosos, dona Geraldina partiu bem cedo para a praia de Stella Maris a fim de recolher o material que a ressaca do mar devolvia à areia. Tábuas, pedaços de isopor, plástico, garrafas que amanheciam na terra eram coletados e vendidos a pequenos ferros-velhos que compravam esse tipo de objeto¹. Era preci-

¹ Já na década de 70, algumas oficinas de ferro-velho compravam materiais como os recolhidos por Geraldina do Espírito Santo. Embora não existissem cooperativas de catadores, a função já existia, como descrito em matéria do Jornal da Bahia.

so chegar bem cedo à praia. A região era boa para encontrar aquele tipo de material, e muitos catadores incluíam esse trecho de praia em seus itinerários. Era comum encontrar ali coisas de modesto valor por conta da corrente marítima, que recolhia o que encontrava em alto mar e despejava naquele braço de litoral.

Debruçado sobre a areia, ainda encharcado pelas ondas que insistiam em lhe tocar na parte recém saída do mar, estava um grande e disforme volume. Um maiúsculo ponto negro naquele dia cujas variações pouco criativas de cor seguiam do branco ao cinza, apenas. A terra ainda estava úmida pelo sereno da madrugada, o que permitiu que a catadora caminhasse sem que seus pés afundassem na areia. Não seria estranho se pensasse que tirara sorte grande. De fato, era raro encontrar grandes maços como aquele por ali. A atenção, se não estivesse comprometida pela soberba que costuma acompanhar os grandes golpes de sorte, logo se aperceberia de que, ao redor, outros volumes de tamanhos semelhantes estavam espalhados pela praia. Todos igualmente desconfigurados e dispostos na areia, como se tivessem sido trazidos durante a madrugada e colocados cuidadosamente ali. Vistos do alto, a disposição harmoniosa dos embrulhos dava a impressão de que havia uma espécie de desenho proposital elaborado para uma apreciação superior.

Se o assombro roubara a serena feição do rosto da catadora, se tivesse a pele enregelada pelo vento frio, se trazia uma estranha sensação de incredulidade ninguém testemunhara². Naqueles primeiros minutos da manhã, a catadora era a única espectadora daquele cenário. Os olhos alquebrados não piscavam. Não porque quisesse desfrutar de todos os segundos daquele momento, mas quando tomados pelo susto, certos músculos têm a estranha reação de ficarem tesos.

² Como faltam elementos nas duas fontes utilizadas para a construção narrativa deste livro-reportagem – o material jornalístico da época e o processo judicial do caso – não é possível descrever com exatidão as emoções sentidas pela catadora no momento em

Dona Geraldinha fitava o frágil corpo infantil com a ingenuidade de quem não compreendia como aquela massa inerte era antes animada pelo sopro vital. Do grande volume, que antes supunha se tratar de lixo descartado, brotavam dois pequeninos braços que terminavam em dedos igualmente pequenos e arroxeados. Os lábios estavam inchados, assim como a barriga e a região do pescoço. O corpo desnudo não esboçava reação ao vento frio que insistia em soprar. A pele, antes macia, não estranhava o contato com a areia, que a envolvia por completo em uma espécie de manta protetora.

Algumas centenas de metros mais adiante, outro volume também re-pousava deitado na areia. Uma criança um pouco maior, muito parecida com a outra, apresentava as mesmas marcas no corpo. Não era preciso se aproximar para supor que aqueles três outros volumes negros no horizonte da praia eram crianças. Os últimos três corpos estavam afastados um dos outros pela mesma distância que separava o segundo corpo do primeiro. Uma espécie de organização macabra que não seria estranho se a catadora se perguntasse quem teria orquestrado aquela cena. Quem teria sido seu idealizador? Que artifícios usara para produzir tamanha sensação de horror com personagens tão vulneráveis? Teriam saído para passear em um barco, e o mar revoltado virou a embarcação? Ou teriam ganhado a permissão dos pais para tomar um banho de mar e uma onda mais afoita lhes arrastou até o fundo?

Dona Geraldina já não era a única na praia. Outros também se aproximavam dos corpos como que para ter certeza se aquilo que viam era real. Era comum que um corpo ou outro aparecesse naquela praia de tempos

que ela encontra os corpos. Ainda que verídicas, do ponto de vista de reportarem informações reais, essas fontes não trazem todos os elementos necessários para preencher esses vazios de sentido deixados pela falta de informações detalhadas dessa personalidade. Nesse ponto, percebe-se a real importância da realização de entrevistas com todos os personagens de um caso, mesmo aqueles que apenas tangenciam a história central.

em tempos. Os lábios inchados, a pele já arroxeadada e enrijecida. Mas cinco crianças que pareciam irmãs era uma eventualidade muito trágica. A areia do trecho da praia entre Stella Maris e Ipitanga era uma imensa plateia de curiosos. Todos queriam ver os corpos dos cinco irmãos, presumiam, que haviam morrido afogados. Já não temiam o vento frio ou a ameaça de chuva. A curiosa disposição das crianças na areia fez com que a multidão se dividisse em um longo trecho da beira-mar. Em pouco tempo, chegou uma viatura da polícia à praia, cuja responsabilidade pertencia à Delegacia de Lauro de Freitas. Imediatamente o rádio da polícia pedia a presença de mais uma equipe para realizar a remoção dos cinco corpos e também reforço para conter a aglomeração. A rápida ação dos agentes evitou que a imprensa fotografasse os corpos ainda na praia. Não impediu, porém, que os ávidos jornalistas registrassem o passo a passo da comoção que se seguiria àquela manhã.

Assim que a perícia foi realizada na cena do crime, os corpos das cinco crianças foram levados para o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Os médicos legistas que estavam de plantão naquele feriado se chamavam Evandro Ferraz de Melo e Evandro Costa e Silva. Os pequenos cadáveres já estavam na bancada de alumínio, devidamente etiquetados com altura e peso, quando os legistas foram chamados para realizar a necropsia. Apenas duas crianças estavam vestidas: a menina, que aparentava ter quatro anos, vestia uma calcinha de algodão rosa, e o menino, que parecia ter pouco mais do que seis meses, usava uma camiseta. Os outros três estavam nus.

As atribuições práticas do ofício de um médico legista incluem alguns procedimentos tão rotineiros quanto os de qualquer outro serviço: análise de lesões, descrição de aspectos físicos, como rigidez da pele, tons de coloração, partes que apresentam inchaço ou qualquer outra deformida-

de. Tudo é anotado e analisado com o devido rigor para compor o laudo em que as investigações criminais vão se basear.

Quando se cerram as cortinas e os corpos chegam ao término dos seus funcionamentos plenos, entram em cena os principais atores do verdadeiro ato final. As bactérias que antes viviam pacificamente espalhadas pelo corpo, como silenciosas parasitas, saem famintas em busca de alimento. Percorrem cada espaço destruindo todas as células, devorando tudo o que encontram pela frente. Em seu lugar, deixam como rastro um terrível odor que transpõe os limites internos da sala comunal. Culpa da putrescina e da cadaverina, subprodutos da ação das bactérias. Tudo por dentro se transforma em um caldo amarelado que escorre por dutos onde antes passavam seletas substâncias. Por conta da falta repentina de oxigênio, o sangue começa a endurecer e para de circular por veias e artérias. A gravidade aplicada aos corpos conduz o sangue pastoso, ao fim de algumas horas, para os pés, pernas e costas. Minerais aos poucos deixam de ser produzidos. O cálcio de fora das células, que antes realizavam harmoniosas trocas com o potássio, se acumula nos músculos provocando o enrijecimento de braços e pernas. A desidratação das córneas é igualmente rápida em comparação a que acontece nas demais partes do corpo. Uma tela esbranquiçada e viscosa envolve os olhos numa bruma, como quem aguarda silenciosamente a chegada das comensais. Larvas e bactérias disputam a macia órbita ocular como se esta fosse o prato principal daquele banquete. O próprio corpo se deteriora no último ato.

O tempo aproximado de oito horas que o corpo leva para começar a enrijecer e os tons esverdeados que costumam marcar o início do processo de decomposição serviram para que os legistas concluíssem que as crianças haviam morrido entre o meio-dia e a meia-noite do dia anterior. Por ordem da diretora do Instituto, Dra. Maria Thereza Pacheco³, os

³ Dra. Maria Thereza Pacheco foi diretora do Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues entre os anos de 1972 e 1987. Foi a primeira mulher a dirigir um IML e também

corpos seriam embalsamados até que alguém fizesse o reconhecimento. E assim foi feito. O laudo foi entregue à delegacia da Boca do Rio, designada para assumir o caso. O pequeno posto policial de Lauro de Freitas não tinha condições de investigar todos os pormenores da história, que parecia ser muito maior do que o delegado Edson Pereira das Neves supunha. De acordo com a análise do sargento, as crianças teriam morrido afogadas após caírem de uma embarcação onde deveriam estar junto com os pais. Como a maré estava muito brava em Ipitanga, disse, o pequeno barco poderia ter virado, e os corpos dos pais ainda não haviam subido até a superfície. Mas era apenas uma questão de tempo ou de maré de enchente até que eles aparecessem. Se tivesse lido o jornal naquele dia, certamente o delegado poderia supor que sua história estava confirmada. A mesma matéria que trazia a manchete sobre a descoberta dos corpos em Stella Maris havia registrado o aparecimento de outros dois corpos de pessoas afogadas: o de um paulista de 20 anos nas águas escuras da Lagoa do Abaeté e o de um jovem de 15 anos na praia da Boca do Rio. Era um caso trágico, o das crianças, mas gente morre afogada todo dia, pensariam alguns.

Salvador, 2 de maio de 1977

O aparecimento dos cinco corpos no feriado do Dia do Trabalho estampava as principais manchetes naquela manhã. Quem não ficara sabendo do ocorrido, ainda no domingo, acordou na manhã seguinte lendo nos diários locais - Jornal da Bahia, Diário de Notícias e Jornal A Tarde - os detalhes daquele achado macabro.

a primeira catedrática do mundo em Medicina Legal. Ela morreu no dia 12 de maio de 2010, aos 81 anos.

Mistério na morte de 5 crianças na praia de Ipitanga

Cinco irmãos, com idade variando de 7 meses a 8 anos, sendo dois meninos e três meninas, morreram afogados e os corpos apareceram na praia de Ipitanga. Os policiais da 9ª Delegacia admitem a hipótese de crime. Os corpos foram encontrados a um quilômetro de distância um do outro. A autópsia no Nina Rodrigues revelou a presença de muita areia e água no estômago das crianças, não sendo constatado qualquer sinal de violência. Os legistas afirmaram que todas elas gozavam de boa saúde.

Fonte: jornal A Tarde, 2 de maio de 1977.

Havia algo de muito estranho, poderia pensar o novo delegado responsável pelo caso. Antônio Medrado, aos 39 anos, era diretor da D.C.P, a Divisão de Polícia da Capital e, por solicitação dos superiores em segurança no estado, passaria a comandar as investigações. O delegado pensava que alguma coisa não se encaixava naquela história. Se fosse um passeio em que crianças tivessem saído com os pais e eles também tivessem se afogado, os corpos já deveriam ter aparecido. Um dia inteiro havia se passado desde que os corpos foram encontrados e ninguém havia aparecido se dizendo pai das crianças. Medrado começou a levantar a hipótese de assassinato. Sim, os pais poderiam ter cometido o crime contra os próprios filhos. Seria algo bárbaro, mas ele já tinha experiência suficiente para deduzir que aquilo não era impossível.

As buscas deveriam se concentrar em localizar o paradeiro dos responsáveis por aquelas crianças. Mesmo que a ressaca do mar tivesse trazido os corpos de longe, essa distância não poderia ser tão grande. Pegou um mapa e traçou um riscado num largo trecho de praia e terra que incluía a praia de Pedra do Sal, Stella Maris, lagoa Dois-Dois, Lauro de Freitas e São Cristovão. Aí deveriam concentrar-se os agentes, ao

menos nessa fase inicial que carecia de pistas. Os trabalhos de busca deveriam continuar sendo coordenados pelas delegacias da Boca do Rio, sob responsabilidade do delegado Almiro Araújo, e também pelo chefe do posto policial de Itapuã, Ilton Araújo. O delegado Medrado sabia que tinha um grande caso nas mãos. Repórteres de todos os grandes jornais, e os pequenos também, ficavam a postos em frente ao Nina Rodrigues e das delegacias responsáveis. Tinha dado uma dezena de entrevistas e respondido com cautela às perguntas dos jornalistas. Não queria passar nenhuma informação que pudesse atrapalhar o caso. Até porque havia poucos dados, só hipóteses, as mais diversas. Inclusive tinha proibido os agentes de conversar com os repórteres.

- Não podemos afirmar se as crianças foram tomar banho e morreram, o que eu acho mais difícil, ou se foram jogadas dentro d'água, (o que penso ser) mais provável porque até o momento os pais não apareceram para reclamar os corpos. Ou (talvez ainda) os pais morreram afogados e os corpos ainda não boiaram. É difícil qualquer prognóstico com respeito a esse caso. Mas esses meninos não nasceram sem pais e por isso vamos descobri-los – disse o delegado Medrado em entrevista ao Jornal da Bahia.

Nenhum outro caso ocorrido naqueles dias ganhava em tempo e em número de profissionais dedicados à sua cobertura. Era o assunto das redações de jornais, rádios e emissoras de TV, das conversas em pontos de ônibus. As informações divulgadas pela imprensa ajudariam a esclarecer o caso mais rápido do que poderia imaginar o novo delegado. Um fazendeiro, que tomara conhecimento da morte das cinco crianças através das páginas do Jornal da Bahia, procuraria a polícia para contar sobre uma estranha coincidência que envolvia um grupo de fanáticos religiosos, um povoado no interior da Bahia, um ex-empregado seu e o que ele chamava de 'abelhas tontas'.

TRAIÇÃO DE
ALÁQUIS

Salvador, 02 de maio de 1977

O homem se apresentou⁴ ao delegado Medrado como Valdomiro Brandão e logo foi lhe adiantando que o pessoal lhe conhecia por Vavá. Era dono de uma fazenda no povoado de Barra, município de Mundo Novo, distante cerca de 300 quilômetros da capital. O lugar era um bom pedaço de terra que tinha pra mais de 600 cabeças de gado. A história que contava parecia absurda. Um grupo de empregados seus teria abandonado o trabalho na fazenda para seguir um casal de pastores que se dizia enviado por Deus. Eram mais de 20 pessoas, sem contar as crianças, que teriam se mudado do povoado de Barra para viver em Salvador havia cerca de dois meses. As terras ficaram abandonadas, os animais sem qualquer cuidado, até que um desses empregados fugiu do grupo e pediu para voltar ao trabalho. O rapaz de 17 anos contou que o grupo estaria vivendo em uma tenda no meio de um areal, um monte muito branco, que ficava próxima ao mar. O garoto se encolhia em um acanhamento assustado para falar de umas tais abelhas barulhentas que passavam a todo instante por cima da tenda. Em vão, tentava reproduzir o som desses seres a quem se referia com um deslumbramento quase mitológico.

As “abelhas tontas”, conforme admitiria o delegado como provável hipótese para uma futura averiguação policial, seriam as aeronaves que decolavam do aeroporto de Salvador. O terminal aéreo da capital baiana ficava relativamente próximo do local onde os corpos das cinco crianças haviam sido encontrados. Na região, também eram abundantes as zonas de areal, sobretudo as localizadas perto da região da Lagoa do Abaeté e que circundavam as praias ao norte.

⁴ É sabido que o fazendeiro Valdomiro Brandão tomou conhecimento dos crimes praticados na praia de Stella Maris através de uma reportagem do Jornal da Bahia. Entretanto, as duas fontes utilizadas como base para este livro-reportagem – jornais da época e processos judiciais – não informam como se deu este primeiro contato entre o fazendeiro e o delegado.

O fazendeiro continuou o relato sobre o que contou o seu empregado assim que chegara fugido do grupo. O tal pastor teria dito que jogaria os filhos desobedientes dos trabalhadores no mar para os caçõs comerem. O laudo dos legistas indicava que as crianças eram sadias e bem nutridas. Somado ao fato de ninguém da região onde os corpos foram localizados conhecer as pequenas vítimas até o momento em que chegaram mortas à praia, o delegado já havia cogitado a possibilidade de elas não serem dali, mas do interior. Sua desconfiança se confirmava na fala daquele senhor.

O delegado pediu que o fazendeiro fosse até o IML tentar reconhecer algumas das crianças mortas. Se entre as vítimas estivesse o filho de alguns dos seus empregados, que ele dizia terem sido criados brincando em frente ao terreiro da sua casa, na Fazenda Havana, esta seria a primeira grande pista para prender os responsáveis por aqueles crimes. Tudo foi providenciado com a maior urgência. Algumas horas depois e o fazendeiro deixava o IML ligeiramente abatido. O velho havia reconhecido uma das crianças como sendo filha de uma ex-empregada da fazenda. O delegado Medrado trazia semblante exatamente oposto. As peças se encaixavam rapidamente e ele acreditava em uma solução para o caso em menos de 48 horas. Bastava apenas localizar esse empregado que havia participado do grupo que, decerto, ele contaria onde estavam os outros membros daquela seita.

Fazenda Havana, Barra de Mundo Novo. 3 de maio de 1977

O capim havia invadido toda a área de pastagem da Fazenda Havana. O caminho que dava acesso até a casa onde o grupo de fanáticos se reunia estava tomado pelo vilão e outras espécies de ervas daninhas. As terras estavam abandonadas desde que os seguidores da seita haviam partido junto com o tal “pastor” Matota – como fazia questão de frisar ironi-

camente o fazendeiro sempre que ouvia o nome do sujeito - e a mulher Marata. Eram vaqueiros, lavradores, serventes, todos empregados da fazenda que haviam acreditado nas manifestações de fé do casal e nas promessas de castigo que Deus lhes infligiria. Em frente à casa de construção muito antiga, um umbuzeiro indicava que seus frutos já não eram colhidos há algum tempo. O curral à direita da casa era uma imundice de esterco e urina do gado. Os brotos e caules das hortaliças plantadas atrás da casa estavam queimados pelo sol. Mesmo fim tiveram os pequenos pés de milho e feijão. Pares de sandálias de borracha largados, bacias, panelas, peças de roupas e uma infinidade de cacarecos soltos em todo canto denunciavam o clima de abandono que toda a fazenda respirava. De um dia para o outro, todos haviam desaparecido. Ninguém sabia para onde foram os homens e as mulheres e as crianças. Alguns diziam que não estavam muito longe. Outros apontavam lá para as bandas de São Paulo. A maioria não sabia sequer arriscar o paradeiro e estava de certa forma aliviada com a partida do grupo.

Eram 21 funcionários, e todos moravam em casas de adobe – tijolos feitos a partir do barro e secados ao sol – nas terras de Seu Vavá. Não era sempre que o dono daquelas 2.700 tarefas de terra, exclusivamente dedicadas à criação de gado, ia até lá. Na maior parte do tempo, quem dava as ordens era o filho de Vavá, Alberto Teles da Silva. Era ele quem controlava os negócios da fazenda para o pai já velho, que vivia na capital. Ambos não iam com muita frequência ao lugar. As responsabilidades de pagamento, contratação de funcionários diaristas e distribuição de tarefas eram feitas pelo gerente da fazenda, um senhor que atendia pelo simpático apelido de Godô – ou Godofredo, se fossem procurar seu registro de nascimento que já passava há muito dos 50 anos. Porém, desde que este também fora embora com o grupo, as terras estavam sob cuidado de um novo gerente. Luís Guimarães, um homem do povoado da Barra que havia sido indicado às pressas para reorganizar as terras, até que novos funcionários fossem contratados. Não era fácil achar gente de bem, em que se pudesse entregar uma fazenda de porteira fechada para

tomar conta de mais de 600 cabeças de gado nelore. A pele branca e muito fina, e o pelo curto da raça indiana exigiam muito cuidado. Havia sido trazida uns dez anos antes, da região de Uberaba, em Minas Gerais, e de São Paulo. Não era raro que dissessem que na Fazenda Havana estava o melhor gado nelore da região.

Já havia passado cerca de um mês, desde a partida do grupo, quando um dos seguidores voltou. José Alves, ou Aláquis, como era chamado pelo grupo, estava arrependido. Queria voltar a trabalhar nas terras de Seu Vavá, e o velho prontamente aceitou-o de volta. Não estava em condições de recusar funcionários. Antes, quis ouvi-lo contar para onde havia ido com os outros empregados. O rapaz tinha as mãos grandes e compridas estendidas junto ao corpo magro e pardo, que o fazia parecer um arremedo de pintura modernista. A desproporção anatômica de certa forma auxiliava no manuseio do maquinário que utilizava para a limpeza da fazenda. Fora talhado para aquilo.

Segundo ele, o grupo tinha partido da Barra de Mundo Novo até Salvador e lá havia se instalado em uma região de muita areia próximo ao mar. O pastor chamava o lugar de Monte das Oliveiras, em uma referência direta ao monte citado na Bíblia como sendo o local de onde Jesus havia ascendido ao céu. O povo vivia sob uma grande lona de plástico e pedaços de madeira que improvisavam uma tenda no meio do areal da Lagoa do Abaeté. Confusamente, o rapaz tentava reproduzir o som do que dizia ser um monte de “abelhas tontas” que sobrevoavam o lugar. Assustava-se só de lembrar. O pastor afastava-se do grupo com a mulher para falar embolado com Deus, dizia. Era uma língua que só o casal entendia. Em uma dessas vezes, o homem disse que Deus teria ordenado que as crianças possuídas pelo demônio fossem jogadas para os caçães. Que o mau comportamento era porque o Satanás já havia se instalado no corpinho delas, e que por isso não tinham salvação. Se não fossem sacrificadas, logo Deus abriria o chão e a terra tragaría todos juntos para dentro. O pastor já havia falado sobre isso ain-

da na Barra, mas o povo não havia acreditado ou escutara resignado. Era preciso fazer, como repetia a fala austera do então nomeado profeta.

- Porque o homem tem de ser santo e o mar é a forma de purificar os corpos daqueles que são atraídos pelo demônio, repetia em uma avalanche de palavras e idéias desencontradas.

O rapazote tinha desembestado a falar. O caso, pensava Seu Vavá, era mais uma sandice dos moradores do povoado. Onde já se viu ligar o lugar onde Cristo se reunia com os apóstolos àquela história de sacrificar as crianças no mar? Que voltasse logo ao trabalho, pois havia muito a se fazer.

A calma depois da infernal temporada que o jovem passara acampado no areal em Salvador duraria pouco tempo. Anoitecia no povoado de Barra quando a viatura da polícia chegou à Fazenda Havana para buscar o rapaz. As ordens eram de levá-lo imediatamente a Salvador para que indicasse onde estavam os outros membros daquela seita. Assustado, o rapaz entrou na viatura. Voltaria para o lugar onde pensava que nunca mais pisaria os pés.

Lagoa do Abaeté, 3 de maio de 1977

Esquema monstro para localizar pais das cinco crianças afogadas em Ipitanga

Verdadeiro esquema foi montado pela divisão da capital, no sentido de identificar os pais dos menores encontrados mortos, afogados, na praia de Pitanga, na manhã de domingo. Os policiais iniciaram as buscas por Lauro de Freitas, percorrendo grande parte do município, além de São Cristóvão, Stella Maris, Pedra do Sal, não conseguindo nenhuma pista para chegar aos pais das crianças ou conhecidos. Hoje, os policiais voltarão

a percorrer a praia de Ipitanga a fim de levantarem qualquer pista. Os policiais vão trabalhar com fotografias dos menores, para que possam encontrar alguém que já os tivesse visto.

Fonte: jornal A Tarde, 3 de maio de 1977.

As buscas pelo grupo tinham atravessado a noite anterior. Sem a luminosidade do dia, seria impossível localizar quem quer que fosse naquele imenso deserto de areia branca, entrecortado por inúmeros amontoados de mato verde. O delegado Medrado ordenou que o trabalho fosse encerrado e recommençado na manhã da terça-feira. Cinco policiais faziam parte da equipe que vasculhariam aquela parte do bairro de Nova Brasília, próximo à Lagoa do Abaeté. O lugar era conhecido como Alto do Soraima. A população local observava atenta a operação. Meninos e meninas sob os gritos de alerta das mães, homens e mulheres com o orgulho paterno e materno feridos, pequenos curiosos que tinham a atenção despertada por aquele crime que tinha arrancado a tranqüilidade intermitente do lugar, todos estranhavam a curiosidade dos agentes em procurar nos morros mais escondidos. Os que moravam naquela região nunca haviam visto ninguém seguir para aqueles lados. Também nunca haviam visto aquelas crianças. Decerto teriam sido arremessadas de algum barco.

A polícia não havia avisado à imprensa sobre a existência de uma testemunha que dava pistas do paradeiro de um suposto grupo religioso. O rapaz havia descrito o lugar como se lembrava, assim como algumas características sobre a quantidade de pessoas que deveriam formar o grupo. Um avião sobrevoara a região, trazendo a lembrança das tais abelhas tontas. Os minutos já avançavam pelas 10 horas da manhã quando os policiais perceberam pequena movimentação no meio da densa mata que cobria os montes. O cheiro da maresia mais acentuado e o barulho das ondas cada vez mais fortes situaram os policiais de que estavam mais próximos do mar. O céu estava coberto por densas nuvens acinzentadas.

das. Alguns raios de sol zigzaguearam por entre elas para refletir o plástico que forrava o teto de uma pequena e malfeita tenda. Ao redor da tosca habitação e espalhadas pelas dunas, largadas ao chão, cerca de 20 pessoas pareciam estar envolvidas por uma espécie de torpor. Os policiais observaram do alto a movimentação confusa do grupo, que estava em uma parte mais baixa de um areal.

Vistos de perto, aqueles homens e mulheres traziam um aspecto ainda mais sujo e maltrapilho. Alguns estavam em silêncio, sentados de forma desordenada, faziam pequenos rabiscos na areia. Outros cantavam baixinho, como se suas vozes repetissem trechos confusos de hinos religiosos. Não restava dúvida. A descrição dada pelo rapaz era um retrato fiel do lugar e do grupo de lunáticos que se escondia entre as dunas próximas à Lagoa do Abaeté. Como se tratava de muitas pessoas, o chefe da equipe decidiu pedir reforços de outro grupo que fazia buscas em uma região perto dali. Enquanto aguardavam a chegada da outra equipe, os policiais foram percebidos pelo grupo, que passou a observá-los da parte mais baixa do morro. Pareciam não entender a presença daqueles homens fardados ou, se entenderam, não tomaram atitude nem formularam qualquer estratégia para escapar dali.

Não houve resistência quando os dez homens de arma em riste anunciaram aos gritos que todos seriam presos acusados da morte das cinco crianças. O policial João Fernandes da Silva se aproximou do homem moreno a quem os outros membros do grupo tratavam com uma espécie de temor e reverência. Não foi preciso que lhe dissessem que ele era o tal pastor Matota. O sujeito tinha pouco mais de um metro e sessenta e cinco centímetros de altura, o corpo relativamente magro, mas de músculos discretos, bastante queimados pelo sol. Tinha um tipo físico comum – o que lhe camuflaria em qualquer ocasião – com certo quê de vulnerável, mas ao mesmo tempo enérgico e altivo. Os olhos castanhos claros fugiam da lucidez e o rosto alongado não trazia as marcas que se costuma observar em quem desgasta a vida nos trabalhos braçais das fazendas do

interior. Seus 29 anos de idade pareciam preservados por alguma razão que desafiava as condições de tempo a que estava submetido. O homem carregava um bebê no colo e o soldado pensou que aquela certamente era uma criança de sorte por ainda estar viva.

Ao seu lado, um passo recuado atrás do ombro esquerdo, brotava o rosto de uma mulher. Os cabelos castanhos desgrehados estavam endurecidos pela ação do salitre que soprava do mar. Os olhos traziam a mesma estranha lucidez observada pelo policial no rosto do marido. Pela forma como se colocava, sempre ao lado daquele homem, o soldado não pensou ser ela outra pessoa senão Marata. Diferente da vivacidade do marido, aquela mulher encerrada em seu um metro e cinquenta e oito centímetros de altura, em nada lembrava a jovem de 22 anos que, segundo descrevia o fazendeiro Vavá, havia abandonado a família para viver junto do marido e daquele grupo de fanáticos. Se dissessem ao soldado Carlos Pita, que acompanhava uma das equipes, que aquela mulher teria passado dos quarenta, não estranharia. O rosto de ambos, bastante queimado pelo mormaço, denunciava que o grupo já estava ali há algum tempo.

Aquelas eram estranhas figuras e os soldados estavam curiosos diante delas. Haviam chegado ao fim as buscas pelos responsáveis da morte das cinco crianças. E aqueles soldados estavam com as pessoas mais procuradas dos últimos dias. O soldado Fernandes tratou de fazer, ali mesmo, seu pequeno interrogatório. Ao líder do grupo, perguntou por que aquele bebê, que ele carregava nos braços com notável cuidado, não tivera o mesmo fim dos outros. Com a voz firme e em tom naturalmente amedrontador, o homem lhe disse que aquele pequeno não encerrava o Diabo no corpo, como guardavam as outras. Segundo dele, o grupo obedecia à vontade de Deus e que, por isso, os próprios pais haviam atirado as crianças ao mar. O pastor e a mulher que o acompanhava foram os primeiros a receber a notícia de que seriam presos. Algemados os dois, os demais entraram nas viaturas sem oferecer resistência. Se não estivessem tão eufóricos pelo sucesso daquela caça aos assassinos, os policiais

poderiam ter percebido que algumas daquelas pessoas apresentavam os rostos abrandados pelo alívio. Parecia chegar ao fim um calvário que havia começado há dois anos, pensaram alguns. Mas o grupo ainda teria de passar por grande prova: seriam apresentados à imprensa ainda naquela tarde.

NA COVA
DOS LEÕES

Praça da Piedade, Salvador, 4 de maio de 1977

Desde longe, ainda na Rua Direita da Piedade, já se escutava o canto das sirenes. Quando o grande comboio de viaturas da polícia estacionou em frente ao prédio da Secretaria de Segurança Pública, atraiu a imediata atenção das dezenas de pessoas que passavam de um lado a outro na praça. Os homens e mulheres chegaram algemados, conduzido pelos soldados que haviam realizado a prisão ainda nas dunas. Estavam mal vestidos, descalços, e as roupas sujas ainda estavam úmidas da proximidade do mar. A notícia se espalhou rapidamente pelo prédio. Funcionários, policiais, todos correram para ver de perto os 21 membros da seita que haviam assassinado os próprios filhos. Queriam ver os responsáveis pelos crimes que dominavam as manchetes dos jornais e eram o principal assunto nas conversas cotidianas dos últimos dias. Repórteres e fotógrafos, além de uma centena de curiosos, formavam um aglomerado que se acotovelava em busca de um lugar mais à frente na sala da assessoria de imprensa, onde seria apresentado o grupo. Foi o delegado Antonio Medrado quem entrou conduzindo o casal ao pequeno gabinete do antigo prédio onde também funcionava a Divisão de Polícia da Capital. Os flashes das máquinas fotográficas explodiram nos olhos daquelas pessoas sentadas à frente da matilha de jornalistas e clareando toda a sala. As canetas não paravam de pintar os blocos nas mãos ávidas dos repórteres. Dezenas de nomes, números, datas e outra infinidade de detalhes foram passados pelos policiais aos jornalistas. Alguma informação ou outra nem mesmo os policiais sabiam explicar e não foi surpresa que, no dia seguinte, alguns dados aparecessem desconhecidos nos jornais.

Um dos jornalistas acompanhava tudo com especial atenção. Joel Silveira era renomado repórter da revista *Manchete* e tinha grande prestígio no chamado jornalismo literário. Havia trabalhado com David Nasser, Samuel Wainer e Nelson Rodrigues. Aos 32 anos, fora mandado por Assis Chateaubriand para cobrir a Segunda Guerra Mundial na Itália para os *Diários Associados*. Voltara outra pessoa, como se habituara a dizer

aos jovens e inexperientes repórteres que esperam ouvir dele um valioso conselho acerca da 'Grande Reportagem'. Era já um velho, faltando apenas alguns meses para completar 60 anos, que acompanhava aquela apresentação dos membros da seita. Em seu bloco de notas, escreveria:

No pequeno gabinete da Divisão Policial da Secretaria de Segurança Pública, em Salvador, o Dr. Antonio Medrado Alcântara, 39 anos (mas aparentando muito menos), sente a tensão que domina os dois franzinos e aturdidos personagens que tem diante de si. É como se, neles, o pranto até então sufocado estivesse prestes a explodir em soluços e lágrimas. Diz:

'Chorem, chorem a vontade. É bom chorar'. Logo, num pranto colado, dois riscos prateados começam a cortar as faces chupadas de Maria Nilza O. P., a Marata, sacerdotisa principal da estranha e efêmera Assembleia dos Santos. A cabeça baixa, a mão tentando esconder os olhos, só há lágrimas em seu pranto - nenhum soluço. Mas em José Maurino de C., o Matota, é exatamente inversa a reação que provocam as palavras do delegado. Ao ouvi-las.

'Chore, chore a vontade' - seu rosto onde se estampava um misto de desalento e rendição endurece-se de repente, latejam as veias do pescoço magro e é com olhos febris que ele me encara, numa espécie de desafio. Nem uma só lágrima, qualquer indício de arrependimento. Na face dura, os olhos brilham e queimam como brasa. Evidentemente são os olhos de um alucinado, cujo destino final certamente não será a cadeia, mas o hospital psiquiátrico. Quando o delegado lhe pergunta se tem algum pedido a fazer, antes de ser mandado de volta à cela, ele responde com voz seca, ríspida:

'Queria falar um tempinho com minha mulher. Os dois sozinhos'.

Baixo, esguio, sem carnes, sua idade declarada 29 anos, deve ser mesmo essa. Já na aparência mirrada e envelhecida de Nilza, a Marata, é difícil descobrir qualquer indício, por mais vago, dos seus 22 anos; 50 ou mais lhe caberiam melhor.

Outros membros do grupo vão sendo introduzidos, um a um, na pequena sala do casarão da Piedade. O primeiro deles é o velho José Catarino de S. de 68 anos. Durante 44 anos, ele trabalhou na Fazenda Havana, no município de Mundo Novo. Seu codinome na seita era Jacó, e sua oferenda aos estranhos deuses do Matota, no sacrifício coletivo na noite do dia 30 de abril, na praia de Ipitanga, foi uma netinha de três anos.

Fonte: Revista Manchete, 30 de maio de 1977.

Saíram da pequena sala e foram conduzidos direto para as celas localizadas em uma parte do prédio da secretaria. Outros três rapazes foram transferidos para o Juizado de Menores. O casal havia parado de se alimentar. Se faziam jejum para conversar com Deus, como afirmavam que podiam, ou greve de fome para sensibilizar os policiais e a imprensa, o delegado Medrado não tinha certeza. Sabia, porém, que nada poderia acontecer àqueles dois agora que toda a imprensa havia colocado os olhos e ouvidos dentro daquele prédio.

- Somente aqueles que vivem sem Deus têm que comer. Eu posso levar 30 dias sem me alimentar – disse o pastor ao delegado.

MATOTA E
MARATA

Onde o riso era alto e as vozes estridentes, Maurino não gostava de ficar. Possível que tivesse dito isso a alguém antes. Não lembrava. “Não gostava de meio ruim”, dizia. Talvez fosse pela educação rígida do pai, o velho Edgar. E ali, naquela prisão, cercado por paredes e grades como um bicho, todo riso lhe era mortal, toda lembrança lhe cortava. Apesar de ter crescido junto a nove irmãos, raramente se escutava alguém gritando na casa que ficava na Fazenda São Gabriel, na vila de Santo Antônio de Jesus, onde todos os pequenos haviam nascido. Os únicos que podiam falar mais alto que seu Edgar eram as vacas, os jegues, os burros, com quem ele tinha mais intimidade e até entendia mais. Seu Edgar era o vaqueiro da fazenda. O dono era um procurador de Justiça de Salvador que, de tempos em tempos, aparecia por lá. Seu Edgar cuidava da roça, do pasto, da pequena horta, da cerca que o gado quebrava, do mata-burro que precisava consertar. A mãe cuidava dos filhos menores e os irmãos mais velhos ajudavam em tudo. Maurino não se lembrava de ter feito nada, mas se lembrava de nunca ter visto o pai ou a mãe rezando.

Na lembrança, as imagens que via já não lhe doíam. Lembrava de ter apanhado uma vez apenas, apesar do pai austero e pouco carinhoso. Alguma desobediência de moleque, decerto. E da voz da mãe, Dona Maria Senhorinha, implorando “deixa o menino, Edgard!”. E aquilo lhe causava um riso silencioso. Lembrava também de ter passado fome, disso lembrava. As coisas pioraram quando Leandro, o irmão mais velho, foi trabalhar na linha principal da Viação Férrea Leste-Brasileiro, que ligava a estação da Calçada, em Salvador, até a de São Francisco, em Alagoinhas⁵. Havia muitas linhas e, todos os dias, milhares de passageiros cruzavam outra centena de milhares de quilômetros em seus vagões. Vez ou outra,

⁵ A linha-tronco da Viação Férrea Leste-Brasileiro foi construída em 1860, e antes do governo de Getúlio Vargas, havia sido concessão da companhia francesa Chemins de Fer Federaux du L'Est Brésilien. Uma das linhas da ‘Leste’, como simplesmente era chamada nessa época, chegava até o município de Mundo Novo.

em um desses vagões, chegavam notícias do irmão. Estava bem de vida, ouvira falar, enquanto a família dali não arredava.

Por mais que gostasse da vida na roça, aquilo não era pra ele. Maurino pensava nisso como se buscasse alguma razão que explicasse a sua falta de lida com o campo. Tinha, então, acabado de completar 18 anos quando decidiu se alistar ao Exército, em Salvador. Gostava do comportamento militar, da disciplina. Militares não gargalhavam. Seguiu tão incerto do que iria fazer que sequer lembrava da data exata em que pisou na capital naquele ano de 1966, apenas com o endereço de um primo anotado no papel. A chegada lhe fora impactante. O olhar desconfiado que antes se perdia na vastidão da capoeira verde, agora, o máximo que alcançava eram os prédios altos a sua frente. As coisas não saíram como tantas vezes havia imaginado que seriam, ainda na Fazenda São Gabriel. Excesso de contingente nas Forças Armadas e na casa do primo. O jeito foi ir morar sozinho.

Se ao menos tivesse concluído o primário, e não desistido na 3ª série, com a professora Izabel, poderia tentar ser guarda civil. Mas sem estudo, nem a Polícia Militar poderia tentar. E ainda tinha vontade de estudar Direito, ser juiz, quem sabe? Não tinha levado consigo tanto dinheiro assim, que desse pra ficar sem trabalhar, tampouco era essa sua intenção. Arranjou logo dois empregos. Pela manhã, na Sorveteria Que Fino e à noite, no Bar Senhor do Bonfim. Foi assim, até ir trabalhar, em tempo integral, no Restaurante Fronteira, de propriedade de Seu Cláudio, na Baixa do Sapateiro. Na década de 70, a oficial rua J. J. SEABRA já havia sido cantada na famosa música de Ary Barroso, e ainda era o principal centro comercial da Salvador. Gente indo e gente vindo em todas as direções. Maurino poderia dizer que jamais havia visto tantas pessoas num mesmo lugar, nem na feira de Santo Antônio de Jesus, aos sábados, quando a cidade enchia de vendedores. Maurino morava no bairro do IAPI.

Nessa época, a população mais pobre vivia, principalmente, na Estrada da Liberdade, Cabula, Retiro, e chegavam ao trabalho, na Cidade Baixa, pela Baixa dos Sapateiros, através dos bondes da Linha Circular. O pequeno burguês morava em Brotas, no Matatu, Santo Antonio Além do Carmo, enquanto que os ricos se agrupavam na Barra Avenida, Vitória e Canela, na Cidade Alta, com a vista para o mar⁶.

Maurino começou a freqüentar, à noite, as aulas da professora Maria da Glória, em uma escola na Ladeira da Saúde. Chegou quase a concluir os estudos, a tirar a admissão. Mas era tão cansativo estudar depois de passar o dia limpando as mesas, servindo bêbados e comerciantes em fins e meios de expediente. Não lhe sobrava tempo para mais nada. Gostava de ficar encostado na porta do comércio vendo o povo passar de um lado para o outro. Achava graça quando um desses crentes, de terno e gravata, com uma Bíblia debaixo do braço, gritava pelas veias sobre a salvação de Cristo. Tinha pena de ver o sujeito suando litros debaixo daquele sol impiedoso para tentar convencer alguém de que Jesus iria voltar.

Às vezes, lhe chamavam pra sair à noite, para ir jogar futebol. “Não”, ele dizia seguido de uma careta que usava pra dizer o mesmo que sua boca mal abria para falar. Na roça era mais fácil, bastava um resmungo e o sujeito entendia o que ele queria dizer. Não tinha que usar tanto recurso. Por força do hábito – e se há um ditado que faz sentido é do cachimbo que a boca entorta – incorporou pra si um vocabulário de algumas palavras e muitos grunhidos. Na roça, para chamar o gado era “Êêêa”, para responder ao chamado da mãe para almoçar era “Úúú”, para obedecer ao pai “Inhôô”, até a briga com os irmãos era como uma daquelas cenas de cinema mudo, porque se Seu Edgar ouvisse a peleja, a surra era maior. O povo da cidade é que era meio difícil de entender as coisas. Ficava admirado com as pessoas que sabiam falar bonito as palavras, como se

⁶ População de Salvador. Entre o açúcar e o petróleo: Bahia e Salvador, 1920-1960. Marc W. Herold (Tradução de Cecília T. Teradaira-Williamson)

lhes desse vida. Sequer prestava atenção ao que diziam, mas em como falavam, sem perder nem um instante aquele abrir e fechar de boca.

Entre o final da década de 60 e o início da década de 70, Salvador alcançava a marca de seu primeiro milhão de habitantes. Na década anterior, mais que o dobro do crescimento da população era proveniente das migrações, sobretudo, dos municípios da zona rural próximos à capital. A economia da cidade havia recebido grande impulso após a descoberta, em 1939, de um poço de petróleo dentro das imediações da cidade – o poço petrolífero do Lobato – e com a criação do Centro Industrial de Aratu, em 1967. A cidade crescia rapidamente, assim como a afinidade de Maurino com o lugar.

Passado algum tempo e arranhou um trabalho de entregador de uma famosa loja, a Móveis Porvir. Ia para todos os lugares da cidade, gostava do trabalho e sentia que os patrões gostavam dele. O salário era maior do que o de atendente de bêbados da Baixa do Sapateiro. Andava por todos os bairros de Salvador, entregando móveis, recebendo pedidos de clientes. Passava boa parte do dia na rua. Via prostitutas e marinheiros na Cidade Baixa, crianças jogando bola em campos improvisados, trabalhadores de todos os tipos, homens de paletó com maletas, homens de paletó com Bíblias, homens de branco. Certo dia ele parou pra ver um sujeito que chamava atenção de toda a praça falando com uma voz engraçada alguma coisa sobre fé, castigo e arrependimento. Não prestou muita atenção no que ele dizia, mas lhe encantou a forma como as pessoas olhavam pra aquele homem. Havia certa obediência e reverência. Cada palavra saía do contorno da boca daquele sujeito e ganhava a praça, parecia que vinha por todas as direções, transmitido por um invisível sistema de auto-falantes. Ao mesmo tempo em que via certa graça em tudo aquilo, achou bonita a devoção daquele homem. “Se um dia fosse crente, ia ser crente mesmo, sem pecar de jeito nenhum”, recapitulava.

Embora já vivesse em Salvador há algum tempo, Maurino havia tido pouco contato íntimo com as mulheres da cidade. Logo que chegara, sua vida amorosa se resumia a algumas lembranças de namoros antigos, da época que vivia na roça. Uma dessas era uma moça chamada Maria, com quem pensou em se casar. Até que gostava de ‘Pepeu’, como carinhosamente a chamava, mas os pais não partilhavam dessa afeição. Seu Edgar dizia que Maria era uma menina muito devassa, e assim, o que seria um ensaio de namoro, logo acabou. Engraçou-se por uma prima, porém, já imaginando o que Seu Edgar falaria, ele mesmo se convenceu de que moça traquina não era boa moça. Desistiu de casar. A primeira vez que se lembrava de ter se deitado com uma mulher foi em Salvador, três anos após sua chegada. Deveria ter uns 21 anos, ou até menos. Assim, meio rápido e sujo, teve medo de pegar doença e ficou quase um ano sem sequer conversar com mulher alguma. Depois, perdeu o medo.

A Igreja Batista Missionária funcionava no prédio da Associação de Funcionários Públicos, na Rua Carlos Gomes. Era uma sala muito simples, nada de muito vistoso ou ostensivo no altar. A Bíblia que Maurino carregava debaixo do braço, quando foi até lá pela primeira vez, havia sido dada por um amigo da Porvir. Tinha a capa preta, bem velha, descascada, e ele pouco lia. Gostava de ir até ali para ouvir as pregações, as histórias contadas pelo pastor Jurandir. Certo dia, o pastor lia uma passagem do Evangelho, quando Maurino vivenciou uma experiência que o transformaria a partir dali.

– Jesus disse: “Ninguém vem ao pai, senão por mim”. Alguém aqui deseja seguir o Cristo, meus irmãos? Quem acredita, irmãos? – berrava o padre diante de uma multidão de crentes emocionados.

– Eu creio! – gritou em coro, junto com a multidão que parecia em transe. As lágrimas lhe escorriam pelo rosto. Nesse momento, sentiu que uma fé, que nunca supunha possuir, crescia dentro dele. Experimentou uma tranqüilidade que nunca havia sentido. Nessa confusão de sentimentos, teve certeza de que aquela felicidade era a grandeza de Deus que lhe dava força, lhe dava a crença. À medida que se sentia mais arrebatado, mais emocionado a cada culto, notava que se transformava em um crente completo. Cuidou cada vez mais para que suas atitudes fossem santas, como o pastor havia dito que Deus tinha ordenado.

Maurino ouvia os sermões na Igreja com grande zelo. “Quando Deus chamou Abrão para formar o Seu povo, a partir dele, a primeira exigência que fez foi: – Anda na minha presença e sê íntegro” – dizia o pastor. Quando Deus pedira uma prova da fé a Abraão, ele não duvidara e oferecera a vida do único filho em sacrifício. O velho pai conduzira por dias o filho Isaac pelo deserto e, só na hora em que o machado lhe tocava o pescoço, Deus intercedera. Estava provada a fé daquele homem, que lhe entregara o que possuía de mais precioso como prova. Também escutava com atenção a história de Saulo, que era um furioso perseguidor dos cristãos até que uma voz, a de Jesus, lhe pede que obedeça somente a Deus. Depois de ficar cego por três dias com a luz que irradiava de Jesus, e depois ser curado, Saulo se converteu ao cristianismo e mudou o nome para Paulo, se transformando no maior discípulo de Deus depois de Jesus. Silenciosamente, Maurino prometeu que também buscaria ser santo como Abrão e Paulo, o apóstolo, haviam sido.

Maurino ainda lembrava o dia em que viu Nilza pela primeira vez. O ano era 1975. Maria Nilza. Foi assim que seus amigos da Igreja lhe haviam apresentado àquela moça de aparência frágil e olhar forte. Chamar o

olhar de Nilza forte, aliás, era simplesmente por não conhecer qualquer outra palavra que dissesse tudo o que via quando a fitava. Sabia que ela não era dali, mas de um município muito pequeno, que ficava aos pés da Chapada Diamantina, ao norte. Mundo Novo tinha pouco mais de 18 mil habitantes e Nilza vivia em um povoado ainda menor, Barra de Mundo Novo. Pelas contas que fazia, tendo Nilza nascido em junho de 1954, deveria ter uns 20 anos quando a conheceu em Feira de Santana.

Maurino havia ido a Feira de Santana para vender telas plásticas de aparelhos de televisão. Em meados da década de 1970, ainda era raro o número de aparelhos de TV em cores. Vendia as telas aos donos dos velhos equipamentos em preto e branco como se as ultrapassadas bugigangas fossem a última novidade do mercado. Começara o negócio por conta própria, logo após deixar o cargo de vendedor da Loja Porvir. Aprendera no antigo emprego que a forma como anunciava o produto e o que dizia tinham importância nos ouvidos dos clientes. Nilza visitava alguns amigos da Igreja que fizera no tempo em que morou na cidade. Fora buscar uma certidão no colégio em que havia estudado para obter a transferência para a antiga escola em Barra. Já havia morado ali, alguns anos antes, quando seus pais se mudaram procurando algum tratamento pra doença da mãe. A mãe de Nilza passara um tempo acamada chegando a ficar sem andar. A jovem falou com tanta convicção que o mal que a acometia era coisa maligna que Maurino nem por um segundo duvidou do que aquela moça lhe dizia. Ele fez uma cara de quem lhe era sensível a dor, mas não tinha certeza de ter conseguido disfarçar a satisfação em ver uma moça nova com uma fé tão grande. Estava feliz e teve de se concentrar pra escutar o que ela tentava lhe falar:

—... adoeceu da noite pra o dia, não falava, a língua embolava, a boca torta pra um lado. Levamos ela a vários médicos e eles não davam jeito. Uns diziam que era derrame, mas eu creio que foi feitiçaria. Daí, mandei chamar o pastor e virei crente. Passei a fazer parte da Assembléia de Deus, lia a Bíblia e fazia pregações. Então, deixei de estudar, porque a sabedoria

quem dá é Deus, e está na Bíblia – contava numa avalanche de informações para situar aquele moço em sua história.

Ela lhe contou de como havia sido uma criança quieta, que não gostava de brincar. Nunca gostou de bonecas e não entendia como as outras meninas perdiam tempo criando historinhas com aqueles trapos de pano. Contava de como ela e os irmãos eram unidos. Raramente brigavam, assim como seus pais, que quase nunca lhes batiam. “Só quando davam mau exemplo”, fazia questão de pontuar. Ele viu como ela se encheu de soberba e felicidade quando disse que sempre soube que os pais gostavam mais dela. Cada palavra de Nilza o remetia de alguma maneira à sua infância. Era como se alguém, por brincadeira, tivesse colocado uma espécie de umbral que unisse a Fazenda São Gabriel a Barra, criando um vínculo entre aqueles dois filhos de Deus tão parecidos. Ela seguia colocando-o a par dos seus pensamentos mais íntimos.

– Sempre fui certa e correta, estudava e nunca perdia de ano. Não cheguei a terminar, deixei no terceiro ano normal. Sou inteligente, tinha boas notas, meus professores gostavam de mim. Deixei de estudar porque passei a seguir a “Lei de Deus”. Também fiz curso de datilografia e culinária.

Nilza era moça crua. Não tinha a vaidade das jovens da cidade. Ainda mocinha depilou as sobrancelhas, mas logo desistiu porque algo lhe disse que aquilo era pecado. Pintar as unhas, nunca. Também não gostava de roupas da moda, o que fez com que ouvisse muitas vezes as amigas lhe chamarem de cafona. Mas ela nunca ligou pra essas coisas. Gostava de rezar, de ler a Bíblia. Tinha aprendido com o pai. Na escola, gostava de estudar, tinha facilidade pra entender a lição, e, por muitas vezes, se adiantava em relação às colegas. Quando descobriu a doença da mãe, sentiu que Deus lhe chamava pra mais perto e abandonou os estudos. Não precisava mais saber das coisas da vida. Sabedoria quem dava era Deus e era essa que ela buscava dali em diante. Quando olhava para

Maurino, não sabia o quê, mas alguma coisa nele se assemelhava ao pai. Talvez fosse o jeito reservado, do tipo que não precisava de muito pra mostrar que estava descontente, de falar pouco e emitir uns sons engraçados sempre que concordava ou implicava com alguma coisa. “Niíiiiilza!”. Bastava o pai chamar seu nome que ela parava o que estava fazendo e corria para junto dele. Não era submissa, nunca foi, mas era obediente à sua autoridade.

Maurino ainda tinha de sair pra tentar vender mais telas plásticas antes de voltar para Salvador. Mas a fascinação que sentia diante daquela jovem lhe prendia ao sofá e tudo o que ele queria era ouvi-la falar mais sobre a sua infância ou sobre sua fé.

– Desde criança não gostava muito de sair com amigos, de brincar, gostava de me dedicar às coisas da Igreja. Primeiro era católica, depois passei a ser crente. Com quinze anos minha família se mudou pra Feira, por uma cidade mais adiantada. Foi aí, depois da doença de minha mãe que passei a ser crente. A lei de Deus é uma só, a perfeição de Deus é uma, mas não sei, acho que entrosei mais na religião crente. Gostei mais – falava desinibida.

Pela primeira vez em toda uma tarde ele viu o sorriso de Nilza. Por um segundo ela se deixou mostrar em sua fragilidade de mulher. Não que isso representasse uma fraqueza de Nilza. Não. Era apenas a suave demonstração da força que toda mulher naturalmente impõe sobre o homem.

Naquela tarde, os dois conversaram sobre as muitas passagens da Bíblia, sobre a força do Espírito Santo, sobre o que pensavam do mundo, os milagres do Cristo. Tiveram atenção em fazer tudo o que duas pessoas que querem agradar uma a outra fazem: cuidado exagerado nos gestos, sorrisos deixados ao final de frases despreziosas, toques acidentais. Maurino mal se continha tamanha felicidade.

Maurino era a primeira pessoa com quem Nilza sentiu que poderia contar sobre as visões que tinha de Cristo, de como o Espírito Santo a usava a fim de transmitir mensagens através de sua boca. Às vezes, até, de como sabia que as coisas aconteceriam antes mesmas de elas acontecerem. E ele quis lhe contar sobre a vez em que estava dormindo e quando acordou viu um monte de anjinhos, uma porção deles, em torno da cama. Atento um homem ao lado, em pé, olhava pra ele. Teve certeza de que era Deus. E também de como, depois desse dia, passou a conversar com Ele, que lhe falava através do Espírito Santo, de como estava magoado com os homens, e sobre a missão dele no mundo.

Naquele dia começaram a namorar. Como fazia muitas viagens para todo o interior, não era difícil que Maurino fosse até Feira e encontrasse com Nilza. Ela estava hospedada na casa dos amigos da Igreja enquanto não resolvia as pendências antes de voltar para Barra. O que mais gostavam de fazer na companhia um do outro era falar sobre a Bíblia, ir juntos até a escola dominical e depois sair pelas ruas a pregar. Às vezes, ele nem sabia o que tinha de falar, mas Nilza, sempre ao lado, lhe sussurrava o que ele deveria dizer. Nunca o deixava vacilar. Ele obedecia. Confiava em tudo a ela. As coisas tinham acontecido tão rápidas e os dois não conseguiam parar de pensar um no outro.

Certo dia, no final daquele mesmo ano, Maurino caminhava de volta pra casa, como sempre fazia para evitar pagar a condução. Dobrava a esquina em frente ao Hospital Santa Terezinha, no IAPI, quando viu um homem todo de branco, o rosto iluminado, uma serenidade que o encheu de fé e o fez ter certeza de que via o Cristo. Seus olhos se comoveram em lágrimas. Não era a primeira vez que o filho de Deus aparecia para ele, mas a felicidade que o invadia não saberia descrever ainda que o fosse exigido. Pensava no quanto era feliz por ter uma fé imensa dentro de si, por poder

testemunhar com seus olhos a aparição do filho de Deus. Porém, devagarzinho a imagem foi sumindo, e no lugar que antes o homem ocupava, do outro lado da calçada, vislumbrou a figura de Nilza claramente a sua frente. Teve certeza de que era uma predestinação e um desígnio de Deus: que ele fosse ter junto a ela durante toda a vida.

Combinou com Nilza que deveriam se casar. Deveriam obedecer à vontade divina, e ela deveria ir até Salvador encontrá-lo⁷. Consentido o pedido, Maurino a levou até o Monte das Oliveiras. O lugar havia sido escolhido por Deus em um dia que passava de ônibus, voltando das vendas que fizera perto da Lagoa do Abaeté. Sentiu que deveria descer e ir até lá para rezar. Durante uma semana, ficou em jejum, bebendo água e comendo pão que havia comprado em uma padaria no bairro de Nova Brasília. Naquele lugar, Maurino disse ter ouvido de Deus que ele teria uma missão na Terra, da qual não poderia fugir. Deveria reunir um grupo para viver de acordo com os seus mandamentos. Por isso, Maurino não estranhou quando Jesus lhe ordenou, em frente ao Santa Terezinha, que a sua união com Marata fosse naquele lugar santo. Não havia na terra um homem sequer capaz de sacramentar aquela união, que não o próprio Deus. Então, Maurino e Nilza juraram fidelidade sob o amor de Cristo, o poder de Deus e a força do Espírito Santo. Deitaram-se e fizeram o que Ele havia mandado que seus filhos fizessem. O pecado original estava perdoado. Tudo conforme a Lei. Matota⁸, então, decidiu que era a hora de ir com Marata viverem juntos na Barra.

⁷ Os depoimentos prestados por Matota e Marata não informam detalhes desse período que compreende o namoro dos dois até o casamento. O que se sabe é que, logo após a união ‘não-oficial’ realizada no Monte das Oliveiras, os dois foram viver juntos em Barra de Mundo Novo.

⁸ Quando perguntado sobre a origem dos nomes Matota e Marata, José Maurino diz, em depoimento, que a inspiração foi a Bíblia. Porém, no Livro, não há qualquer menção a esses nomes, constando apenas os de alguns membros: Fanuel, Marta, Samuel, Arão, Ana, Raquel, Jacó, Davi, Daniel, Abigail, Eliezer e Josué. Na Bíblia, há uma referência

ao termo “Maranata”, que significa “Vem, Senhor”. A expressão é dita pelo apóstolo Paulo na Primeira Epístola aos Coríntios (16: 22): “Se alguém não ama ao Senhor, seja anátema. Maranata!” No desfecho do livro do Apocalipse, a expressão é citada para indicar a volta de Jesus Cristo. Uma outra explicação que pode ser encontrada em uma rápida busca em sites de enciclopédias, é possível encontrar a história do Império Maratha, que habitou o sudoeste da Índia entre os anos 1674-1818. O povo Maratha foi a principal resistência militar aos mongóis, que dominariam a Ásia Meridional. Em referência a Matota, esta era a denominação, em sânscrito, de um antigo porto na ilha de Sri Lanka, no sudeste da Índia. Igualmente conhecido como Mantota ou Mahaota, o lugar não tem, entretanto, qualquer relação explícita com o Império Maratha, que habitou região próxima. Também não há qualquer traço que possa servir de ponte com a Bíblia ou com a seita originada em Barra de Mundo Novo.

MAIS UM
ACHADO

Praia de Stella Maris, Salvador, 4 de maio de 1977

A quarta-feira amanheceu nublada, ainda que o sol teimasse em aparecer entre uma nuvem e outra. Passava das seis da manhã quando o pescador Clarindo do Nascimento saiu de casa no bairro de Nova Brasília, em Itapuã. Jogaria a tarrafa de pesca no local conhecido como Porto das Jangadas, na praia de Stella Maris. Apesar do vento frio, o pescador usava apenas um short curto amarrado por cordão improvisado à cintura. O tecido bege contrastava com seu tom de pele negro escuro. Alto, magro e esguio, tinha o corpo ágil para o arremesso e a retirada da tarrafa. Boa parte do seu dia era gasto ali, olhando o horizonte, estudando a força do vento e a direção das correntes marinhas. Recolhia seu sustento na marra. Clarindo ainda não tinha apagado da memória as cenas que vira no dia anterior. Era para lá que o pensamento era conduzido toda vez que se distraía por qualquer motivo. Trazia vivas as impressões dos últimos acontecimentos presenciados naquele trecho de praia, no seu trecho de praia. Fora Clarindo quem encontrara o corpo de uma criança na tarde da terça-feira. Depois da descoberta dos corpos de cinco crianças, em uma região muito próxima dali, outra menina, a sexta vítima, aparecera boiando naquelas águas. Quando avistara o pequenino corpo ainda no mar, percebera que outros dois cadáveres haviam sido tragados pela água, para então desaparecer. Só havia conseguido resgatar o corpo da garota. Observando a movimentação das águas, não demoraria, imaginou, para que os outros dois fossem aparecer em outro lugar da praia. Aquela cena continuava se repetindo sempre que seus olhos fechavam.

Clarindo jogou a tarrafa em um lugar próximo às pedras, junto à areia. Seu cachorro, que assim como o pescador, raramente faltava ao serviço, correu para perto de outro cão que estava próximo à estrada. O animal arrastava alguma coisa e o cachorro curioso logo se juntou ao trabalho de puxar o objeto do meio do mato. Como se parecesse ser algo muito pesado, tamanha a força que os bichos faziam para arrastar a coisa, o pes-

ador decidiu ver o que era. A estranha situação do dia anterior se repetia em um novo cenário, deslocado no tempo, como se fosse para dar uma falsa sensação de ineditismo. A maré havia cavado um buraco na areia durante a madrugada, e, nesse lugar, o que restava era uma pequena cabeça ligada ao tronco por frágeis pedaços dilacerados de peles e nervos. A cena era horripilante. Pendurado ao tronco, um braço parcialmente destroçado mostrava parte do osso que despontava do pequenino ombro. Os dedos eram apenas terminações roídas que findavam no meio das falanges. No lugar onde deveriam estar os olhos, dois grandes buracos escavados deixavam a mostra restos de tecidos inertes e mordiscados.

Clarindo enxotou os cães, que a essa altura já traziam à boca pedaços da carne amolecida. Eram os mesmos cadáveres que vira quando resgatara o corpo da menina do mar. Pegou um caixote de madeira jogado à areia – desses em que se colocam frutas na feira – e improvisou um ataúde para aqueles restos mortais. Na rua em que morava, no Alto do Cruzeiro, todo mundo lhe conhecia como Nelinho. Mas quando assim lhe chamou o outro pescador Pedro Nascimento, conhecido por Piroca, ele custou a compreender. A trezentos metros dali, o outro pescador também havia encontrado o que sobrara de outro corpo: uma cabeça, apenas. Logo depois da ponte, apontava. De bicicleta, Clarindo foi até o posto policial de Itapuã, onde encontrou o chefe da equipe de plantão, Alan Gomes. Revelou que já havia visto aqueles restos boiando próximo ao corpo que encontrou no dia anterior. Através da central de rádio VHF da polícia, o delegado da 9ª Delegacia, Armando Souza, foi avisado dos achados.

Apenas no início da tarde, por volta das 14h10, chegou o perito que realizaria a perícia nos corpos. O suíço-francês Charles René Pitex era renomado médico legista formado na turma de 1936 da Faculdade de Medicina da Bahia. Havia chegado da cidade de Lausanne, na Suíça, ainda jovem e ingressou em 1930 na turma que formaria 178 jovens residentes. Foi assistente do professor de medicina legal, Estácio de Lima, no Instituto Nina Rodrigues. Já gozava de certa fama, quando foi designado

responsável pela autópsia do capitão Carlos Lamarca. O veículo de placa oficial BA-1738 que trazia Pitex chegou à praia de Stella Maris acompanhado do rabeção e uma viatura da Delegacia de Lauro de Freitas. Um soldado guardava vigilante os restos humanos dos cachorros, que ainda rondavam o grupo, e dos curiosos, que também estavam na praia. Taxativo, seria o adjetivo utilizado pelos jornalistas que acompanhavam a operação policial, para expressar a afirmação do legista de que aqueles despojos não eram das duas crianças que ainda estavam por ser encontradas. Em depoimento, membros do grupo afirmaram que oito crianças haviam sido sacrificadas, o que, portanto, apontava para outros dois corpos que continuavam desaparecidos. As crianças, de 8 e 2 anos, eram conhecidas como José Carlos e Núbia, apelidados de Obede e Miriam pela seita. Por isso, quando foram informados de que aquilo que parecia ser o resto de dois corpos de crianças, repórteres e fotógrafos rumaram para a praia de Stella Maris para conseguir os detalhes da história.

– Examinadas as faces, nota-se nelas conformações que jamais poderiam ser atribuídas às crianças de 8 ou 2 anos – disse Pitex, ainda na praia, em entrevista a um repórter do Jornal da Bahia. – As arcadas dentárias possuem dentes profundamente cariados, cáries bastante antigas. Não há nenhuma possibilidade de serem identificadas como sendo as crianças que dizem terem sido sacrificadas no mar – completou com leve sotaque carregado nos erres.

Grande desapontamento tiveram os policiais e o delegado, que haviam dado por encerradas as investigações sobre o caso que parecia estar esclarecido por completo, após a confissão do grupo. Segundo Pitex, os corpos encontrados eram de pessoas já adultas, entre 15 e 20 anos. Apressado em tentar diminuir o alvoroço formado sobre o caso, o velho legista havia se enganado. Publicamente seria desmentido em todos os jornais. Charles René Pitex jamais falaria sobre o caso. No dia seguinte, o diretor da Polícia Técnica, José Raimundo Sales de Oliveira, muito respeitosamente comentaria o equívoco do médico franco-suíço. Os dois

corpos encontrados eram mesmo das duas crianças que faltavam da lista das oito sacrificadas pelos membros da seita na praia: Núbia A. de A., de 2 anos, e o meio irmão José Carlos A. de A., de 8 anos, ou simplesmente Miriam e Obede, como eram chamados pelo grupo.

UM MUNDO NOVO

Há várias formas de se chegar até Mundo Novo. A principal delas é através da estrada do Feijão, que ganhou esse nome por ser a rota de ligação entre os municípios produtores do grão e a capital da Bahia. A pequena cidade fica em um imenso vale encravado no meio da serra do Orobó, porém o orgulho dos seus pouco mais de 18 mil moradores é dizer que a cidade está situada na região conhecida como Piemonte da Chapada Diamantina, ou simplesmente “aos pés da Chapada”, como costumam falar. Casas coladas uma a outra. Em 1977, Mundo Novo era a sede do município, que ainda incluía os distritos de Alto Bonito, Ibiaporã e Indaí, além de um punhado de pequenos povoados. A cidade tinha apenas algumas centenas de casas amontoadas - para abrigar o pouco mais de sete mil habitantes que viviam na zona urbana - e uns poucos sobrados que circundavam a praça matriz. Alguns permaneciam em pé desde o ano de fundação da cidade, em 1833, e abrigavam a pequena parcela da classe média formada por funcionários públicos e comerciantes de gado. Apesar do grande desnível social, quem adentrasse a cidade certamente teria a impressão de que ali vive uma população abastada. A ilusão repousaria nas ruas de calçamento em pedra, na iluminação abundante, nos clubes, nas lojas, no posto de gasolina, armazéns, e até no luxo de se permitir um cinema.

Quem toma a Estrada do Feijão poderá optar por uma estrada alternativa, antes mesmo de entrar em Mundo Novo, e seguir direto para o povoado de Barra. Apenas cinco quilômetros em estrada de barro e grãos de piçarra vermelhos cortam a serra que separa a cidade e a vila. Lá vivia Maria Nilza na época em que conheceu Maurino. Poucas casas de reboco descascado, as paredes manchadas pela poeira do barro alaranjado, não mais do que três ou quatro ruas assimétricas, uma praça desnivelada, uma igreja simples e outra protestante, dois botecos de mesas sujas e alguns armazéns, era tudo o que se apercebia depois de um olhar superficial sobre aquele lugarejo. Um pouco afastado da entrada do povoado ficava a estação ferroviária. Hoje um depósito abandonado de trilhos velhos, em 1977, o prédio onde funcionava a estação de Barra

de Mundo Novo era o principal ponto de parada dos 647 quilômetros da linha Centro-Sul, que ligava os municípios de Senhor do Bonfim a Iaçú. A linha fora inaugurada pela companhia Leste Brasileiro em 16 de fevereiro de 1937.

Por ali passava o Trem da Grota, que só seria extinto completamente em 1978. Três anos antes, quando da chegada de Matota à cidade, a linha sentia o reflexo da decadência do sistema ferroviário no Brasil. Em seu apogeu sobre os trilhos, o Trem da Grota viveu o tempo áureo do transporte ferroviário. Era um trem de passageiros misto, composto de três vagões. O vagão de primeira classe tinha os estofados de couro ocupados pelos funcionários públicos, comerciantes de gado e estudantes, que seguiam principalmente para Campo Formoso, Jacobina e Senhor do Bonfim. No segundo vagão, nos bancos de madeira sem estofamento, viajavam todo tipo de trabalhador e pequeno comerciante. O terceiro vagão era o carro-restaurante, que apenas podia ser usado pelos passageiros da primeira classe.

A prosperidade que surgiu com a instalação da estação ferroviária em Barra podia ser percebida pela grande circulação de pessoas e pelo número de pensões e pequenas hospedarias que circundavam a pequena praça. Os trens que partiam de Senhor do Bonfim e de Iaçú se encontravam no final da tarde em Barra, só partindo no dia seguinte, ao amanhecer. Por isso, os passageiros eram obrigados a pernoitar no povoado. A pequena vila cresceu tanto e ganhou tanta importância, que chegaram a cogitar a transferência da sede do município para lá. Transição que nunca aconteceu para alívio dos moradores enciumados de Mundo Novo. Com a supressão do sistema ferroviário em benefício do transporte rodoviário nos anos que sucederam Getúlio Vargas, e que se seguiu ao governo de Juscelino Kubistchek, o povoado foi enfraquecendo a cada vagão que chegava vazio. O próspero povoado em pouco tempo passou à condição de lugar abandonado, pobre e miserável. Suas ruas e casarões em nada lembravam o tempo em que era o entreposto para milhares de transeun-

tes todos os anos. Era assim o povoado quando Matota chegou para ser apresentado à família de Marata. Seu Fidélis, a mulher e os três filhos eram mais uma família que compunha a população de pouco mais de mil habitantes. Gente simples e desconfiada, magra, de pele ressequida, que viviam dos pequenos serviços na agricultura e pecuária nas grandes fazendas que cercavam aquele bolsão de pobreza e miséria. Não contavam dez anos antes quando os primeiros moradores se deram conta de que junto com o trem havia chegado um grupo de crentes. Logo formaram uma congregação e de pronto ergueram uma igreja, a Pentecostal Assembleia de Deus. Frequentavam 83 homens e 143 mulheres, dentre elas, Marata, convertida desde a doença da mãe.

Grande parte da devoção de Marata era fruto dos cultos proferidos pelo pastor Agenor, da Igreja Pentecostal Unida do Brasil, em Mundo Novo. Ele era dono da Barbearia Menezes, no centro da cidade e vez ou outra viajava até Barra para ministrar os cultos. Com a proximidade dos festejos natalinos, em 1975, as orações se concentram em adorar o nascimento de Jesus. Pastor Agenor era do tipo que não dava trégua. Bastava alguém sentar em sua cadeira para cortar o cabelo ou fazer a barba que ele começava a falar sobre como o diabo se escondia por trás do líquido amarelo fermentado, ou entre a fumaça expelida do cigarro, quando o tinoso soprava a alma do infeliz. Nem todo mundo tinha paciência para esse proselitismo apocalíptico de Seu Agenor, e alguns até não voltaram mais ao pequeno salão improvisado. Mas ovelhas vão e ovelhas voltam, pensava Seu Agenor, que demonstrava paciência em esperar que os filhos de Deus descobrissem quando estavam se afastando muito de suas paragens. As portas da igreja estavam sempre abertas, e era comum que ao início dos cultos, ele perguntasse se algum dentre aqueles irmãos ainda não havia aceitado a Jesus. Quem por vontade, ou por acidente, levantasse a mão, logo era inquirido a dar o seu depoimento de pecador,

e convidado a aceitar a Deus. Quem assim desejasse, era levado até a Ponte de Cimento, que ficava próxima a feira, onde era realizado o batismo através da imersão no rio da Barra. Assim, dezenas de pecadores tornaram-se cristãos sob a presença do Espírito Santo e o intermédio de seu Agenor.

Seu Fidélis foi quem abriu a porta para a filha entrar em casa, trazendo ao lado o namorado que ela havia dito ter conhecido na casa da irmã da Igreja, Ana, em Feira de Santana. Já era madrugada, quando os dois chegaram. Ainda que fosse pela manhã encontrariam seu Fidélis do mesmo jeito. Aos 66 anos, ele não saía mais de casa, desde que dona Izabel, sua mulher, estava acamada. Desde que a doença se lhe encostara, era a filha quem cuidava, dando banho, alimentando, fazendo tudo. Por isso, quando ela insistia em viajar, era ele quem fazia todos os serviços. Os outros dois filhos homens tinham 18 e 22 anos. O sujeito trazia uma pequena mala e Seu Fidélis logo imaginou que o tempo de permanência não seria dos mais longos. Sabia o que o trazia àquela terra. Foi a própria filha quem cuidou das apresentações.

– Pai, esse é Maurino, de quem lhe falei. Ele vai passar um tempo aqui com a gente – disse Nilza, em tentando forçar um tom amistoso.

O pai fez algum dos seus sons ininteligíveis, e o sujeito respondeu com outro. A verdade é que só a filha entendeu o grunhido do pai. Sabia no arquejar das velhas e pesadas pálpebras quando alguma coisa não o agradava, e ali em pé estava uma delas. Mas passaria, quando se conhecessem melhor, logo passaria. Na manhã seguinte, o comportamento de seu Fidélis diante daquele estranho parecia um balé mal ensaiado, em que cada um dos bailarinos no palco não sabe muito bem onde ficar enquanto o outro desempenha o seu solo. Quando o sujeito partia pra cozinha, ele se deixava ficar na sala. O passo escutado se movimentando da cozinha pra o quarto, e ele inventava um pigarro e partia para cozinha. Era um estranho em sua própria casa fugindo do novo dono.

– Seu Fidélis, eu vim fazer o acerto do casamento com Maria Nilza – era a primeira vez que aquela palavra era mencionada na casa e pegou de surpresa o velho. Não que ele já não esperasse.

– Olhe, seu Maurino – o velho Fidélis era daquele tipo que não escondia nem media as palavras para dizer o que pensava de alguma coisa – eu não conheço o senhor e acho que minha filha não vai ter vantagem nesse casamento. Não estou de acordo. Nilza não é pra casar com qualquer um, não. O senhor nem tem condições de sustentar a minha filha.

Diante da fala seca do velho, disparada da mesma forma como ele escarrava o tabaco mascado, o restante da conversa entre os dois havia morrido aí. Um jamais entenderia o outro, e assim pareceu claro. Maurino seguiu para a cozinha e seu Fidélis foi para o quarto, reiniciando o balé que seguiriam pelos dias seguintes. A casa não era muito grande. As paredes não tinham prumo e eram rebocadas, sem nenhum cuidado, com barro vermelho alaranjado. O chão de terra batido tinha pequenos desníveis no encontro com as soleiras das portas. Tudo se resumia a uma sala pequena na entrada, ao lado, um quarto ainda menor, e outro ao fundo. Nos fundos, um galpão estreito e uma cozinha, cujas trempes eram cobertas pela fuligem preta que soprava do fogão a lenha.

Apesar de saber que não agradava nem um pouco ao pai, Nilza ficava todo o tempo com Maurino. Cantavam os hinos de adoração que haviam aprendido na Igreja do Movimento Bíblico em Feira de Santana. Cada cântico era repetido com fervor e adoração, sempre acompanhados de um frenético bater de palmas. O velho Fidélis não entendia nada daquele alvoroço em sua casa. Era homem velho. E nem adiantava alertar sobre o que o povo da rua poderia pensar daquele comportamento. Eles seguiam, ora rezando ora cantando, apenas cessavam para ir à Igreja que Nilza freqüentava, para ouvir as pregações do pastor Agenor.

Em determinado dia, Maurino tomava banho no quintal de casa, atrás de um bananal, quando seu Fidélis chamou a filha para conversar. Precisava

fazer alguma coisa para impedir aquela união que a cada dia via se fortalecer debaixo de seu teto.

– Acabe com o casamento, Nilza, eu não estou de acordo com o que você e esse seu namorado estão fazendo – O velho Fidélis era homem cujos assuntos de intimidade nunca conversava, ainda mais quando era com a filha dele. Porém, Nilza entendeu que o pai se referia ao fato de ela e Maurino estarem dormindo juntos, na mesma cama.

– O casamento meu com Maurino foi dado por Deus – disse de maneira firme.

– Nilza, o cedo tem jeito, o tarde não – o pai tratou de arrematar aquela conversa que já estava indo longe demais.

Maurino se aproximou da casa e os dois pararam aquela conversa que já os deixava constrangidos e nervosos. O conselho do velho pai caiu no vazio que já se desenhava entre ele e a filha. Os dias se seguiam, Seu Fidélis temia que sua filha fosse chamada de devassa pelos moradores do povoado. Ele passou a evitar as conversas na porta de casa para que alguém não lhe questionasse sobre a relação da sua filha com aquele sujeito que em nada lhe agradava. Seu maior medo era que a filha se afastasse dele. Uma casa tinha de ter sempre uma mulher pra fazer as coisas. Já não podia contar com a mãe, e ainda havia os outros dois irmãos, que não eram casados.

Certo dia, o velho chamou Maurino para trabalhar no roçado de um pasto que precisava de gente. Era a forma de ele tentar manter o único vínculo que lhe sustentava à filha, e faria ainda que tivesse de manter contato com quem não lhe agradava. Uma capinada, o suor lhe escorria pela testa, e Maurino parava para descansar. O velho Fidélis já tinha visto muito homem que não sabia roçar um pasto, mas nunca como aquele. Nem parecia que ele tinha saído de uma roça, como Nilza havia lhe contado, das bandas de Santo Antônio. O tempo entre levantar e o descer

da enxada era o tempo de outro peão cobrir um pasto inteiro, pensava o velho. No final do dia, diante do rosto perturbado, Maurino mostrou as mãos para o velho. A palma esfolada, os dedos inchados, a carne antes macia entre o indicador e o polegar era uma massa imensa de calos e deformidades.

– Deus não quer que eu trabalhe. O senhor está vendo como ficaram as minhas mãos? Isto foi um aviso. Deus me dá a alimentação, não preciso trabalhar, não. É ordem de Deus e vou cumprir – disse o sujeito diante da cara perplexa do velho.

Quando voltaram para casa, já não falavam um com o outro. Seu Fidélis estava confuso. Não sabia o que fazer para afastar a filha daquele sujeito. Seguiu direto para o quintal para tomar banho de balde e caneco. A jovem esperou por seu homem no quarto para curar-lhe as marcas da enxada. Mas aquelas já não eram calos, eram as feridas que Deus tinha infligido a ele para que obedecesse a Deus e não voltasse a fazer esse tipo de trabalho, disse o Maurino à mulher. Era preciso pregar para formação do rebanho, o seu rebanho. Era esse o seu único dever na Terra. Formar o povo escolhido, como Deus lhe teria dito. Sentiu a presença de Deus invadir o quarto em que estavam. Tudo fazia sentido na sua cabeça. As visões do Cristo, os avisos sob a forma de fogo e luz, o encontro dos dois... Eram muitos os sinais. Estavam ali todo o tempo, tudo o que precisavam fazer eram obedecê-los. Apenas um facho de luz incandescente iluminava o quarto. Talvez fosse só o candeeiro.

Ao saírem de casa no dia seguinte, Matota e Marata traziam outro semblante. Havia um quê de indecifrável no olhar daqueles dois que poderia ser testemunhado, mas não compreendido, por qualquer um que cruzas-

se o caminho deles. O sol já apenava, apesar de não ser verão. Caminhavam pelas ruas de terra quando encontraram José Alcântara Macedo, o Zé Crente, freqüentador da Assembleia de Deus há mais de vinte anos. Ele era negociante de verduras em Mundo Novo e, há pouco mais de um ano, havia se tornado um dos dirigentes da igreja em Barra. Conhecia Maria Nilza desde que ela era muito novinha. Havia crescido e se tornado uma boa cristã. Nos últimos tempos estava sempre junto do namorado, como ela lhe havia apresentado, e já freqüentavam a igreja. O rapaz, no início muito acanhado, sempre desconfiado, com o tempo se mostrou dono de uma fé comovente. Seus testemunhos eram sempre acompanhados e aclamados com muito fervor. Havia assistido a duas pregações suas na igreja e lhe surpreendia tamanha adoração a Deus e ao Espírito Santo. Todo mundo havia gostado do pastor, que, em frente ao povo, parecia ser outra pessoa, falava descontraído, embebido em fé e devoção. Era realmente a chama do Espírito Santo que fazia o sujeito se agigantar diante daquelas pessoas. Os três se encontraram próximo à praça central, na parte mais baixa dela, cuja rua, seguindo em linha reta, dava até fora da cidade.

– Irmão, o senhor precisa voltar lá na Igreja. O povo gostou muito de sua pregação. Vão os dois – Se tivesse prestado mais atenção, Zé Crente teria percebido a transfiguração do rosto do homem.

– Eu não quero me coligar com vocês. Deus quer apenas um povo e uma só doutrinação. Eu fui o eleito para pregar para o povo que vai se salvar. Aqueles que não me seguirem, deixando para trás os pecadores, não se salvarão – bradou o homem, sempre com a mão levantada como se tivesse permissão dos céus para proferir tais palavras.

Zé Crente se assustou e vendo a impossibilidade de continuar a conversa com o homem que supunha desequilibrado, rumou para casa. Naquela noite pregou baseado no capítulo bíblico de Mateus, que trata dos falsos profetas.

– E surgirão muitos deles, e enganarão a muitos. Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas, e farão tão grandes sinais e prodígios que, se possível fora, enganariam até os escolhidos. Guardai-vos deles que virão até vós disfarçados de ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores.

Não tardou para que, vivendo juntos, Marata aparecesse grávida. Desde que haviam cumprido as obrigações do casamento no Monte das Oliveiras até a vida em Barra, alguns meses tinham se passado. Os enjôos e a regra atrasada eram os sinais de que um filho concebia em sua barriga. Estava se cumprindo, para Matota, o que o Espírito Santo lhe dissera no Monte. Um filho nasceria, um santo. Seria um homem como Jesus e iria conduzir o povo para a salvação. Toda a gente deveria lhe seguir, pois era seu dever espalhar os mandamentos do Salvador na Terra.

Matota lembrou da primeira vez em que pisou no Monte das Oliveiras, de como o Espírito Santo lhe havia dito que era preciso segui-lo, pois era ele quem ia salvar o povo da Terra, mas também iria matar muita gente e levar muita nação a pique.

Salvador, 5 de maio de 1977

– E como o senhor convenceu o grupo a lhe seguir? – perguntou o delegado a Maurino, que estava sentado a sua frente, na delegacia.

A pergunta veio em tom agressivo e Maurino ouviu calado, sem esboçar reação. A voz seca do delegado Medrado cortou um mar de lembranças que lhe acompanhavam desde que havia entrado naquele lugar. Ao lado, na sala de interrogatório da delegacia, a figura do escrivão sempre batendo na máquina cada palavra, cada vírgula do que dizia, era uma trilha

sonora da qual já estava acostumado. De início se assustou com aquele TAP TAP TAP intermitente que só cessava quando ele tentava puxar alguma coisa pela memória. Darthagnan, o escrivão, nem olhava para ele. Cabeça baixa, ouvidos captando o menor sussurro de sua boca. Era uma figura esquisita, o tal do Darthagnam, mas já estava acostumado à sua presença e a da sua fiel máquina de escrever. Lembrou-se que Marata também lhe dissera, ainda em Feira de Santana, que havia feito curso de datilografia. Parecia uma ciência, aquilo.

Darthagnam não gostava quando, tentando ser ágil e habilidoso demais, tentava prever o que o interrogado iria falar e terminava errando na datilografia. Todas as correções eram feitas com um “digo” entre vírgulas seguidas da frase corretamente datilograda. Uma ciência, a datilografia, tinha ouvido alguém comentar. Esmerava-se sempre no seu trabalho e não era raro que recebesse elogios. Ao final de cada petição executada estava sempre ‘Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu Darthagnam Franciso Pinheiro, escrivão que datilografei e subscrevo’, que terminava com a sua assinatura em letras caligraficamente trabalhadas.

– E como o senhor escolheu as pessoas que fariam parte da sua Igreja? Os seus apóstolos? – perguntou já meio impaciente o delegado.

Maurino vivia mais pra dentro do que pra fora. Por vezes, se perdia no pensamento e custava para lhe tirarem de onde se enfiava quando deixava o olhar percorrer o vazio entre as lembranças.

FAZENDA
HAVANA

Foi Marata quem levou Matota até a Fazenda Havana pela primeira vez. Tinha muitos amigos da igreja que viviam ali. Mais de vinte pessoas moravam nas terras de Seu Vavá, trabalhando para tomar conta do gado e das plantações. Mais tarde, um dos homens lembraria que quando chegou ali, o pastor não foi falando logo da seita. Ele falava sobre como o diabo se escondia nos pequenos vícios para roubar a alma, e que a única palavra que deveriam obedecer era a de Jesus. Pregava em qualquer lugar. Esperava que os homens parassem para descansar e começa o falatório. Muitos se irritaram, logo de início, com aquele homenzinho que vivia falando sobre como Deus punia e como o Satanás se escondia, como eles precisavam ser vigilantes nos pensamentos e nas ações. Primeiro num dia, depois noutro. E o pastor foi repetidas vezes até a fazenda. Os homens já faziam brincadeira sobre a hora da sua chegada. Alguns vieram até a discutir e dizer que não queriam ser crentes. Durante uma discussão, pastor alertou que ninguém deveria usar relógio porque era pecado, pois Deus tinha dito a ele que os apóstolos naquele tempo não usavam.

Quando a briga era muita, ele ficava um tempo sem aparecer. Bastava passar um tempo e ele riscava de novo por lá, logo atrás da mulher. Verdade é que muitos que antes saíam, mudavam de roçado para não ouvir a pregação, começaram a ficar para escutar. Muitos tinham medo. Deus punia com severidade aqueles que não o obedeciam, dizia. Se assim O quisesse, a terra poderia tragá-los em um segundo... vupt!. Ou uma bola de fogo desceria dos céus e transformariam cada um ali em cinzas que o gado lamperia junto ao sal grosso. Os olhares incrédulos de antes, fixavam com temor aquele homem que falava com desenvoltura em línguas que ninguém nunca tinha ouvido antes. Parecia inglês, parecia... O homem parecia em transe. Era a mulher do pastor, conhecida de todos ali há tempos, quem traduzia aquele mundaréu de emboações. Ela que dizia o que Deus falava através da boca dele. Até a esposa do pastor parecia outra. Falava de um jeito duro, firme, por vezes agressivo, os olhos pareciam saltar do rosto. Ficavam assustados com ela. A maioria

ali tinha muitos vícios. Gastavam o dinheiro de um mês de trabalho na feira em Mundo Novo. Alguns até ficavam por lá caídos, “cachorro lambendo a boca”, como era hábito do povo dizer, entregues à sorte – ou ao Satanás. O homem falava que não podiam mais ir à festa, nem ficar em venda conversando, pois era nessas horas que o “cão passava o rabo”. Durante a tradicional festa de carnaval no Clube Lyra, nem passar perto da cidade nesse dia podiam, pois o maligno estava solto. Aos poucos, os homens foram mudando de comportamento. Não gastavam mais o dinheiro da roça em cachaça, até o cigarro de fumo, que antes mesmo as mulheres costumavam fumar, foi deixado de lado. As vaidades das mulheres também foram ficando esquecidas. Fato é que todo mundo havia mudado, desde que o pastor, acompanhado da mulher, havia chegado à Fazenda Havana. Era um homem de grande fé, sem dúvida. E, além disso, ninguém queria ser destruído por Deus se não obedecessem a Ele e a eles. Apenas com o passar de certo tempo é que o pastor começou a falar sobre a necessidade de se juntarem. Porque Deus queria seus filhos mais devotados sempre juntos, para não ficarem vulneráveis. E ademais, quem não fizesse parte não se salvaria. Não se lembravam da primeira vez que o pastor havia dito o nome da igreja pela primeira vez. A Igreja dele, deles. Fato é que quando aquelas pessoas se deram conta já estavam tentando convencer os outros a também seguirem a Igreja Universal Assembléia dos Santos.

A vida na casa de Seu Fidélis ficava insustentável a cada dia. O velho, que já não gostava da vida de amancebados que a filha e o sujeito levavam, detestava ainda mais o fato de agora estarem saindo pelas ruas “espalhando a palavra de Deus”, como eles falavam. Imagine se Deus iria pedir àquele sujeito que falasse em nome Dele, pensava o velho. Em um dia do mês de novembro, quase virando para dezembro, nasceu Biulene.

O nome dado pela mãe seria trocado por Morotó, apelido dado pelo pai. O parto normal foi rápido, e o velho imaginou que Morotozinho era uma criança muito bonitinha, até. Era sua primeira neta, para decepção de Matota, que esperava que o bebê fosse um menino.

– E como o senhor explica o fato do seu filho ter nascido mulher e não homem? – perguntou o delegado, arrancando o homem mais uma vez de suas dolorosas lembranças.

– Antes de Morotó nascer, Jesus tinha me dito que meu filho nasceria um homem. Quando ele nasceu e eu vi que era uma mulher, fiquei decepcionado. Foi então que Jesus me disse que Morotó tinha nascido parecendo mulher porque foi castrado ainda na barriga de Marata. Que era pra ele ficar mais puro. Mas na verdade ele era homem.

O delegado pensou se estava diante de um sujeito de fato louco. A criança era uma menina, pelo menos fisiologicamente, mas o sujeito insistia que era um menino. Decidiu não insistir.

Após o nascimento da criança, todos, inclusive o velho, tiveram de tratar a criança como se menino ela fosse. Se falassem que Morotó era uma menina, a raiva descontrolada que tomava conta do pai era tão grande, que ninguém quis despertar aquela ira outra vez. Maurino enchia o peito de orgulho em falar que o filho havia nascido com três dons divinos: a sabedoria, a ciência e a fé. E dizia para quem quisesse – e também para quem não quisesse ouvir, é verdade – que o filho não se casaria porque teria de cumprir a missão dada por Deus. Como se já não fosse difícil comportar seu Fidélis, Matota e Marata na mesma casa, a chegada de Morotó e o proselitismo do casal cada vez mais ativo tornaram a convivência absurda. Matota e Marata decidiram se mudar para a casa de duas irmãs, Maria da Paz e Maria Alves. Ali teriam espaço para cuidar do pequeno em um lugar abençoado por Deus e também para reunir o grupo de escolhidos que já se desenhava.

Maria da Paz e Maria Alves haviam sido as primeiras a aceitar as pregações do jovem pastor, e assim como as outras mulheres do grupo, serviram de ponte para que os maridos e irmãos, homens, aceitassem obedecer ao jovem casal. As duas irmãs se pareciam bastante: a pele morena quase negra, os cabelos crespos combinavam na escuridão da cor dos olhos. Não tinham mais do que um metro e cinquenta centímetros de altura. A casa de número 96 na Barra era, em fins de 1976, uma moradia simples como todas as outras habitações no povoado.

Logo na entrada, dois berços ficavam dispostos no que se pretendia ser uma pequena ante-sala. Apenas um trazia um colchão velho de espuma visivelmente cortado de algum sofá. Em um dos cantos, uma cama de casal desmontada, no outro, dois bancos de madeira pouco lapidados. Em cima da mesa, um amontoado de panelas de alumínio gasto, pratos, bacias e outros objetos da cozinha denunciavam uma despensa improvisada. À noite, um lampião em cima de uma peça fórmica junto à janela fazia o grupo não esbarrar um no outro. Na outra sala, outra mesa, igualmente utilizada como despensa para o que não cabia na primeira. Pratos, copos, bandejas e panelas maiores. Uma das portas da sala levava para um quarto pequeno. Embaixo da cama de solteiro, ficavam sete baús que guardavam as roupas das crianças. O último quarto da casa era o menor de todos. Telhado mais baixo que o dos outros cômodos, nenhuma janela permitia a luz de fora entrar. Uma cama de solteiro de madeira similar às outras serviria para que o casal recém chegado se acomodasse. Ali viveriam Matota, Marata e Morotó.

Outras quatro crianças viviam ali: José Carlos, Rosemeire e Ledina, filhos de Maria da Paz com um rapaz chamado João, e Núbia também filha dela com Godofredo, que trabalhava na Fazenda Havana. A mais velha

era Ledina, com nove anos. Depois, Rosemeire, que tinha puxado os traços negros e os cabelos difíceis de pentear da mãe. José Carlos tinha sete anos e era ativo, como todo menino assim que rebenta para o mundo. Com menos de um ano, Núbia era a dona de um dos berços da casa. Talvez tivesse sorte em ser uma das escolhidas para dormir no colchão de espuma. Maria da Paz trabalhava como doméstica na sede da fazenda e era casada com um homem 30 anos mais velho que ela. Godofredo tinha 56 anos, mas de tanto que o sol lhe queimara a pele branca, que parecia ser muito mais velho do que era. Era o administrador da fazenda, o braço direito do velho Valdomiro Brandão. Godofredo era responsável pelo pagamento dos outros trabalhadores, por ser homem de confiança e por ser o único que não se assustava diante de um punhado de números e letras embaralhadas. Havia chegado àquele povoado há cerca de dez anos. Vinha de Feira de Santana de onde já partia contratado como gerente da fazenda pelo filho de Seu Vavá.

Morando na casa das duas irmãs, o jovem pastor já possuía alguns seguidores. As promessas dos castigos divinos e a sedução pela libertação do espírito aglutinavam pouco mais do que dez pessoas. A cada demonstração dos seus poderes em conversar diretamente com o divino, sempre traduzidos por sua mulher de maneira dura e contundente, o número de fiéis e ovelhas arrebanhadas aumentava. Primeiro as mulheres, cuja sensibilidade e insistência logo foram se espalhando por seus maridos e depois todos os trabalhadores da Fazenda Havana, que obedeciam às pregações.

– Pastor? – Interrompeu, bruscamente, o delegado Medrado, o homem mirrado que dizia as qualidades do sujeito a quem ele chamava de santo.

– Eu só sei que ele atraiu todo mundo. Eu não sei se ele tinha poder. Ele dizia que tinha e tudo o que ele falava a gente acreditava e ficava atraído. Ele falava língua embolada que só quem entendia era ele e a mulher dele. Cá, ninguém entendia. Eu achava que ele era mesmo santo.

O delegado olhava incrédulo. Já havia visto muitos casos de assassinos nos anos de delegacia. O homem com sotaque hesitante, típico do interior do sertão, com tês e dêz fracamente pronunciados, continuou:

– Ele dizia que era apenas para seguir Deus. A gente foi acreditando porque ele falava língua. Ele e a mulher dele falando que era Deus que estava profetizando, e que se nós não obedecesse ia destruir todo mundo. Aí a gente ficava com medo, achando que era uma certeza. Todo mundo iludido mesmo.

O delegado fez sinal para que o policial viesse buscar o preso e levá-lo de volta à cela. Darthagnam datilografou o nome do sujeito: Pedro, o Fanuel; assinou e rabiscou sua assinatura moldada à caligrafia na linha seguinte.

Ninguém sabia quando ele passou a se chamar Matota, e a mulher, Marata. Também ninguém tivera coragem de perguntar. Chegaram à Barra já com esses apelidos e deram, quando do nascimento do pequeno filho, o nome de Morotó. Apenas Seu Fidélis insistia em chamar a filha por Maria Nilza e o sujeito por José Maurino.

Na Fazenda Havana, tudo seguia como antes, exceto pela presença sempre constante do pastor. Os homens se dividiam entre o roçado do pasto, os serviços de manutenção da propriedade e do rebanho nelore, que

não era pequeno. Junto aos homens, estavam as mulheres e filhos, todos agregados, vivendo em pequenas casas construídas dentro das terras da fazenda.

Um dos lavradores se chamava José Catarino e era casado com Dona Almerinda. Já estava na velhice, beirando os 68 anos, quando foi convencido pela mulher a ouvir as pregações do pastor Matota. Os dois haviam tido 16 filhos, embora apenas dez tivessem conseguido sobreviver até aqueles anos de fé desmedida. Pais e filhos viviam dos serviços disponíveis nas terras de seu Vavá. Somavam-se à grande massa de trabalhadores analfabetos, pobres e cor de terra, que enchiam os secos solos da região de Barra. Dos sete filhos que se juntariam ao grupo da Universal Assembleia dos Santos, Janilton e Marilene, que tinham 21 e 24 anos, respectivamente, eram os mais devotados. Marilene era a única mulher da família e tivera uma filha com um homem da região. A pequena Márcia tinha três anos.

Também na fazenda viviam Lourisvalda e Romildes, que eram irmãs de Maria Alves e Maria da Paz. As quatro eram filhas do velho Sérgio Alves Araújo e de Dona Vivaldina. Os pais viviam em Barra e, desde o nascimento do quinto filho de Maria da Paz, cuidavam da criança com o amor desobrigado e generoso que avós naturalmente sentem pelos filhos de seus filhos. Depois de certa insistência das filhas, Dona Vivaldina havia ido a alguns cultos na Fazenda Havana. Porém, o marido não havia gostado nada dessa história de ela acompanhar pastor depois de velha e a nova religião teve de ser abandonada. Romildes, a segunda filha dos velhos, era casada com Pedro, vaqueiro da fazenda. Trabalhava lá quando conheceu o esposo, que naquela época já beirava os 30 anos, mas que ainda era muito bem apessoado em comparação aos outros da fazenda. Estavam casados há três anos, e tiveram dois filhos: Andréia e Samuel. A outra irmã, Lourisvalda, era casada com Dario. O vaqueiro tinha 28 anos e, apesar de ser de Baixa Grande, cidade vizinha a Mundo Novo, vivia na

Barra desde os 10. Tinham três filhos: Marivaldo, Sérgio e Cleide.

Também fazia parte da nova igreja, a doméstica Floraci, que era casada com Nane, um dos vaqueiros da Fazenda Havana. Logo que a mulher decidiu aderir ao grupo, o vaqueiro se opôs à religião. Depois de muitas brigas, Floraci decidiu abandonar o marido e ir viver na fazenda com o grupo. Lá, conheceria Adilton, filho de José Catarino, com quem se juntaria. A diferença de idade entre os dois, ela com 36 e ele com 19, não seria problema para a união. O outro membro da religião pregada pelo jovem casal era José Alves. O rapaz de mãos grandes tinha 17 anos e, há dois, realizava pequenos serviços de limpeza na propriedade de seu Vavá.

Jesus havia escolhido os seus apóstolos. Eram 12, ao todo. Homens simples, pescadores, carpinteiros, escolhidos no meio do povo. Matota também havia escolhido as ovelhas do seu rebanho da terra mais seca, das dores mais cruas, prontos a se deixarem guiar por quem se apresentava como enviado de Deus. Homens, mulheres e crianças obedientes na fé e no temor dos castigos do divino.

– E só entrarão no reino dos céus aqueles que se comportarem feito os apóstolos do Cristo – advertiu.

Os pequenos cultos passaram a ser realizados, com bastante frequência, no terreno amplo e arejado que circundava a sede da Fazenda Havana. Matota e Marata ficavam na casa da Barra sempre em oração e vigília ao pequeno filho, Morotó, e partiam à tarde para a fazenda a fim de realizar as pregações aos trabalhadores. Uma das vezes que lá estavam todos reunidos, embaixo de uma das árvores da mata que ficava próxima às casas dos trabalhadores, chegou o pastor Agenor. Havia ido para conversar

com Godô, como todos conheciam Godofredo, administrador da fazenda. Não aceitava que ele, homem instruído, pudesse ser envolvido tão facilmente por esse homem que iludidos também chamavam de pastor.

– Quero desviá-lo, assim como toda essa gente, das garras desse falso pastor. O sujeito não tem as mínimas condições para doutrinar essa gente – vociferava para o administrador.

– Vou ficar com o pastor Matota, ele está com Deus – respondeu, na frente de todos, o velho de pele vermelho queimado.

Derrotado, mas sem perder o discurso proselitista que o acompanhava até nos gestos, o pastor Agenor passou uma mão sobre a outra.

– Godô, faço como Pôncio Pilatos. Minhas mãos estão lavadas para você e toda essa gente a partir dessa nossa conversa.

O pastor foi embora sem voltar mais àquelas terras até a partida do grupo para Salvador. Matota se sentiu vitorioso. Sentiu a mesma emoção que lhe tomava o corpo momentos antes de começar a falar as línguas que não eram a sua. Sentiu a carne rijá, em tons de vermelho e rosa, queimando como brasa da planta dos pés à raiz dos pelos. Nas veias, o sangue pulsava feito cachoeira, e nas de grosso calibre podia-se escutar o som das vibrações a cada contração do coração disparado. Nessas horas, transformava a respiração em um ato voluntário, que requeria empurrar com violência o ar para os pulmões e prendê-lo até não suportar. Sentia uma energia tão forte, quando era tomado por essa força, que não conseguia ficar longe de Marata e não se deitar com ela.

O BATISMO

O laço invisível que unia os membros do grupo tornava-se mais forte. Algum tempo depois, um dos irmãos de Marata recordaria outro fato que ocorreria para fortalecer a união do grupo. Matota começou a realizar suas pregações aonde quer que fosse, mas o povo começou a demonstrar insatisfação diante da presença incômoda daquela figura.

– Certo dia, um homem conhecido por Bugalhau, resolveu dar uma surra no Maurino que era odiado por todos. No momento, ele fazia as pregações em meio a uma gritaria danada dos meninos que jogavam pedras e areia na casa. Bugalhau, com um porrete na mão entrou porta adentro e deu uma porretada em Maurino, atingindo-o na cabeça. Sangrando bastante, ele fugiu pelos fundos e só voltou pra casa pela madrugada.

Ficar em Barra já não era seguro. Quem encontrou a saída foi Maria da Paz. Ela, junto com Matota, Marata, o pequeno Morotó, os quatro filhos e a irmã se mudariam para a Fazenda Havana. A proposta foi de imediato aceita por todos os moradores da casa e o pastor ordenou que Godofredo cuidasse para que fossem instalados na fazenda. Chegara o momento de todos, inclusive os outros trabalhadores, viver em uma só casa, onde o pão fosse repartido uma só vez, por um só homem, a todos aqueles que Deus havia escolhido para salvar o mundo da perdição.

– Josué, qual é a casa que vamos morar? – disse Matota ao administrador das terras de seu Vavá.

Godô estranhou o nome como pelo qual o pastor havia lhe chamado, mas não deu muita importância. Organizou o que pôde e, no outro dia, todos os seguidores da Igreja Universal Assembleia dos Santos deixaram suas casas e passaram a morar na antiga sede da Fazenda Havana. A mata dividida em limite notadamente marcado com a área de pasto ficava a uns 50 metros do quintal da casa, onde havia uma pequena plantação de milho, mandioca, feijão, apenas para o sustento dos moradores. Do lado direito, ficava o curral, para onde o gado era levado por Nane todo

final de tarde. Vista de fora, a velha sede não parecia tão ampla como se percebia por dentro. Uma varanda com telhado recaído e suspenso por seis colunas cercava toda a frente da casa, com uma porta dividindo duas janelas grandes em cada lado. Nas laterais, cinco janelas de mesmo tamanho, pintadas há alguns anos em azul agora descascado, terminavam na porta de acesso à cozinha do lado direito, e a um pequeno depósito no lado esquerdo.

Logo, o grupo adaptou-se a uma rotina quase inalterável. Pela manhã, os trabalhadores da fazenda cumpriam suas obrigações com a terra: os homens cuidavam dos serviços da pecuária e da lavoura e as mulheres dos pequenos serviços com os animais e dos cuidados com a casa. Quando caía a tarde, todo o grupo se reunia para que o pastor e sua mulher desfiassem o rosário de obrigações e punições que Jesus estaria pronto para exigir e cobrar de cada um presente naquele grupo. As orações e cânticos varavam a noite e, não raras vezes, seguiam até a madrugada. Quem passasse pela estrada dificilmente escutaria o som dos seguidores em oração por conta da distância entre a sede da fazenda e a estrada de terra que a ligava ao povoado. Em uma das inúmeras vezes que se afastava do grupo, junto com a mulher, e voltava para contar o que havia conversado com Jesus, Matota determinou como as coisas seriam organizadas agora que todos viviam juntos.

– Deus não quer que eu vá para o campo. O meu lugar é aqui dentro de casa orando e lendo trechos da Bíblia com Marata e as outras mulheres. Quando tiverem que reclamar com os filhos, lembrem que aqui o profeta sou eu. Serei eu quem castigará os desobedientes e pecadores, principalmente as crianças, que facilmente são tomadas pela perdição e dominadas pelo Satanás – Matota falava forte e em tom de ameaça para o grupo que o escutava atento – Vocês aqui não devem deixar os meninos

pecarem. Aqueles que não forem obedientes irão para as trevas e por isso não ficarão juntos dos que serão salvos. Somente os pecadores serão sacrificados em nome de Deus. Eu fui eleito por Ele para formar o grupo que pregará pelo mundo a única religião que Jesus Cristo me ordenou – disse o pastor Matota ao séquito como primeiro grande mandamento a ser seguido.

– Eu estava em casa aí ele chegou. Era meio-dia, e disse: “Pedro, teu nome não é Pedro. Teu nome Deus botou Fanuel”. A partir daí ele só me chamava de Fanuel – disse o lavrador ao delegado durante o depoimento.

Certo é que, a cada hora que chamava algum dos membros daquela seita para depor, mais absurdo era o que descobria, pensava o delegado Medrado.

– Quando ele me chamava, logo eu achava diferente. Mas depois ele continuou, eu fui me acostumando. Na base de uns 30 dias eu já estava acostumado. Já virava a cabeça se alguém gritasse Fanuel.

Três meses antes da conversa entre o delegado e o lavrador, Matota havia reunido todos os seguidores na Fazenda Havana.

– Recebi um aviso. Devo batizar todos vocês com nomes santos, retirando o nome do pecado e colocando os nomes que Deus me ordenou em visão. Esta será a forma de evitar que vocês continuem com o nome que pecaram antes de aceitarem a Deus e a salvação.

O grupo deveria comprar roupas brancas e, no dia determinado por Matota, partiriam para a Ponte do Cimento. Os homens de terno e as mulhe-

res de camisas e saias longas, igualmente brancas. Também as crianças vestiam branco quando todos rumaram para a Ponte Cristã, como Matota havia apelidado o lugar. Era ele que, com a ajuda da mulher Marata, imergia os seguidores nas águas escuras do açude a oeste do povoado.

A cabeça era mergulhada ao mesmo tempo em que os hinos em louvor ao Espírito Santo eram cantados cada vez mais alto. Matota incitava a todos que falassem a língua que ele e a mulher entoavam. Quando mergulhou o corpo, Fanuel deixava o Pedro pecador definitivamente ali, assim como os velhos José Catarino, agora Jacó, e Almerinda, agora Raquel. Os filhos passaram a se chamar João, Arão, Ismael, Noel, Jafé e a única mulher, antes Marilene, agora era Bila.

As quatro irmãs, filhas do velho Sérgio, saíram despenteadas da água e com novos nomes. Maria da Paz era Léa, e seu marido Godofredo, era Josué. Maria Alves era agora Eliquis. O pecado em Romildes dava espaço à santidade em Eloquis, e Lourisvada, a Abigail, que agora, já não era casada com Dario, mas com Daniel. O próximo a ser submerso na água foi o rapaz de nome José, que recebeu a nova identidade de Aláquis. Depois foi a vez de Adilton, que passou a se chamar Abimalaqui, e Floraci, que passou a se chamar Ana. Por último as crianças: Cloude, não mais Cleide; Mirian, Obede, Lucilene e Ismail, não mais Núbia, José Carlos, Ledina e Rosemeire. Suani, não mais Andréia. E a pequena Márcia de três anos, que se chamaria Marta. Sérgio, Marivaldo e Samuel, que já possuía nomes santos, segundo pastor, não precisavam mudar. As inspirações para os novos nomes, segundo diria Matota em depoimento, teria sido a Bíblia que ele um dia pensava em escrever.

A roupa branca comprada para a cerimônia de batismo encharcada no corpo chamava a atenção de quem encontrava o grupo no caminho de volta à Fazenda Havana. Cantavam e rezavam alto no regresso como se temessem que aquele sentimento extraviasse. Internamente, também, já não se sentiam os mesmos. Matota sentia o corpo ferver.

NOTAS DO
INTERIOR

Os olhos e ouvidos dos moradores da região logo se ocuparam em marcar os passos do grupo. Em novembro daquele ano, 1976, as trovoadas que costumavam acontecer em meados de dezembro e janeiro haviam chegado mais cedo. A cidade fervilhava com a proximidade das eleições. Mas o que antes seria tema para conversas soltas e desperdiçadas sobre o tempo nas portas das casas, já nem despertava interesse entre a população. Havia algo novo a se comentar e não era sempre que isso acontecia. Em toda a Barra, só se falava da história dos seguidores do pastor. Era o que se comentava nas rodas dos armazéns de secos e molhados e nos grupos de senhoras nas portas das igrejas antes dos cultos. Sempre que passava um parente ou amigo muito próximo de algum membro do grupo a conversa logo recaía na quantidade de chuva que despejava sobre a região. Dentro das marcações das terras, o pastor era uma espécie de blindagem natural de qualquer penetração alheia ao grupo formado por aquelas pessoas, os filhos delas, e sua mulher.

Não demorou até que padre Nicanor Cunha, vigário geral da paróquia de Mundo Novo, tomasse conhecimento da história. O sacerdote tinha a pele muito branca, que mal cobria os ossos já frágeis da sua estatura razoavelmente alta. O queixo fino e os olhos grandes e míopes compunham uma figura engraçada. Raras vezes era visto usando uma bata que não de cor bege. Havia sido ordenado padre em dezembro de 1940 e, sete anos depois, já havia sido designado pároco daquela pequena cidade, não muito maior do que o Riachão do Jacuípe, onde nascera. Metade dos seus poucos mais de sessenta anos de vida estava dedicada àquela comunidade. Afilhados havia inúmeros, sem contar a infinidade de casamentos que o simpático padre realizara.

Já havia construído fortes relações de amizade naquele lugar de gente tão amistosa, como acreditava. Talvez por isso, o padre Nicanor não dera muita importância à queixa que os fiéis da Barra lhe haviam feito quando ele fora celebrar uma missa no povoado. Segundo o caso que lhe contaram, não no confessionário, mas logo após a cerimônia religiosa, havia

um pastor na Fazenda Havana, propriedade de seu Vavá Brandão, que pregava uma nova religião. O grupo tinha tudo de incomum, inclusive lhe disseram que o tal sujeito ordenava que os homens trocassem de mulheres entre si. A história parecia mais um dos muitos casos da cidade gostava de aumentar. Tinha até uma mulher de sete metros que sentava na janela de casa e punha os pés no rio que cortava a cidade. Era um povo muito criativo, pensava ele. Em paróquia pequena, qualquer coisa pode ser motivo para as pessoas se assustarem. O padre não se interessou pela história. Acreditava que cada um devia cuidar da sua pastoral. Ele que não queria entrar em atrito com o pastor da nova seita.

As eleições para prefeito e vereador logo seriam realizadas em meados de novembro. Com certa tradição em disputas políticas acirradas, o clima da cidade, assim como o de todos os povoados e distritos do município, sofria uma espécie de ebulição. Ou se era de um, ou se era do outro partido. Até os que não eram tanto politizados tinham lá suas preferências e simpatias. O prefeito da época se chamava João de Almeida Peixoto, engenheiro agrônomo e pecuarista que havia ocupado o cargo em 1972. O nome mais cotado para a disputa nas urnas de lona marrom neste ano era o de Ederval Nery, pecuarista da região e que já havia sido eleito entre 1967 e 1971. Os nomes mais fortes para o cargo de vereador eram também grandes proprietários de terra e cabeças de gado na região, como José Cabral de Souza, Dilton Macedo Barreto de Oliveira, Paulo Jerônimo Navarro Petilo, Alberto Nery Vilela e outros seis nomes de posses e influências semelhantes.

O pastor Agenor já tinha tirado suas conclusões sobre o Matota e o grupo de fanáticos que agora lhe seguiam. Por isso, não estranhou quando lhe disseram que o sujeito estava ordenando que os seguidores rasgassem os títulos de eleitor durante suas pregações.

– Você está doutrinando o povo de uma maneira muito diferente. Dizendo a todos para viverem juntos sem que seja preciso casar, obrigando que cada homem fosse morar com a mulher que escolhesse – disse revoltado ao homem da última vez que o havia encontrado em uma de suas idas à igreja de Zé Crente na Barra. Matota não quis ouvir o que o pastor Agenor tinha a dizer. Já conhecia o discurso e não estava com paciência para escutar. Seus nervos ferviam sempre que encontravam com aquele barbeiro e ele seguiu seu passo, já nem sabia para onde.

O delegado de Mundo Novo também ficaria sabendo do rebuliço que certo pastor estava causando no povoado de Barra. O tenente da Reserva da Polícia Militar, João Rocha, era experiente no cargo. Tinha escolhido a cidade para encerrar sua vida na polícia. Rosto magro e bastante marcado pelo tempo, o homem tinha o nariz e orelhas tão grandes quanto os olhos sobressaltados da órbita. Junto com a notícia de que o tal pastor fazia suas pregações ordenando que os fiéis rasgassem os títulos de eleitor e todos os outros documentos, chegaria aos ouvidos do delegado que ele também exigia que homens e mulheres trocassem de parceiros. Até aí, nada poderia ser feito. O dono da Fazenda Havana, o Vavá, era quem poderia tomar qualquer atitude contra o grupo de crentes, pensava. Mas uma denúncia perturbaria a falsa tranquilidade do delegado. Matota teria deflorado uma moça em Feira de Santana. Ninguém sabia quem havia contado ou sequer ouvido o caso pela primeira vez. Como toda história relacionada ao grupo, uma infinidade de pingos e pontos seriam acrescentados e até os jornais, alimentariam o círculo de boatos a serem contados.

– Sozinho aqui, com um só soldado, como poderia eu prender um homem que tinha ao seu lado mais de 30 pessoas? – se perguntaria o delegado João Rocha algum tempo depois, talvez explicando uma possível omissão em relação ao desfecho daquela história.

– Cheguei até a mandar, por um dos filhos de Vavá, um recado ao delegado Regional de Feira, Jurandir Oliveira, para ele me mandar uns investi-

gadores a fim de que efetuasse a prisão do grupo e do pastor. Na época, aqui tinha dois soldados, porém um estava viajando e, quando o outro chegou, foi logo transferido para outra cidade. Aguardei os policiais de Feira, mas como não chegaram, nada fiz contra o pastor.

Um suspiro precederia as últimas frases, como se demonstrassem também que até elas não seriam capazes de mudar o rumo que as coisas tomaram.

– Mas também não demorou muito e foram embora da Fazenda Havana, levando todos os trabalhadores do Vavá, que pediu que desse um jeito. Mas que jeito eu poderia dar sozinho?

Talvez tivesse dado mais importância ao caso, o padre Nicanor, quando o velho Sérgio, lavrador do povoado, lhe procurasse algum tempo depois, em Mundo Novo, para nova queixa. O homem não sabia o que fazer desde que quatro das cinco filhas, e ainda mais a esposa, estavam seguindo o pastor e deixando de lado a religião católica. O homem não se conformava com aquilo.

– Ele me fez um desabafo. Eu não levei muito a sério os fatos – lembraria o padre alguns meses depois, quando perguntado a um jornalista, sobre se ele poderia ter feito alguma coisa para impedir a trágica história com o povo daquela terra.

O velho Sérgio andava triste desde que o pastor havia invadido a sua casa e levado o filho de Maria da Paz que ele cuidava como se seu filho fosse. Já havia procurado o delegado João Rocha, mas este lhe dissera que nada poderia fazer, já que a criança estava com a mãe. Gente velha tem dessas de prever o curso da água apenas observando a curva que ela costuma

desenhar ainda na cabeceira do rio. Chamou, então, o amigo da família e padrinho da criança, Wilson. Juntos, planejaram uma forma de tirar o garoto da Fazenda Havana sem despertar a atenção dos seguidores do pastor. Até sua filha, se percebesse a presença do compadre poderia estranhar e esconder o pequeno. Foi o velho Sérgio quem contou.

– Quando Wilson chegou lá na Havana, montado a cavalo, na casa onde o povão se reunia para rezar com o Matota, ninguém percebeu, pois todos estavam dentro da casa. Aí, então, ele chamou o garoto e falou: ‘Menino, tu quer ir pra onde está teu avô?’ E ele concordou, dizendo que sim. Wilson pegou o menino, colocou na garupa do animal e trouxe lá pra casa. Somente quando eles deram por falta da criança é que se azoaram.

Ao lado estava Nivaldina, filha do velho. Ela fazia coro ao temor do pai em relação ao destino das quatro irmãs seguidoras da nova religião. Ela era muito parecida a Lourisvalda, a Abigail. A diferença estava na forma como ela domava os cabelos rebeldes, pretos e volumosos. Prendia junto à cabeça, o que revelava ainda mais o rosto oval e negro.

– Fui tentada diversas vezes para participar da seita do pastor por minhas quatro irmãs, mas vi que aquilo não era coisa de Deus. Então, não aceitei os convites. Elas não se deram de conformadas e chegaram até a dizer o seguinte: “Esta sua filha é uma perdida, e vai ficar nas trevas. É ela quem está impedindo de nos acompanhar”, para que eu pudesse ganhar o céu e arranjar outro marido, que o Edvaldo não servia para mim. Porém eu não concordei com elas. Minhas irmãs queriam que eu me desfizesse de minha filha Daionara, que só tem nove meses, que ela era perdida e não poderia ficar junto do pastor Matota se eu decidisse ir junto com elas. Foi Deus que estava do meu lado, que me segurou pra eu não deixar meu marido e minha filha para seguir o pastor.

Nivaldina sabia que a irmã Maria Alves havia se casado, por determinação do pastor, com Antonio, filho do velho José Catarino. Talvez não

soubesse que já não se chamavam assim, mas Eliquis e Davi, filho de Jacó. As declarações do pai e da irmã das seguidoras confirmavam a história que tinha extrapolado as cercas de arame farpado e a proteção do pastor Matota. O povo comentava no povoado e o pai se envergonhava toda vez que escutava a história. Costumavam dizer que o pastor Matota não gostava muito de crianças. Que o choro delas o incomodava muito. As maiores, que naturalmente gostavam de fazer peripécias proporcionais a suas idades, eram duramente castigadas por ele e pela mulher, Marata. Amarravam as mãos dos pequenos e, com um ramo de urtigas, surravam as crianças, que choravam e gritavam com a queimação e ardência provocadas na pele.

– Calados, não chamem para aqui o Satanás. Aqui somente Deus tem lugar. Eu vou tirar o pecado de vocês ou então terão de deixar essas terras – diziam que era como costumava gritar quando as crianças choravam.

Os pais, ao que parece, temendo que o casal descarregasse sobre eles um castigo, nada faziam para impedir o sofrimento dos filhos. Assistiam tudo de longe e se alguém se apiedasse, e desse colo à criança que corresse, Matota prontamente repreendia a todos: “Não, ele é um pecador. Não tenham pena, somente sofrem os que não têm Deus como o Salvador!”

A cada dia, o pastor escolhia uma mulher para dormir junto. E sempre com o consentimento da esposa, que jamais se sentia preterida ou enciumada. Os homens obedeciam à vontade do pastor porque se fora ordenada por ele deveria ser cumprida. Alguns até diziam que eles também tinham direito de trocar de mulheres, porém, era Marata quem autorizava e fazia a escolha da nova parceira. Depois de um tempo, Matota não permitia que ninguém mais trabalhasse na roça. Todos deveriam ouvir suas pregações. Quando uma criança chorava, ele a castigava duramente sem piedade. Era o que diziam.

ARRIBAÇÃO

Salvador, 4 de maio de 1977

O delegado Medrado lia uma matéria de jornal daquele dia. Sentado em sua mesa, olhava para um grande saco encostado ao canto, que lhe impedia de circular de um lado a outro como costumava fazer sempre que precisava pensar em algo.

Na sala do chefe do Posto Policial de Itapuã estão estocados várias sacas com objetos e mantimentos apreendidos no Monte das Oliveiras, onde o grupo estava reunido. Entre os gêneros alimentícios estão feijão, arroz, café, macarrão, carne do sol, farinha, além de alguns temperos. Uma panela bastante queimada pelo fogo de gravetos, além de outros vasilhames improvisados. Em outro saco de pano, grande quantidade de recortes de tecidos. Em um pequeno saco, alguns livros, inclusive duas ou três Bíblias.

Fonte: jornal A Tarde, 4 de maio de 1977.

Dizia ainda o trecho da matéria do A Tarde: “*Estes objetos serão encaminhados à divisão Policial da Capital, através do ofício*”. O documento não havia demorado a chegar e os sacos com os objetos dos seguidores já estavam em sua sala. Desde que o caso passou a ser noticiado em todos os jornais da cidade, e até em periódicos de outros estados, havia certa urgência em resolver as coisas. Pedidos e mandados que em outros casos demorariam meses, neste estavam sendo resolvidos com velocidade absurda. Haviam jogado uma imensa luz sobre a história e a eficiência e a agilidade em desvendar todos os pormenores renderiam, no mínimo, uma citação positiva nos jornais. Viviam a grande cena. Agentes penitenciários, escrivães, advogados. Diante do delegado, Pedro ou Fanuel, tanto

importava para ele, se sentava para uma nova sessão de interrogatórios. Darthagnam já havia voltado do habitual intervalo para tomar café e ajeitava cuidadosamente a folha branca na máquina de datilografar.

– Pois, bem, senhor Pedro. Vamos encerrar uma parte da história. Me fale sobre os dias que antecederam a mudança do grupo da Barra até Salvador.

– Uns dois meses antes de o grupo levantar viagem, Matota rasgou a Bíblia, dizendo que ela era errada. Ele dizia que não era essa Bíblia que Deus deixou na Terra e que a dele era Deus quem iria dar com os verdadeiros ensinamentos. Disse que quem estava lá, naquela lei, não saía mais e para entrar outro também era difícil.

– Continue

–... eu não sabia ler direito e não lia a Bíblia. Só tinha uma lá, sem ser a de Matota e Marata, mas eu lia muito pouco e não entendia nada.

– Onde José Maurino conseguiu os nomes para os integrantes do grupo? Perguntou o delegado já prevendo de certa forma a resposta.

– Da Bíblia, mesmo. Uma certa tarde, na Fazenda Havana, Matota colocou toda a gente num local aberto e mandou que Nane soltasse uma vaca nelore, que tinha acabado de parir, e estava presa no curral. Disse que não era pra ninguém temer, pois Deus estava presente. A vaca estava tão brava que todo mundo, inclusive ele e Marata correram procurando abrigo.

O delegado não conseguiu disfarçar o riso imaginando a cena daqueles malucos correndo de uma vaca parida. Darthagnam não esboçou nenhuma emoção, talvez não tivesse prestado atenção ao caso, concentrado mecanicamente em datilografar cada palavra.

– Matota ficou furioso com o grupo e chegou a pedir a Deus pra matar o povo, porque não a gente não tinha confiado nele. Mas se até ele correu...

– E a mudança? – apressou o delegado.

– Quando chegou um dia, ele disse que Deus tinha mandado a gente vir para o Monte das Oliveiras, que era onde ele e Marata tinham casado. Aqui, era para todo mundo ficar se preparando para depois sair pregando a palavra de Deus.

– O que vocês pensavam fazer quando acabasse o dinheiro?

– Matota já tinha tudo planejado. Ele disse que, quando acabasse o dinheiro, nós deveríamos sair pelo mundo aos pares pregando o Evangelho. Os que fossem casados iriam com suas esposas e os solteiros dois em dois.

– E quando foi que aconteceu a partida?

– Após todo mundo concordar com Matota. Depois de muita insistência, todo mundo vendeu aquilo que tinha: chapéu, relógio, móveis, galinha, tudo. Juntamos uns 18 mil cruzeiros, alugamos um caminhão até Feira de Santana, e de lá, todos viemos pra cá. Foi no dia 17 de março de 1977.

A partida do grupo de Barra de Mundo Novo para Salvador demandou uma série de preparativos. Depois de convencidos, aqueles que decidiram partir começaram a vender todos os objetos que poderiam render algum dinheiro. Matota tinha decidido no dia anterior, uma quinta-feira, 16 de

março de 1977, de que o grupo deveria seguir para o Monte das Oliveiras, em Salvador. Na manhã seguinte, todos já deveriam estar com tudo pronto para a partida. Nane, marido de Ana decidiu que não seguiria com o grupo. Não queria largar o trabalho na Fazenda Havana e não estava muito certo da lucidez do pastor e de toda aquela gente, inclusive sua mulher. Fanuel possuía quatro cabeças de gado, que mantinha em sociedade com Pedro Moreira, um vaqueiro de outra fazenda. E ainda algumas galinhas e porcos. Só não conseguiu se desfazer da roça, mas a venda do resto tinha dado dois mil e cem cruzeiros.

– E o senhor, seu Godofredo, ou Josué, como queira? Do que se fez para juntar dinheiro para o grupo? – perguntou o delegado.

– Vendi móveis, galinhas e seis cabeças de gado que eu tinha em sociedade com Maninho, lá da Barra. Matota mandou que a gente se desfizesse de tudo, relógio, roupas, chapéus, que nada disso a gente iria precisar. Tudo foi enterrado em um buraco lá nos fundos da roça. Matota mandou que eu jogasse minha dentadura, de baixo e de cima, no vaso sanitário. E eu joguei.

– Quanto trouxeram em dinheiro?

– Trouxemos pra mais de dezoito mil cruzeiros. Sete mil e trezentos meu, oito mil e quinhentos de Catarino, o Jacó, e outros também contribuíram, uns com quinhentos, outros com mil.

Depois que se desfizeram dos bens e reuniram o montante, nada mais o impediam de partir para o local escolhido. O lugar era santo, dizia. Fora lá que o pastor havia tido as primeiras conversas com Deus, e também lá havia se casado com Marata com a presença do Espírito Santo. Antes de partir para Mundo Novo, onde alugariam um carro para levar o grupo até o Monte das Oliveiras, Matota ainda iria tentar arrebancar a última ovelha do seu grupo. Falou que todos seguissem porque antes ele preci-

saria resolver um assunto. Desde que haviam se mudado para a Fazenda Havana, seu Fidélis nunca mais tinha visto o sujeito que tinha se casado com sua filha. Ela até chegara a ir até lá, visitar a mãe e tentar levar os irmãos para aquele grupo de loucos, mas ele não tinha deixado. Tomou um susto quando o homem entrou na casa como quem entra em uma igreja, sem pedir licença, mas com certa reverência. O sujeito foi logo lhe falando:

– Você é homem velho, precisa ser crente. Venda esta casa e me acompanhe pregando a palavra de Deus.

– Escute aqui, seu José Maurino, eu nasci na lei de Deus e nela vou morrer. Eu nunca vi crente como você. A sua lei é do Satanás. E se pique daqui – esbravejou o velho expulsando o sujeito de sua casa.

Matota apressou o passo para acompanhar o grupo, que comprava alimentos nas vendas. Havia tentado convencer o pai de Marata, e estava desapontado por não conseguir levar a família de sua mulher junto com todos. Seriam castigados, decerto. A viagem para Mundo Novo foi no terceiro vagão do antigo Trem da Grotá. Ninguém estranhou aquela arribação. Em pouco tempo, chegaram até a cidade e logo foram procurar Baixinho, um motorista que tinha um caminhão e que poderia levar todo mundo em cima da caçamba. O acerto era levar o grupo até Feira de Santana, onde de lá pegariam um ônibus até a rodoviária de Salvador. Baixinho cobrou 900 cruzeiros, quantia paga com o dinheiro arrecadado pelo administrador da fazenda. Chegaram a Salvador no fim da noite, por volta das 22 horas. Seguiam de cabeça baixa, sempre em oração, como ordenava o pastor. A noite era fria, mas ninguém se queixava. Eram ovelhas obedientes, temiam a fúria de Deus, que poderia ordenar que a terra tragasse a todos se vacilassem na vigilância. ‘Orai e vigiai os pensamentos’. Tinham pão, água e a fé que os sustentariam pelos quase dois meses que viveriam no Monte das Oliveiras. Até a noite de 30 de abril.

REENCONTRO

Salvador, 4 de maio de 1977

Os primeiros depoimentos haviam sido muito confusos. O delegado Medrado sabia que tinha um grande caso nas mãos e precisava arrancar daquelas pessoas tudo que pudesse esclarecer aquele que considerava um crime realmente bárbaro. No gabinete que ocupava no prédio da Divisão de Polícia, em cima da mesa simples, junto com os laudos dos legistas e as matérias dos jornais, também estavam fotos dos corpos das cinco crianças. Algumas haviam sido tiradas ainda na praia, outras eram do momento da autópsia e revelavam um cenário ainda mais chocante. O depoente, como passava a ser tratado o infeliz que entrava naquela sala, se sentava na cadeira em frente ao delegado Medrado. Dali responderia às perguntas insistentes até o corpo e a mente darem os primeiros sinais de exaustão. Era, então, que começava a estratégia do delegado. As mesmas perguntas eram inquiridas repetidas vezes, ora disfarçadas em novas interrogativas, ora veladas em um diálogo novo. Esperava, Medrado, que o sujeito se traísse, caso estivesse tendo que criar novos detalhes para uma falsa história. Isto indicaria que estava faltando com a verdade, como diria o seu vocabulário policialesco.

Atrás de todos eles, uma mesa menor com uma máquina de datilografar estava sempre ocupada por um homenzinho de cabeça baixa: Darthagnam. Assim que os envolvidos iam contando o que se passara na noite do dia 30 de março, as palavras se transformavam em pequenos desenhos em tinta preta no papel grosso que corria na máquina do escrivão. As primeiras perguntas eram sobre a formação da seita e como o grupo havia se mudado para Salvador. Depois a estadia por alguns meses vivendo largados na areia das dunas do Abaeté. A decisão de jogar as crianças no mar. De quem tinha partido? Quem havia participado? Como haviam sido escolhidas as crianças que seriam sacrificadas?

Ana, Daniel, Fanuel e Raquel Cinco participantes da seita, dentre eles o próprio Matota, seriam ouvidos no mesmo dia em que foram presos.

O depoimento do restante aconteceria nos dois dias seguintes. Para o delegado era preciso cercar o grupo com o maior número de questões para que fosse esclarecido o papel desempenhado por cada um dentro da seita. As descrições coincidiam com aquelas relatadas pelo empregado da Fazenda Havana que havia abandonado a seita. Não demorou para Matota se apresentar como o responsável por liderar o grupo até a suposta salvação, através da obediência a Deus. Dizia falar línguas que ele mesmo desconhecia e que só Deus e a mulher entendiam. Os pais traziam a perda, que lhes pesava nos ombros franzinos, com o mesmo esforço com que haviam carregados os filhos e entregues nas mãos do casal para que fossem lançados ao mar. Os corpos envergados se deixavam largar na cadeira e os olhos entravam em uma espécie de redemoinho a cavar minúcias exigidas pelo delegado no mais fundo do cérebro. Alguns vacilavam no choro e interrompiam as lembranças com o soluço abafado, outros pareciam hipnotizados, alheios a qualquer pergunta que os enviasse de volta àquela noite.

Daniel havia chorado muito durante o interrogatório naquela tarde. Diante da falta de detalhes e da fraca descrição do rapaz, Medrado pegou a foto das crianças expostas na bancada e pediu que o homem reconhecesse as crianças pelo nome e identificasse os pais. O corpo em colapso pelo choro convulsivo, as mãos trêmulas, apontaram para a imagem em preto e branco. Duas crianças eram suas: Marivaldo e Cloude. O delegado resolveu encerrar o interrogatório.

– Preciso falar com urgência com o Juizado de Menores – virou-se para um dos dois policiais que acompanhavam cada preso durante o interrogatório. Medrado estava preocupado com a alimentação do pequeno Morotó, filho – ou filha, já nem sabia – de Matota e Marata, que estava sob guarda da Justiça.

– A criança tem de continuar sendo alimentada do leite materno para não ter nenhuma complicação. E sobre isso eu preciso falar com o doutor

Aguinaldo Bahia Monteiro – finalizou para então começar a lembrar as declarações dadas há pouco por aquelas cinco pessoas.

Medrado ainda precisava localizar uma menina de nove anos, filha de uma das participantes, que havia sido abandonada pelo grupo em São Tomé de Paripe. Pelo abandono da mãe, a garota havia sido salva de morrer no sacrifício bárbaro cometido pelos próprios pais. O caso era tão cheio de nuances que a cabeça do delegado fervilhava. Deixou-se vencer pelo cansaço atrás da pilha de papéis datilografados pelo escrivão e dos jornais e fotos. Havia três dias que não dormia direito.

Salvador, 5 de maio de 1977

Rosemeire era filha de Maria da Paz, a quem todos do grupo tratavam como Léa. A menina de 9 anos era a irmã mais velha de outras duas crianças que tiveram a vida interrompida pelas mãos do casal de profetas. Durante uma das poucas vezes em que se afastaram do lugar onde haviam acampado desde que chegaram a Salvador, os seguidores do pastor foram parar no subúrbio de Tubarão. Matota procurava a casa de uma antiga conhecida de Igreja, que morava para os lados de Paripe. Como não encontraram, resolveram deitar e dormir próximo à uma pedreira que funcionava afastada da localidade. Rosemeire chorava muito. A breve lucidez que lhe chegava conforme saía da infância, já permitia compreender algumas das coisas que se passavam ao seu redor.

– Todos comiam juntos, de uma só vez. Às vezes, as crianças estavam comendo e os próprios pais e tios jogavam areia no prato dos pequenos – havia dito o pastor em depoimento ao justificar que os castigos impostos às crianças não saíam apenas de sua cabeça.

Irritado com o choro e a rebeldia da garota – que não aceitava passivamente as ordens dos mais velhos, como as outras crianças o faziam –, o pastor determinou que a menina fosse abandonada como punição pelo mau comportamento. Assim Deus o ordenava e ele obedecia.

Não fora preciso, no entanto, que o delegado ordenasse as buscas para localizar a garota. O caso já havia ganhado as ruas, e demorou apenas cinco dias para que um homem fosse bater à porta da Divisão de Polícia para lhe comunicar o achado valioso.

Francisco Sales Lima trabalhava como motorista na conhecida Fábrica de Cimento Salvador já nem lembrava há quanto tempo. Talvez os mesmos 15 anos em que morava no subúrbio de Tubarão. Pouco mais de um mês antes de ouvir falar sobre os crimes praticados pela seita, deixava o serviço, quando viu uma menina perto do lugar onde se extraía o calcário. Entre soluços, a criança lhe pediu que a levasse para a rua. Não sabia onde estavam seus pais, nem toda a gente com quem vivia. Levada para casa do motorista, a menina foi recebida como filha, conforme disse em depoimento. Mas era certo que uma criança tinha pais e eles não deveriam ficar com ela, se esquivava. Na manhã seguinte foram até a Delegacia de Jogos e Costumes. Como não havia o que ser feito por lá, o atendente lhe sugeriu que fossem até o Juizado de Menores, onde poderiam entrar com pedido de adoção, se essa fosse a vontade do casal.

Inúmeras vezes a menina contara que vivia com um grupo na praia, vindos do interior, e que as crianças seriam jogadas ao mar. Não sabia a quem tinha desobedecido, mas como era sempre alvo dos castigos severos do grupo, dissera que este fora o motivo de seu abandono. Só havia uma forma de provar se aquela criança era mesmo Rosemeire.

Salvador, 5 de maio de 1977

– Monstro! Por que não matou teus filhos? – gritou alguém a Matota em meio à multidão que cercava o prédio do IML.

– Perdoai-lhes, senhor. – respondeu, mal podendo ser ouvido, enquanto se afastava da centena de pessoas que o xingavam e o ameaçavam de apedrejamento.

Quando as viaturas estacionaram em frente ao prédio, no Terreiro de Jesus, por volta das 19 horas, uma multidão perturbada aguardava a chegada dos participantes da seita. Assim que desceram do carro, dezenas de pessoas tentaram se aproximar do casal, sobretudo da mulher, para espancá-los. Apenas uma dezena de policiais fazia a escolta dos homens e mulheres algemados que fariam o reconhecimento dos corpos das crianças, filhos seus. Com muito esforço conseguiram colocar os presos para dentro do Nina.

Depositados em cima de uma bancada de azulejo amarelo, com desenhos circulares em azul, estavam os cinco corpos. Samuel, Suani, Marta, Marivaldo e Miriam. Em ascendência, do menor para o maior. Traziam as marcas da necropsia recente, cicatrizes sobressalentes tornavam os corpos com aspecto ainda pior. Desde o pescoço até a altura da virilha, uma marca grossa de pele entrecortada a uma grossa linha de náilon dividia os pequeninos como um grande feixe éclair.

Armados de pedaços de paus e pedras, a multidão aguardava a saída dos membros do prédio. Também crescia o número de curiosos que ficavam sabendo naquele momento o motivo de tamanha algazarra e se juntavam ao grupo. Para garantir a segurança dos presos, os policiais assustados solicitaram por rádio a presença de homens do Comando de Policiamento Militar que chegaram em grande número.

– Acho que Deus vai me chamar! – disse, em tom solene e apático, Matota na saída do necrotério.

Estava fraco e emocionalmente debilitado. A falta de alimento era apenas um pretexto para seu corpo assumir uma aparência ainda mais débil. Separado do grupo e de sua mulher Marata, o homem franzino já não dava sinais da força que exercia quando conduzia o grupo. Pelo que haviam contado em depoimento ao delegado, Matota era um homem firme, rigoroso, tendo sempre ao seu lado, a mulher de presença forte e amedrontadora. O interrogatório implacável conduzido pelo delegado Medrado havia minado suas forças. Era um rascunho borrado daquele que entrara pela primeira vez no prédio da Secretaria de Segurança Pública.

Assim que os membros iam sendo ouvidos, a culpa pelos crimes caía como um fardo pesado nos ombros do casal de pastores. Apesar de não negarem a participação nos crimes, os membros do grupo puseram nas mãos do pastor Matota e de sua esposa Marata a responsabilidade por terem os guiado até ali. No dia em que haviam sido presas, cinco pessoas, dentre elas, Matota, seriam ouvidas como primeiros depoentes. Já ali, e em nenhum momento quisera esconder, ficava claro o papel que desempenhara na matança. Ainda falava com certa eloquência sobre tudo que lhe era perguntado pelo delegado. Não presumia culpa em Deus, que segundo ele havia guiado todos até ali a fim de salvá-los da punição e dos castigos que seriam infligidos àqueles que não acreditassem. As próprias crianças haviam sido sacrificadas porque haviam cedido espaço em suas almas para a presença do diabo, explicava sem ver nas declarações qualquer motivo para assombro ou espanto. Não havia inocência naquelas crianças, apenas os corpos a serem expiados como prova do castigo que todos seriam vítimas.

– Ao deixarem a cidade de Mundo Novo, todos sabiam que as crianças poderiam ser sacrificadas, a qualquer instante. Bastava apenas a determinação de Deus.

Perguntado, Matota disse que o momento exato do sacrifício seria revelado em conversa dele com Deus e que todos concordaram com a ideia. A estratégia do delegado em colocar os membros frente a frente mostrou que a liderança que Matota já não era a mesma. O choro lhe vem fácil aos olhos quando depõe ao lado de Godofredo, a quem batizara de Josué. O administrador das terras de seu Vavá se mostrara arrependido. Quando se viu cercado pelo grupo de policiais nas dunas no dia anterior, sentiu-se libertado de cativo. Havia se desentendido naquele dia com o profeta e estava decidido a largar o grupo. Matota era um monstro que tinha mergulhado em transe todo o grupo por todo aquele tempo, dizia. A razão da fé dava lugar ao desespero da dúvida. O pastor havia desabado diante daqueles que o veneravam.

Salvador, 5 de maio de 1977

– A criança estava vestida e dormia – disse Godofredo, esposo de Maria da Paz, a Léa, sobre o momento em que jogara a filha do casal ao mar. – Foi minha mulher quem a entregou ao pastor. Sentia remorso ao retornar para o monte, mas ele havia avisado que quem se arrependesse sofreria castigo divino. Eu me conformei, mas agora estou arrependido – sentenciou o administrador da Fazenda Havana.

Assim como seu companheiro, Maria da Paz era uma das mais abatidas durante a sessão de reconhecimento dos corpos. A aparência frágil e descuidada era reflexo do estado maltrapilho em que seu espírito se encontrava. Estava arrependida. Assim demonstrava aos olhares inquisidores que a todo instante se lançavam sobre aquele grupo, a procurar qualquer sinal que denunciasse a culpa pelos crimes. Tivera dois filhos sacrificados: Núbia, sua filha com Godofredo, e José Carlos, o garoto mais velho.

Sob ordens do delegado, o motorista Francisco havia levado a garota Rosemeire até a sede da Divisão de Polícia. A menina parecia bem cuidada, tinha os cabelos limpos, presos com a ajuda de elásticos em duas grandes tranças, que se encontravam no topo da cabeça. Os fios que não conseguiram se encaixar nas duas tranças estavam presos por outro elástico em um pequeno arranjo na altura da nuca. A menina usava um vestido de mangas curtas, de cor escura, com estampa de inúmeros bichinhos amarelos.

A psicóloga avaliada para o caso, Noélia Matos, fora chamada para estar presente no encontro entre mãe e filha. Assim que introduziram a garota na sala onde já aguardava, Maria da Paz teve uma reação violenta. Jogou o corpo para trás, como se tentasse esquivar do seu campo de visão a filha que julgava desaparecida. Chorou pela primeira vez desde que havia sido presa. As lágrimas escorriam pelo rosto e a menina se assustou em ver a mãe bater com a cabeça inúmeras vezes na parede. As duas choravam cada uma à sua razão, entre lembranças e medos compartilhados.

– A gente lá no mato, ele chegou com isso e a gente se influenciou – disse a mãe num fio de voz atropelado, interrompendo o choro que lhe enfraquecia o corpo – Dizia ele que nós ficaríamos loucos, cegos ou doentes. Nossas crianças eram espancadas e castigadas com a fome e nós fomos obrigados a ficar na chuva porque ele dizia que era Deus – continuou entre soluços fortes.

NO CÂRCERE

Salvador, 6 de maio de 1977

Matota dividia a cela com outro preso, de 25 anos, a quem, policiais e o próprio delegado chamavam de Churrasco. Manoel José Sales da Silva cumpria pena por dois assassinatos cometidos em São Paulo e um terceiro em Salvador, havia cerca de dois meses. Sem que nenhum dos dois estabelecesse exatamente uma amizade, Churrasco interferiu na vida de Matota na cadeia até a sua transferência da delegacia provocada pelo pastor. Ele fez vezes de intermediador entre os repórteres que se amontoavam em dezenas de pedidos de entrevista e o seu companheiro de cárcere. Aquela não era uma boa manhã. O jornalista do Diário de Notícias tinha ido entrevistar Matota, mas ele não queria saber de conversa.

– Este homem não dormiu a noite toda. – disse Churrasco, segundo seu código de defesa e preservação entre presidiários – Só faz chorar. Eu já aconselhei: sem dormir e sem comer ele só pode ficar é maluco.

– Não comeu nada? – arriscou o jornalista, tentando uma aproximação com o pastor através daquele outro preso, bastante conversador, por sinal.

– Só provou um pedaço de pão – respondeu Churrasco, que continuou com outro assunto, para em seguida arrematar a prosa – É, deve ser duro mesmo o remorso por matar crianças inocentes. Eu já matei três e não estou arrependido porque todos eram adultos. Mas criança é diferente. Eu não tenho coragem para isso, confesso sem vergonha.

Matota ficava o tempo todo em um canto da cela oposto a Churrasco. Era bicho acuado por outro maior, ue dominava a maior parte do espaço minúsculo emue estavam confinados. Só havia se alimentado de leite e pedaços de pão por insistência do delegado. Um pouco mais do que insistente, teria pensado Matota. Os olhos vermelhos e o corpo largado no

catre denunciavam o cansaço que lhe dominava. Matota já havia reclamado das perguntas insistentes do delegado. Segundo ele, ficava confuso e sem condições de se concentrar. Desde o dia em que foram presos, dizia só ter conversado uma vez com Deus. Porém, não se sentia abandonado. O jornalista registrou a ameaça do companheiro de cela do pastor.

– Já avisei a ele que não vai dar pé ficar aí sem comer, sem dormir e falando de Deus. Sou Testemunha de Jeová, mas assalto, fumo, bebo, já matei três homens. Quando sair daqui vou continuar matando e bagunçando. Não quero, portanto, ficar ouvindo conversa fiada de gente que diz ver e falar com Deus e andar por aí matando crianças. Ele que se cuide. – A fala gritada foi acompanhada de palavras de ódio ditas por outros presos dos cárceres vizinhos.

Vendo que naquele dia não teria sucesso em falar com Matota, o jornalista foi embora. Tentaria falar com os outros. Procurou saber como estava o estado de saúde do velho Jacó, como chamavam o senhor José Catarino. Desde que havia sido preso, o velho se queixava de dor, mas como, a princípio, preso novo não tem regalia, deram pouca importância. Mas como o homem se contorcia de dor, num sofrimento calado, levaram-no ao médico e descobriram que era colite nervosa, essas inflamações do intestino que, se não tratadas, matam menino e velho. Havia ficado claro, em seu depoimento, e também no dos outros, que o velho não havia participado diretamente da matança. Havia sido um infeliz espectador dos crimes e sua ignorância não encontrava resposta para explicar como havia se metido em meio aquela gente, sendo homem tão velho e experimentado na vida. Era pai de sete membros do grupo, e havia perdido dois netos.

Naquela tarde, porém, Matota romperia o silêncio. Aproveitando a presença de alguns jornalistas que tentavam falar com ele, faz a denúncia. Sentia medo de morrer e, inclusive, disse ter apanhado dos policiais e do

companheiro de cela, o Churrasco. Os repórteres anotavam tudo, mas como pediam muitos detalhes que o pastor não queria dar, não insistiram em outras perguntas.

– Se esse monstro ficar aqui, nós vamos matá-lo porque ele é um animal
– gritou para os jornalistas um dos dois presos que ocupavam a cela ao lado de Matota. O outro, que cumpria pena por ter matado uma criança durante um tiroteio, nas imediações da Sé, foi categórico.

– Vou ficar satisfeito de matar esse doido.

Salvador, 7 de maio de 1977

A denúncia de Matota ganhou as páginas dos jornais e provocou grande estardalhaço. Por um dia, Matota ficaria em silêncio.

Desde a manhã de ontem que o ‘pastor’ José Maurino de C., o Matota, é mantido incomunicável e preso em local desconhecido, pois as autoridades da Secretaria de Segurança Pública se negam a fornecer a informação. Tudo isso foi em consequência das matérias ontem publicadas nos jornais, segundo as quais Maurino tinha sido espancado pelo assassino Manoel José S. da S, o Churrasco, e por policiais da Primeira Delegacia, onde está preso. Tão logo viram as matérias publicadas nos jornais, as autoridades da SSP imediatamente encaminharam Maurino à Divisão Médico Legal Nina Rodrigues para ser submetido a exames de lesões corporais, a fim de constatar a veracidade da denúncia. Logo depois era expedido o laudo pelos legistas

César Reis Filho e João Batista Rios Soares, negando os espancamentos. Matota não apresentava nenhum hematoma e sequer um arranhão.

Fonte: Diário de Notícias, 7 de maio de 1977.

A partir do dia em que o caso fora descoberto, policiais, delegados e Secretaria de Segurança Pública viviam em estável casamento com a imprensa. Manchetes estampavam a eficiência e rapidez da polícia na descoberta dos casos, fotos e nomes dos agentes eram publicados, todos davam entrevistas. Em troca, repórteres e fotógrafos tinham livre acesso aos prisioneiros, não sendo raro que o pastor convocasse pequenas coletivas com a imprensa dentro da própria cela. A denúncia de Matota, no entanto, abalara essa união que favorecia a ambos. O delegado Antonio Medrado Alcântara foi chamado diretamente pelo secretário Luís Arthur de Carvalho, assim que os jornais ganharam as bancas. Ele ordenou que fossem suspensas as entrevistas com o preso e determinou que ele fosse transferido para outro xadrez e mantido em absoluta incomunicabilidade.

– Falta de lealdade de alguns jornalistas que tiveram todo o trabalho profissional do caso facilitado pela polícia –queixava-se o delegado.

Churrasco também fora prejudicado. Estava preso na 1ª Delegacia enquanto aguardava pronunciamento da justiça sobre o pedido de prisão preventiva que lhe fora expedido. Se saísse, ficaria na delegacia até que fosse determinada a pena pelo homicídio. Como punição, foi transferido. Dividiria cela com estupradores e outros assassinos no Reformatório Penal Agrícola de Pedra Preta, que só mais tarde ganharia o nome de Colônia Lafayette Coutinho. O preso chorava muito ao ser conduzido pelos agentes para a viatura que o levaria embora. O delegado Edvaldo

Lins acompanhava a cena e como se tentasse inocentá-lo em uma espécie de julgamento público, quebrou o silêncio determinado com a imprensa e declarou aos jornalistas:

– Foi uma injustiça o que fizeram com Churrasco. Ele não agrediu o profeta, nem ameaçou ninguém. Muito pelo contrário. Desde que o profeta Matota chegou à sua cela, eles conversaram muito e estavam se entendendo perfeitamente.

A declaração seria publicada junto com uma matéria favorável ao preso. Também, todos os jornais se apressaram em desmentir a história do pastor tentando recuperar a confiança da polícia. Nestes dias, Matota estava ainda mais afastado do grupo, sobretudo de Marata, que estava confinada na Polícia Feminina. Ficava mergulhado em uma apatia durante todo o dia. Apenas rompeu o silêncio para perguntar por sua mulher e filho.

– Quero falar com a minha mulher – pediu cabisbaixo ao delegado. Tendo lhe negado o pedido, insistiu. – Não posso falar com minha mulher? E o meu filho?

– Foi entregue ao Juizado de Menores e você e nem sua mulher nunca mais o verão. Passarão pelo mesmo sofrimento que impuseram a outros pais, matando os seus filhos – esbravejou o delegado – Coloque-o somente de cueca no xadrez. Deixe-o completamente isolado – determinou o delegado ao policial.

Salvador, 8 de maio de 1977

O delegado omitira a verdadeira situação que envolvia a filha do casal. A informação havia sido publicada nos jornais. O irmão de Marata, Ataíde

Passos, disse que viria a Salvador para ir ao Juizado de Menores buscar a sobrinha. Os avôs da criança sofriam com a ausência da pequena. Quando uma equipe de reportagem do Jornal A Tarde estivera no povoado de Barra, a mulher suplicara chorando ao repórter.

– Eu quero a menina. Meu Deus, traz ela pra mim, coitadinha dela – disse interrompendo o choro incontido – Diz a Nilza, meu senhor, que é para ela vir que eu estou esperando por ela. O senhor promete que vai trazer a Nilza... Oh! Meu Deus, que será de mim sem a Nilza e o Morotinho. Eles estão fazendo uma maldade comigo – disse, levando as mãos a cabeça e esfregando com força os olhos.

Dona Isabel Pessoa, apesar dos 45 anos de idade, parecia muito mais velha. O corpo era exageradamente magro, que fez o repórter pensar se tratar de uma figura desnutrida e de aspecto simiesco. Os vincos no canto da boca, logo abaixo do nariz pequeno, lhe davam ainda mais idade. As lágrimas escorriam pelo rosto cansado lavando a poeira vermelha que impregnava em qualquer canto. A prematura anciã estava desesperada. As mãos esfregavam o rosto e puxavam o cabelo, para retornar ao lamento – Oh! Meu Deus, devolve minha Nilza – E, então, correu para os fundos da casa. O marido e o filho assistiam apáticos à cena.

A multidão, que se aglomerava à porta da casa com a chegada do carro de reportagem, formava o conjunto de espectadores junto com o jornalista e o fotógrafo. Um desses que assistiam àquela cena participou ao repórter.

– Ela não vai resistir a esse sofrimento. Vai morrer qualquer hora dessas.

Dona Isabel irrompeu da cozinha para o repórter. – Ela estava dominada por ele. Nem ouvia mais os meus conselhos. Até mesmo Morotó era deixado de lado. Nilza só tinha olhos para José Maurino.

Seu Fidélis interrompeu a voz chorosa da mulher. Lúcido e desembaraçado, o velho não tentava disfarçar o ódio que sentiu quando a mulher pronunciou o nome de Matota.

– Era uma moça boa, educada, que só pensava em ser professora. Aparece o Satanás e transtorna a cabeça da pobrezinha – disse, gesticulando com os punhos fechados.

Tentando confortar o homem, o repórter lembrou a pouca idade da filha Maria Nilza, que tinha 22 anos. “Tinha uma vida inteira pela frente. Logo, tudo será esquecido, como é próprio dos pesadelos”. O velho se conteve num murmúrio, como se rezasse.

– Tenho certeza. Deus seja louvado.

SEM VERNIZ
OU VELUDO

Salvador, 6 de maio de 1977

Em 1977, dez casas funerárias tinham permissão firmada em convênio com a Secretaria de Segurança Pública para realizar os funerais do Instituto de Medicina Legal Nina Rodrigues: Funerária Bahiana, Casa Santa Cruz, Casa Adornativa, A Decorativa, Funerária Brasília, Funerária Santa Isabel, Corcovado H. Póstumas, Casa Gonzalez, Organização Funerária Duran e Casas Fernandez. Antes, o serviço era feito pelos papas-defuntos que, muitas vezes, brigavam para ver quem iria enterrar o morto. Alguns casos iam parar na delegacia.

O custo para se realizar um enterro estava inflacionado naquele ano. Isso porque apenas caixões forrados de pano eram fabricados na Bahia, os demais precisavam ser importados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Um caixão de madeira envernizado não saía por menos de 1.500,00 cruzeiros. Os que tinham revestimento de veludo chegavam a 15.000,00. Ainda havia as coroas de flores, que também eram importadas, e poderiam custar entre 150,00 e 500,00. Um carneiro, como eram chamadas as covas pelos funcionários na hora de fechar o negócio, não saía por menos de CR\$ 600,00 na Quinta dos Lázaros, podendo chegar a CR\$ 1.800,00 no Cemitério da Ordem Terceira, e CR\$ 1.100,00 no Campo Santo. Bem mais baratas eram as covas rasas, essas destinadas aos indigentes, aos renegados do batismo de morte. A estes, qualquer pedaço de terra santa lhes serviam. Uma cova rasa no Cemitério da Quinta dos Lázaros ficava entre CR\$ 17,00 cruzeiros para adultos e CR\$ 12,00 para crianças.

Não empenhara grande despesa, pois, a Secretaria de Segurança Pública, quando encomendou os sete caixões de madeira simples, sem verniz ou veludo, sem as tão caras e cobiçadas alças douradas, nem as coroas de flores em falso plástico, tudo em branco. A cerimônia de sepultamento das crianças foi rápida e sequer teve a presença de um padre para encomendar aquelas inimputáveis almas. No dia anterior, na quinta-feira, dezenas

de curiosos, jornalistas e fotógrafos lotaram o cemitério à espera dos caixões com os corpos das seis crianças e dos restos mortais de outras duas, encontrados na praia. Ficaram lá por toda tarde, até que um funcionário do cemitério foi até eles para dizer que o enterro já havia sido realizado na segunda-feira. Decerto foram enganados, pensaram os repórteres ao ligar para o assessor da SSP Alberto Miranda. Não demorou até descobrirem que tudo não passava de uma estratégia do cemitério e do Nina Rodrigues para evitar a aglomeração e o tumulto provocados no dia em que os presos haviam ido fazer o reconhecimento dos corpos.

Por volta das 15 horas da sexta-feira, quando o rabeção do Nina Rodrigues estacionou em frente ao portão do cemitério, eram poucos os repórteres e nenhum os curioso presentes. Apenas uma hora antes, graças a um jornalista que trabalhava na Secretaria de Segurança é que as redações dos jornais ficaram sabendo da hora e do local do enterro. O carro com uma grande cabine, de placa BA-1739, chegou a ficar alguns minutos estacionado em frente ao portão de entrada, aguardando determinação dos funcionários do cemitério que tinham ordens para não realizar o sepultamento caso houvesse qualquer tipo de agitação. Como os repórteres prometeram que só iriam fazer fotos, já que não havia ninguém da seita presente, o carro entrou e se posicionou a 300 metros de onde foram abertas as covas na Quadra Santa Terezinha. Cerca de 40 pessoas que esperavam o sepultamento de dois outros corpos tiveram a atenção despertada pelos repórteres e fotógrafos e seguiram o rabeção. Aquele espaço, onde haviam sido cavadas as covas rasas, era dedicado apenas às crianças e nas cruces improvisadas em madeira branca estavam inscritos os nomes e as datas de nascimento e morte pintadas com suave tinta negra.

Um leve odor pútrido exalou dos pequenos caixões feitos de chapas de madeirite brancas quando os funcionários retiraram os esquifes de dentro do carro. Enfileirados no chão de terra, ao lado das crateras abertas, os caixões traziam em cima de cada um o nome da criança que guarda-

vam. Sem leituras da Bíblia, ou qualquer outro rito de passagem comum às religiões cristãs, os corpos das cinco crianças aguardavam apenas a identificação feita por um funcionário do cemitério. Gritado o primeiro nome do pequeno morto, o funcionário indicava em qual cova ele seria destinado.

Às 15h35, o primeiro ataúde desceu à sepultura cavada na terra crua. Alguns pingos começaram a cair do céu, que mostrava gradual mudança de cinza e assumia uma cor negra. Os quatro coveiros se apressavam, quando uma senhora interrompeu um deles. A voz chorosa da mulher gorda ressoou no silêncio que imperava naquela cerimônia sem qualquer tipo de ritual ou comoção.

– Bem enterrados, não estão? Os homens ainda fizeram um sacrifício por eles – disse referindo-se aos caixões e carneiros pagos pela SSP – porque os pais são uns monstros.

Uma amiga, que a acompanhava à espera do outro sepultamento, lhe cutucou e chamou-a ao devido silêncio. A mulher gorda envergonhada obedeceu, e outra senhora mais adiante lhe seguiu na súplica:

– Isto tudo é uma miséria, mesmo. Não sei como pode acontecer uma coisa dessas.

Os caixões foram sendo baixados um a um. Seguindo ao primeiro que continha o corpo do pequeno Sérgio Alves de Araújo, depositado na sepultura de número 342, foram: Cloude de Jesus, na 343 e Andréa Bispo dos Santos, na 344; em seguida Samuel Bispo dos Santos Souza e Márcia Santos Souza, respectivamente nas covas 345 e 346. Em caixões menores, foram depositados os restos de José Carlos e de Núbia, nas sepulturas 358 e 357.

Pelas contas de um repórter faltava um caixão com o corpo de Marivaldo Alves de Araújo cujo nome não foi chamado naquela lista. Foi, então, que um dos coveiros disse, para lamento dos espectadores fúnebres, que um sepultamento já havia sido realizado na segunda-feira. Fato comprovado na checagem da inscrição na cruz a poucos metros de onde foram enterrados aqueles. Em silêncio, as pessoas assistiram ao final da tosca cerimônia de sepultamento, o que não durou mais do que 15 minutos. Tempo menor levaram para abandonar o cemitério por conta da tempestade que ameaçava desabar.

NOITE DE
SACRIFÍCIOS

O delegado Medrado ouvia as explicações sobre o trecho de praia escolhido pelo grupo para os sacrifícios das crianças em Stella Maris. Ali o mar era profundo e formava uma pequena enseada, cuja maré arrastava para o litoral o que encontrava. Nem todos continuariam presos. Na segunda quinzena de maio, alguns membros seriam transferidos para Mundo Novo. Matota e Marata continuariam presos e, se dependesse dele, permaneceriam assim. Depois de tanto tempo na cadeia, afastado da mulher e da filha, a quem insistia ser um menino, o pastor estava visivelmente debilitado e confuso. Ainda dizia que havia recebido a ordem para sacrificar as crianças na noite anterior aos crimes, enquanto falava as línguas com as quais costumava se comunicar com Jesus, e que eram traduzidas pela esposa, Marata. A fala arrastada e o corpo maltrapilho da última vez em que estivera naquele gabinete faziam parecer ao delegado que o sujeito havia mergulhado no abismo sombrio do arrependimento, lugar que a mulher jamais se aproximara. Enquanto o marido fora minando as forças ao tempo em que passava separado do grupo, Marata parecia ganhar mais empáfia e firmeza ao falar nos depoimentos e entrevistas. Jamais a vira derramar uma lágrima diante das fotos ou quando perguntada sobre sua participação na morte das crianças. Ecoavam nas paredes do gabinete as palavras ditas pela mulher em seu último depoimento, no dia 5 de maio.

– Não tenho remorsos do que fiz porque tudo foi feito de acordo à vontade de Deus.

Fora ela quem dera a ordem para que o grupo arribasse na hora determinada, sabia. Fora quem também primeiro jogou uma das crianças ao mar. Apenas ela e o marido, dissera em depoimento, poderiam jogar as crianças ao mar. Apenas a eles cabia a missão de lançar os pecadores em sacrifício para que reencarnassem como pessoas boas. Nessa vida já não era possível, sentenciara a mulher.

As declarações da mulher eram instantaneamente subscritas pelo escri-

vão. Também ela, assim como o marido, dizia que a ordem para o destino trágico das crianças havia sido avisada ao grupo quando ainda residiam na Fazenda Havana.

– Falamos para os pais das crianças e eles concordaram, eles mesmos as chamavam de demônio. Viemos aqui pra Salvador, para a Lagoa do Abatê, onde ficamos mais ou menos um mês, no Monte das Oliveiras. Um dia, ouvimos, eu e meu marido, Deus mandar eliminar as que eram rebeldes, porque elas eram desobedientes e não eram crianças Dele. Eram de Caim Beleial – era assim que a mulher se referia ao diabo.

Segundo Marata, passava das 20 horas quando o grupo deixou o acampamento em direção à faixa de praia mais próxima. Caminharam mais de uma hora entre as dunas de areia branca. Os passos eram iluminados pelo clarão natural da lua cheia e dos fochos de luz artificial vindo das casas distantes, que serviam como farol até aquele braço de mar. O vento soprava forte e a violência do mar podia ser percebida mesmo a certa distância, tamanho era o estrondo produzido pelas ondas ao arrebentar na areia. Homens, mulheres e crianças caminharam protegidos pela penumbra, apenas as silhuetas poderiam ser notadas. Ninguém testemunhou aquele imenso grupo se deslocar na noite daquele 30 de abril. Alguns dos pequenos foram carregados no colo pelos pais, outros seguiam sonolentos, olhos esfregados e bocejos intermitentes de quem há pouco havia acordado.

– O mar estava forte e por isso ficamos sentados mais ou menos uma hora esperando ele ficar mais calmo – lembrava sem aparente emoção a execução do cruel sacrifício.

Já eram quase 22 horas quando Marata entrou no mar até a água chegar à altura da cintura. Os braços livres serviriam para segurar as crianças no colo e, ao mesmo tempo, firmar o frágil corpo na água para que também ela não fosse empurrada pelas ondas. Marata ergueu o queixo

magro e estendeu as mãos calosas em direção à areia como se assim esperasse que alguma coisa lhe caísse dos céus. A ausência de luz não lhe deixou ver o rosto daquele que entregou a pequena Andréa, de dois anos, que ainda dormia. Batizada de Suani pelo grupo, a menina era filha de Fanuel e Romildes, ou Pedro e Eloquis, como chamavam àquele tempo. Marata virou-se novamente para o mar e avançou pouco, com dificuldade. O mar continuava agitado, e ela não andou muito com receio de perder o equilíbrio. Sem proferir qualquer oração ou expressar algum gesto que simbolizasse uma oferenda, arremessou a criança ao mar a pouco mais de um metro à sua frente. As mãozinhas agitadas soergueram o corpo abruptamente desperto. Porém, sem qualquer resistência, em menos de um minuto, a água a sugou para o fundo. A roupa molhada esfriou o corpo de Marata, mas ela manteve-se na água. Nesse mesmo instante, Matota erguia da areia o pequeno Sérgio, de dois anos, filho de Dário e Lourisvalda, o casal Daniel e Abigail. Andou com ele em direção ao mar e lançou no ar a criança, que sequer despertou. Quando caiu na água, o garoto ainda muito pequeno de imediato afundou. Seu corpo jamais voltaria à superfície naquela noite.

Em singular batalha se empenha a vítima de afogamento. Por mais que teime em resistir à invasão das águas nos pulmões, há um momento daquela luta – tendo a força instintiva minada – que o corpo desiste de tentar se manter na superfície e se entrega a um inoportuno relaxamento. Sem pedir licença, o líquido percorre com velocidade os caminhos antes reservados ao ar. Dois elementos vitais disputam por espaço e, em pouco tempo, já não haverá mais vida. O pulmão encharcado se torna inábil para a condução do oxigênio até as células e a depuração do gás carbônico. Sem essa troca gasosa, os tecidos e as células nervosas ficam gravemente lesados, levando até a inconsciência. Brônquios, bronquíolos e alvéolos entram em colapso. A água segue para o sangue e destrói os glóbulos vermelhos. A equilibrada quantidade de potássio no interior das células vaza para o plasma, impedindo a condução dos impulsos nervosos. Em poucos minutos o coração deixa de bater.

O velho Godofredo veio titubeante com a pequena Miriam, sua filha de dois anos com Maria da Paz. O corpo mirrado carregava com dificuldade a menina no colo, mas ele não sentiu menor peso quando a entregou nas mãos do homem a quem chamava de profeta. Entrou junto com Matota no mar, e assistiu quando este arremessou a criança ainda dormindo na água. Em seu depoimento, não sabia dizer em quanto tempo o corpo já sem vida voltou para perto deles dois. Quase não compreendeu quando Matota lhe deu a ordem para que fizesse o corpo voltar ao mar e o afundasse. Sem ponderar sobre o significado do gesto que faria, tocou pela última vez a filha para empurrá-la de volta ao fundo.

O velho saiu atordoado da água e foi sentar-se na areia com a cabeça baixa entre os joelhos. O vento tornava a noite mais fria a cada sopro. Nenhuma palavra era dita naqueles minutos à beira da praia. Ninguém ousava cortar o silêncio que se abatera subitamente sobre aquelas pessoas. Pedro não tivera coragem de quebrar a serenidade do sono do filho antes de o entregar com cuidado ao pastor. Samuel tinha apenas nove meses e, como qualquer outra criança de colo, apenas se alimentava do leite materno para logo em seguida voltar a dormir. Lançado ao mar pelo pastor, o garoto permaneceu inerte quando caiu como uma grande e pesada pedra arremessada, fazendo apenas o barulho da imersão abrupta na água. Sem esperar muito, como se tentasse acabar logo com aquilo, Daniel entregou a filha Cloude a Matota. Lourisvalda nada dissera ao ver o marido com a menina no colo, caminhando até a água. Assim como o irmão, Sérgio, o corpo da menina regressou pouco tempo depois para perto do pastor, que precisou da ajuda de outro membro do grupo para fazê-lo voltar ao mar.

Matota ficou esperando dentro do mar revoltado. As roupas molhadas grudavam no corpo e ele tinha certa dificuldade de caminhar. Como ninguém o entregou outra criança, saiu e foi buscar a pequena Marta, de quatro anos, que estava sentada ao lado da mãe. Carregada junto ao corpo molhado do pastor, a menina tinha os olhos semicerrados, como

se tentasse evitar que as gotas de água entrassem nos olhos. Não se deu conta como foi jogada e lutou em vão para não ser engolida pelas águas. Quando sentiu que alguém a segurava, a menina se deixou relaxar e parou de debater-se. Já estava cansada. Os braços agarraram a menina pela cintura e a lançaram de volta às ondas. Esgotados, os músculos não reagiram com tanta força e a garota afundou rapidamente.

O pastor não demonstrava cansaço. Saiu novamente da água e foi até Marivaldo, com cinco anos, o terceiro filho de Daniel que seria sacrificado naquela noite. Andou com o garoto até a beira do mar, mas não entrou muito. Com a água pouco acima dos joelhos, arremessou no vazio e a criança se chocou no mar, sendo puxado por uma onda para longe.

O delegado ouvia Marata descrever como Matota voltou-se para José Carlos, a última e mais velha criança dentre aqueles oito que seriam jogados aos cães naquela noite. Matota ergueu Obede da areia, onde estava inquieto, e o levou nos braços até o mar. O corpo levemente rechonchudo do garoto afundou em pouco tempo. Mas ele se debatia, provocando estardalhaço na água em seu entorno. Trazido pelas ondas, Matota pediu que Pedro e Arão, o Janilton, o ajudassem a manter o garoto ativo dentro da água. Lançaram-no diversas vezes, até que o impulso pela vida esgotasse e o corpo se rendesse à força do mar. Afundou.

Na areia, o restante do grupo testemunhava o sacrifício. Apenas os velhos José Catarino, o Jacó, e dona Almerinda, Raquel, se negaram a assistir o ritual e se afastaram para outro lado da praia. Apenas ouviam o barulho do mar silenciando os gritos de algumas crianças por um tempo, para, em seguida, escutar novos gritos e novamente as ondas. Feito o sacrifício, o grupo rumou de volta ao acampamento. Ninguém chorava, embora alguns estivessem emocionalmente abatidos. Dia seguinte acordariam apáticos e em transe. Por ordem de Matota, também ninguém deveria tocar no assunto.

MONTE DAS
OLIVEIRAS

Salvador, 11 de maio de 1977

– Eu via tudo, mas estava sem reação para nada – disse Pedro no laudo de exame de sanidade mental.

A frase explicava bem o que havia se passado com aquelas pessoas durante um ano e meio até aquele desfecho trágico em Stella Maris. Logo após voltarem da praia, o grupo seguiu em silêncio, apenas rezando como sempre faziam ao longo do dia. O pastor tentara tranquilizar o grupo dizendo que de nada lembrariam na manhã seguinte aos sacrifícios. De fato, aquelas pessoas testemunhavam paz estranha e singular. O único som percebido era o barulho das ondas, às vezes interrompido pelo choro dolorido do filho do casal. Não rememoravam a cena, mas ainda que sofressem com as lembranças, dificilmente deixariam transparecer ao pastor.

Porém, descuidado, Pedro vacilara e se mostrara abalado. Conversava choroso perto da mulher em um canto da praia, quando foi surpreendido pelo pastor. Furioso, Matota saiu gritando aos berros que havia recebido uma mensagem para destruí-lo também. Teria o mesmo fim das crianças. Ou pior, seria tragado pela terra, que abriria um buraco, em que ele cairia na lava incandescente. Foi a mulher, Elóquis, quem escutara o pastor comentar que, quando o homem estivesse dormindo, jogaria um bloco de cimento sobre sua cabeça. Assustado, Pedro tentou, em vão, se proteger, escondendo um facão que haviam trazido junto a si. Porém, Matota era observador atento e descobriu o facão, tomando-o para depois enterrá-lo na areia.

O depoimento daquele homem, que pela Universal Assembléia dos Santos era chamado de Fanuel, era repleto de variações de emoções. Fanuel era um dos homens de maior confiança de Matota. Talvez por estar sempre junto ao pastor, vivia um conflito de sentimentos, que era revelado cada vez que entrava no gabinete de polícia para prestar depoimento.

– Eu não sentia remorso nenhum. E se ele mandasse o pessoal se jogar tinha ido todo mundo – continuava Fanuel. Estavam lerdos e em transe, dizia. Mas a esposa não havia aceitado tão bem a decisão do sacrifício. Assim que Matota anunciou que as crianças seriam jogadas, Eloquis foi correndo conversar com o pastor e implorar pela vida dos dois filhos. A resposta foi uma ameaça de que, se insistisse, também seria lançada aos cações. Assustada, recuou e esperou pelo dia junto ao restante do grupo.

Por cerca de um mês e meio o grupo havia vivido em pleno estado de letargia. Viviam acampados em uma das dunas que ficavam perto da Lagoa do Abaeté, ao que Matota ensinou que chamassem de Monte das Oliveiras. O lugar ficava no alto, de onde podia se perceber toda a branquura que predominava na areia, que contrastava com o verde das vegetações que cercavam esse pequeno oásis. Dormiam em uma pequena tenda improvisada com troncos de madeira fincados na areia e pedaços de plástico e palhas secas que lhes serviam como lona. Mal abrigados da chuva e dos ventos que sopravam forte por causa da proximidade com o mar, amontoavam-se uns sobre os outros a fim de se aquecerem como podiam. O dinheiro conseguido com a venda dos animais e objetos na Barra havia sido entregue a Matota, que apenas entregava a alguém a quantia exata para que comprasse o alimento de todo o grupo. Dezenas de pães e latas de sardinha eram os produtos mais comprados nas vendas do bairro. Era a única aparição que faziam algum dos participantes naquela comunidade de pescadores e pequenos comerciantes.

A areia branca, durante a manhã, formava um espelho que refletia o sol em todas as direções. Era o período do dia dedicado às orações e aos cânticos de louvor a Deus. Vez ou outra, Matota ou a mulher conduziam o culto falando em línguas que só eles entendiam. Afastavam-se do grupo para algum canto das dunas e, quando voltavam, era comum que trouxessem uma vontade do Deus ou um castigo a ser aplicado nas crianças a quem chamavam de demônios. Foi também em um desses dias,

em que se afastou do grupo em direção à praia, que Matota e Marata voltaram dizendo que estava próximo o dia em que seriam sacrificadas as crianças. Alertou que ninguém fugisse, nem mesmo tentasse esconder os pequenos. Se isso ocorresse, seriam atingidos pela ira de Deus, que faria com que o Monte se abrisse e todos morressem soterrados. Nem sequer conversavam um com o outro com medo que Deus ou o profeta pudessem escutar.

Para o delegado Medrado, à proporção que os participantes iam depondo, novos detalhes eram revelados, assim como a participação exata de cada um no sacrifício. Aparentemente isentos num primeiro momento, Fanuel e Arão, tiveram de voltar a um segundo depoimento depois que Marata apontou a participação deles na morte do pequeno José Carlos, o Obede. Não eram apenas testemunhas, mas cúmplices dos assassinatos e deveriam responder criminalmente. Procurou a folha do depoimento de Pedro. Lá, o homem que havia sido batizado de Fanuel, relatava com descaso.

– Maurino solicitou ajuda aos companheiros, uma vez que a criança, que tinha oito anos de idade, voltou à praia várias vezes. Obrigou que todos participassem e a atirassem bem longe.

Contra a parede, o homem admitiu e chorou ao ver as fotos dos filhos mortos. Arão disse que ajudara o pastor por medo de ser sacrificado também. Maria Alves, a Eliquis, foi a única que declarou não participar mais do grupo. Quando lhe perguntaram, ao final do depoimento, se gostaria de falar mais alguma coisa que ainda não havia sido perguntada, a jovem se disse arrependida pelo que tinha acontecido e lamentou.

Os policiais ainda haviam estado na região das dunas logo após a prisão do grupo, lembrou o delegado. O povo de Nova Brasília de Itapuã estava assustado, pois temiam que outras crianças corressem perigo. Alguns diziam ter ouvido novos gritos na região da praia, outros teriam visto

vultos na região que seria o Monte das Oliveiras, no Alto do Soraima. E mesmo com o depoimento de todos afirmando que não havia outros envolvidos, o delegado Medrado coordenou uma varredura no local alguns dias depois. O acampamento foi mais uma vez revistado. O lugar ainda estava de pé, as toalhas forrando o plástico que os protegiam do contato com a areia, as tendas de palhas secas cobrindo as lonas, painéis com marcas recentes de combustão e restos de comida, pedaços de roupa dos participantes e das crianças, tudo como fora revirado pelos policiais no dia das prisões e mais tarde pelos curiosos vizinhos. O delegado da 9ª Delegacia Almiro Araújo teria pedido ao chefe do posto policial de Itapuã que ficasse sempre vigilante naquela área. Antes, porém, as barracas foram destruídas e queimadas. Era preciso acabar com a romaria que os moradores da área estavam fazendo àquele lugar.

CASTIGOS E
PUNIÇÕES

Encolhido, numa medrosa humildade de cão escorraçado, o velho José Catarino de S., de 68 anos, está sendo recambiado para Barra de Mundo Novo, onde nasceu e sempre viveu – e por isso é que aperta contra o peito a sua matolagem, um compacto encardido saco de plástico que deixa ver no seu interior pedaços de pão e rapadura e sujíssimas peças de roupa. A lei não encontrou em toda a sua parafernália de penalidades, nem mesmo em suas armadilhas mais sutis, um só artigo no qual o atarantado ancião pudesse ser enquadrado. Ele não participou diretamente do crime, não o sugeriu ou endossou (...). Foi apenas, e somente isso, uma testemunha compulsória e siderada do pavoroso acontecimento. Praticamente a mesma é a situação de sua mulher, Almerinda, de 40 anos, uma negra que pela estatura, o corpo forte e o pescoço comprido se destaca do grupo franzino e atarracado. Há dias ela não via seu velho companheiro – pois cada membro do grupo foi recolhido a diferentes celas das diferentes delegacias de Salvador –, e quando o reencontra beija-o carinhosamente na face. É fácil perceber nos dois a ansiedade que têm de livrar-se daquele pesadelo todo e voltar ao seu roçado, em Barra de Mundo Novo, e ao convívio dos sete filhos, seis homens de 25, 22, 19, 18, 17 e 15 anos, respectivamente; e uma moça de 24, sobre os quais, segundo as leis do inflexível código familiar do sertão, a ascendência do velho pai continua inalterável, como se nada tivesse acontecido.

Igualmente recambiada será Lourisvalda A. de A., de 19 anos, quase disforme na sua gravidez de oito meses. Matota, ao incorporá-la ao seu corpo, batizou-a com o nome bíblico de Abigail, e dela e do seu marido Dario L. de Jesus, o Daniel, exigiu como prova de que não ‘vacilavam na fé’, o afogamento de três de seus filhos (...). Em sua companhia seguirá também Romildes A., a Elóquis, de 20 anos, o ventre também estufado

pela gravidez adiantada, mulher de Pedro B. dos S., o Fanuel, ambos pais de Andréa, de 2 anos, e de Samuel, de apenas 8 meses, também sacrificados na noite passada em Ipitanga. E mais outros logo serão mandados de volta – porque não há o que fazer com eles. Com exceção, talvez, de Matota, lastimável caricatura de Moisés, e de mais uns dois cuja participação no afogamento coletivo da enluarda noite daquele sábado consistiu apenas, agindo como robôs controlados pelo fanatismo, em entregar as crianças ao chefe da seita, na orla da praia, para que este as jogasse no mar. Triste e confusos espectros, breve estarão todos confundidos com os demais fantasmas que povoam o mundo apagado e esquecido de Barra do Novo Mundo, um ajuntamento de casebres que tentam inutilmente disfarçar sua extrema miséria com as cores vivas – azul, amarelo, verde – das suas platibandas e janelas; e em cujas duas praças e três ruas é comum encontrar crianças e porcos patinando no mesmo lamaçal, de um fedor insuportável.

Fonte: revista Manchete, 28 de maio de 1977.

O inquérito policial que apurou todo o caso da morte das cinco crianças foi concluído no dia 24 de maio, menos de um mês desde a descoberta dos corpos. Quando a matéria da revista Manchete chegou às bancas, os quatro participantes da seita já haviam sido transferidos de volta para Barra. Foram levados em duas viaturas da polícia, as três mulheres e o velho seriam apresentados ao delegado João Rocha, que deveria lhes garantir a segurança até que voltassem ao povoado de origem.

Os ânimos em Mundo Novo, desde que a notícia se espalhara, estavam exaltados. Não era de se estranhar que, em toda a cidade, o único assunto comentado fosse esse. Seu Vavá havia se comprometido em aceitar de volta os trabalhadores, assim como já fizera com o rapaz que havia fugido. Aos poucos, aqueles quatro personagens seriam incorporados nova-

mente ao seu lugar de origem. Outros dois grupos seriam transferidos para Mundo Novo algum tempo depois. Quanto aos demais envolvidos, pairava sobre eles o estigma da loucura e da ignorância.

Salvador, agosto de 1977

Segundo os primeiros laudos de sanidade mental expedidos pelos psicólogos na Colônia Penal Lafayette Coutinho, Matota havia sido diagnosticado “com traços catatônicos e sinais de uma personalidade desestruturada”. Marata, por sua vez, era descrita como possuidora de uma “expressão apática, passiva, apresentando desordem de humor depressiva, tendendo à despersonalização dos afetos”. A prisão dos dois era determinação do juiz Gerson Pereira dos Santos e eles foram encaminhados à Casa de Detenção no dia 22 de agosto de 1977. O mandado de prisão preventiva ainda ordenava a captura imediata de outros cinco participantes: Dario de Jesus, o Daniel, Pedro dos Santos, o Fanuel, Godofredo, o Josué, Janilton, o Arão, e Floraci, a Ana. Liberados anteriormente pela polícia, eles deveriam ser devolvidos para Salvador.

E assim foi feito. Quatro deles foram conduzidos até a Casa de Detenção no dia 9 de agosto daquele ano. Depois de um mês seriam transferidos para o Manicômio Judiciário, onde ficariam por um ano e meio à espera dos resultados dos laudos médicos que concluíssem a ação penal. Godofredo, o Josué, porém, não foi encontrado e por isso não fora recapturado junto com o grupo. Os cinco haviam sido transferidos de volta a Mundo Novo depois de liberados pelo delegado, que não encontrara uma brecha para enquadrá-los como réus. Com a prisão, a Justiça entendera que os cinco haviam participado ativamente das mortes das oito crianças na noite do sacrifício. Não eram apenas meras testemunhas que deporiam contra o casal Matota e Marata, a quem recaía maior peso e responsabi-

lidade. Agora, eram réus. Os cinco haviam passado cerca de três meses tentando reconstruir os laços que haviam se quebrado quando da partida do povoado. O chamado de volta da Justiça os pegaria de surpresa.

– O Dr. Medrado nos soltou da prisão e nós ficamos uns três meses em Mundo Novo, trabalhando soltos e tomando conta da família. Só ficaram presos Matota e a mulher Marata. Quando foi agora, já tem um mês, nós cinco recebemos prisão preventiva. Mas um fugiu, o Godofredo. Eu não sei porque nós fomos chamados de volta – disse Dario, o Daniel, para a psicóloga que realizava o seu exame de sanidade mental no Manicômio Judiciário.

Enquanto aguardavam a conclusão dos laudos e o parecer médico que seria anexado ao inquérito, os quatro permaneceram confinados no Manicômio. Como se todo o confinamento e a demora já não fossem espécie de pena previamente cumprida, o juiz Moacyr Pitta Lima enviou uma carta ao diretor da instituição pedindo que acelerasse a liberação dos laudos a fim de o caso poder seguir em direção à punição dos envolvidos. Mesmo com o pedido do magistrado, a demora na entrega se estenderia até 11 de abril de 1979, quando o último laudo foi enviado à Divisão de Assuntos Penais.

Prédio da SSP, Salvador, 23 de setembro de 1977

Matota e Marata rumaram para o prédio do Manicômio Judiciário em viaturas diferentes. Há muito tempo não se viam: ele, detido na Terceira Delegacia, e ela na Polícia Feminina. Tinham um aspecto físico mais bem cuidado desde que haviam se visto, no auge dos interrogatórios, naquelas agitadas semanas de maio. A fisionomia dos dois estava mais serena. Seriam, por fim, transferidos para onde aguardariam o julgamento. Di-

ferente de um reencontro caloroso de um casal apaixonado, os dois não puderam trocar mais do que um afável olhar. Os policiais não deixaram que se aproximassem. Ele partiu na frente e ela logo mais atrás. Encaminhados às salas onde seriam examinados por um grupo de psicólogos, ela olhava com a cabeça sempre erguida para a silhueta do homem que era conduzido algemado a sua frente. Jamais baixava o olhar. Uma dignidade que emergia não se sabia de onde. Eles esperariam por um bom tempo a conclusão dos laudos médicos para que fosse marcada a data do júri popular, que jamais aconteceria.

Nesse tempo de incertezas, um dos participantes da seita não aguardaria o julgamento dos homens na Terra. Cerca de nove meses depois da prisão no Manicômio Judiciário, na tarde de 4 de julho de 1978, Floraci, a Ana, morre no Hospital Getúlio Vargas, em Salvador, vítima de uma broncopneumonia. Os jornais noticiariam o fato apenas quatro meses depois.

Somente ontem, depois de mais de quatro meses, tomou-se conhecimento da morte de Floraci, a Ana, uma das integrantes da seita Universal Assembleia dos Santos criada pelo profeta José Maurino, o Matota. A informação foi colhida junto à Primeira Câmara Criminal, onde o advogado Sérgio Habib impetrou pedido de Habeas Corpus para D.L.J., o Daniel, Janilton S. S., o Arão e Pedro B. S., o Fanuel, pais das oito crianças mortas na praia de Ipitanga, na noite de 29/04 do ano passado. Os três cumprem prisão preventiva.

Fonte: jornal A Tarde, 30 de novembro de 1978.

Os pareceres médicos vieram acompanhados de uma análise mais embasada na sociologia do que na psiquiatria. Dario, Janilton, Pedro não foram considerados culpados, apesar de terem participado da noite dos

sacrifícios. Também não foram considerados loucos. Para explicar a inocência dos três acusados, os médicos apontaram uma espécie de anulação da vontade pessoal diante do novo contexto social, no caso, uma seita. Além da falta de aspirações pessoais, a miséria a que estavam submetidos teria enfraquecido suas resistências naturais diante do carisma do líder Matota. Sem compreender, haviam penhorado suas decisões. Suas vozes já não saiam mais de suas bocas. Nem mais seus pensamentos lhes pertenciam. Suas próprias pernas os haviam conduzido a um caminho do qual já não se poderia recuar. Seus pés, quando se deram contam, pisavam a areia branca e não mais o terreno de solo vermelho e seco. As mãos não mais seguravam as enxadas, mas agarravam pequeninos braços para lançá-los ao mar. Os olhos estavam perdidos na falsa lucidez. Estavam perdidos.

Em relação à sanidade de Dario, os médicos Gildo R. Pimentel e Marianita Requião concluíram pela lucidez e boa orientação, mas ponderaram para um possível determinismo. *“Humor normal. Embora não apresente distúrbios formais ou de conteúdo do pensamento, se expressa por meio de um vocabulário pobre e restrito, tanto no sentido qualitativo quanto quantitativo. (...) No caso delituoso em que está envolvido, Dario L. de Jesus é antes de tudo uma vítima, raciocinando-se em termos de Psiquiatria Social. Em que pesem tais considerações, do ponto de vista psiquiátrico-forense, afirmamos que à época do delito o periciando era inteiramente capaz de entender o caráter criminoso do fato e a determinar-se de acordo com esse entendimento.”* O diagnóstico da saúde mental de Pedro, batizado de Fanuel, apontava para os mesmos problemas sociais e de submissão diante das ações do grupo. *“Personalidade frágil. Passivo, com fortes traços de estereotípiã mental, aliada a um primitivismo cultural que dificultam a sua relação com o meio externo. Todavia, não se configura quadro psicopatológico. (...) Concluindo, querem informar que Pedro B. dos Santos, apesar de vivenciar no grupo a supervalorização de ideias, estas seriam mais coletivas do que o individual. Não apresentando a época do fato delituoso distúrbios psicopatológicos que evidenciassem a presença de uma enfermidade psiquiátrica”.*

Os resultados dos testes realizados com Janilton, o Arão, foram semelhantes quanto à compreensão da realidade durante os crimes. Os médicos Hamilton Meira e Marianita Requião ironizaram a falta de uma legislação que punisse os crimes decorrentes dos problemas sociais. *“O que se observa no periciando é o seu baixo nível intelectual cuja causa básica e fundamental se estriba na falta completa de educação psicopedagógica. Se ele é analfabeto, se não tem ele uma boa instrução, boa educação e as condições mais primárias para entender os problemas ético-sociais, as causas disto devem ser buscadas na falta de condições sócio-econômicas, no seu ambiente de vivências, enfim, na total falta de assistência que flagela o povo nordestino, abandonados ao léu da própria sorte, e não na falta de condições mentais para apreendê-las e assimilá-las. Na falta das condições acima referidas, estas pessoas, como é o caso do periciando, são facilmente levadas à marginalidade, à delinqüência e à sugestibilidade. Se os crimes por ‘doenças sociais’ não estão previstos no Código Penal Brasileiro não nos cabe aqui discutir as razões. Não sendo, pois, o periciando um doente mental, só resta aos peritos afirmarem que à época do delito era o acusado inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do ato e de determinar-se de acordo com esse entendimento”.*

A conclusão sobre a saúde mental do casal Matota e Marata foi inversa a dos três participantes da seita. Não seriam tratados como vítimas ou como atores de crimes sociais. Ambos, *“por doença mental, eram ao tempo do fato inteiramente incapazes de entender o caráter criminoso do dito fato”*, concluía o documento pardo entregue diretamente ao juiz encarregado do caso.

Manicômio Judiciário, Salvador, 1977-1985

Os oito anos que permaneceram no Manicômio Judiciário, Matota e Marata ficaram em alas diferentes do imenso prédio antigo na Baixa do

Fiscal. Logo quando foram transferidos da Casa de Detenção, Matota tentava a todo modo encontrar a mulher. Chegara a invocar, em determinada ocasião, sua suposta intimidade com o Espírito Santo para que o colocasse junto a ela. Os dois apenas se viam em ocasiões especiais com liberação da direção do Manicômio. Se sentindo solitário, ele não conversava com nenhum dos outros internos, exceto para afastar com irritação aqueles que insistiam em querer escutar os detalhes do sacrifício. Não se sentia motivado a participar das atividades oferecidas pela instituição para ocupar os pacientes. Ficava deitado no pátio, sempre isolado dos demais. Porém, estimulado pela equipe do setor de Terapia Ocupacional, começaria a desempenhar pequenos ofícios na tecelagem. Mais tarde, tendo adquirido mais confiança dos seus tutores, passaria a trabalhar no refeitório dos funcionários.

Nesse tempo, Marata chegou a se ocupar como ajudante do dentista que atendia aos internos. Trabalhava pela manhã e pela tarde, mas não duraria muito. Os nervos – como se referiam as auxiliares da instituição às inconstâncias de humor de Marata – não a deixavam em paz.

A primeira vez que Matota entrou na sala da psiquiatria aparentava um jeito amansado. Os olhos não desgrudaram do sujeito vestido em um engomado jaleco branco. O médico Hamilton Meira tinha 28 anos, um a menos do que Matota. Formado há dois anos, logo havia se interessado pela área da psiquiatria e, há um ano, trabalhava no Manicômio Judiciário. Aquele não era o primeiro laudo que faria sobre o caso. Estava empolgado com o assunto e, naquela época, comprou uma série de livros para entender melhor a história, dentre eles Os Sertões, de Euclides da Cunha.

Matota tinha a barba bem feita, os cabelos penteados, as unhas aparadas e a roupa bem alinhada ao corpo, que lhe davam um aspecto naturalmente saudável. Comportava-se bem no tempo em que ficara confinado no Manicômio, segundo a observação dos funcionários. O médico iniciou

o exame perguntando-lhe dados da sua vida. A memória brincava de lhe esconder algumas informações que antes sabia de cor. A idade dos irmãos, os sobrenomes dos pais, o dia e o mês em que chegara a Salvador saído de Santo Antonio de Jesus, tudo se perdera em meio a tantos outros nomes e datas. As ideias iam além da fixação que demonstrava anteriormente em defender suas crenças. Não parecia o profeta – como o tratavam os outros membros do grupo, também lá encerrados – que chegara alguns meses antes. Quando narrava sobre a noite em que ordenara os sacrifícios das crianças, se mostrava cuidadoso em dar-lhes os devidos nomes, como se assim reparasse algum tipo de falta. Evitava, no entanto, descrever a cena em detalhes. Embora a fala conservasse alguns termos do tempo em que liderava os cultos da seita religiosa, não tinha o tom proselitista de antes. Contava com detalhes de como se apaixonara por Nilza e de como se mudara até a Barra para viver com ela. Contou que tinha muitos pesadelos à noite. Continuava ouvindo vozes. Nesses momentos, sentia vontade de chorar. Mas também sentia esperança de sair dali, trabalhar, continuar freqüentando a Igreja. Queria ter uma vida normal, dizia com um sorriso forçado e notadamente ansioso.

Mostrava-se ora impaciente, quando percebia que o médico não compactuava com suas opiniões, ora conformado, quando não conseguia convencê-lo. O médico não via naquele homem qualquer traço que lhe remetesse ao sujeito identificado no processo anexado à sua ficha médica. Apenas o humor abatido e levemente depressivo de Matota denunciava o estado de ânimo. Estava arrependido. Os olhos estavam lúcidos e queixavam-se de uma sina da qual ele só conhecia o passado. Compreendia o que fizera e que pagava por isso. Ao ser confrontado sobre os próprios atos na formação da seita, entregou-se num gesto acuado:

– Doutor, eu não sei como aconteceu aquilo, não. Eu, Dr. Hamilton, eu não sou homem de fazer mal a uma mosca – pronunciou sem hesitar, mas com o corpo em soluços.

A frase se assemelhava à dita por Marata, quando esteve naquela mesma sala algum tempo depois. Ela estava adequadamente vestida, os cabelos alinhados, penteados para trás, presos por uma presilha de ferro. Os olhos eram retos e miravam a face do médico sem hesitar. Queixava-se com freqüência de dores de cabeça e pequenos tremores. Os exames não diagnosticariam a causa de tanto sofrimento no forte corpo e, por fim, atribuíram aos sofrimentos no sistema nervoso. Quando entrou no gabinete do médico, e foi perguntada sobre como era sua vida antes de fazer parte da seita religiosa fundada pelo seu marido com o seu apoio, ela desabou. A fala entrecortada ao choro convulsivo mal podia ser compreendida.

– Nunca maltratei um animal, quanto mais um ser humano...

O arrependimento daquela mulher, segundo testemunharia o psiquiatra, não tinha a mesma convicção do testemunhado em Matota. Talvez não assumisse completamente a culpa pelo ocorrido na noite do sacrifício, mas demonstrava a mesma força imperativa em obedecer às suas crenças religiosas. Sua força na fé que possuía não fora abalada em nenhum segundo que passara ali dentro, concluiria o médico que assinara o seu laudo psiquiátrico. Ali estava alguém que não hesitaria em cumprir a uma nova ordem de Deus.

As palavras do psiquiatra Hamilton Meira, mais de 20 anos depois, resumiriam o entendimento que tiveram os médicos sobre o Caso Matota e Marata à época:

– Não era loucura. Era uma crença. Não existia a perda da realidade, no sentido psiquiátrico do fenômeno da alteração de personalidade, um

quadro que tivesse conduzido aquelas pessoas a aquele discurso. Era uma coisa mais voltada para as circunstâncias da religião, da crença religiosa. O que você vê em Matota você vê aí em outras personalidades religiosas.

Impressionado com o caso, o médico estivera em Barra de Mundo Novo, frequentara a Igreja Assembleia de Deus buscando entender como funcionavam as igrejas pentecostais, além de ter lido inúmeros livros sobre fanatismo religioso. Foi à Igreja Universal do Reino de Deus, no Aquidabã, na Deus é Amor, no bairro das Sete Portas, refazendo os passos por onde passara Matota alguns anos antes, quando ali vivia. Concluiria, depois:

– Ele tinha passado pela Deus é Amor, mas ele sempre foi um indivíduo muito esperto. Ora, ele vendia aquelas telas para colocar na frente da televisão para dizer que era colorida – brincou – Ele só veio a assumir essas coisas dos dons quando começou a perceber a perspectiva religiosa dos pentecostais. Talvez ele antes não tivesse percebido o quanto era significativo aquela coisa do pentecostal, dos dons do Espírito Santo quando ele recebia. E aquilo veio naturalmente com a liderança que ele passou a ter, que foi muito rápida. A Maria Nilza, realmente... Se alguém tivesse que ter algum problema seria Maria Nilza.

EPÍLOGO

O julgamento do casal Matota e Marata nunca se realizaria. Em seu lugar, após uma série de novos depoimentos, foram aplicados, em 15 de fevereiro de 1982, Medidas de Segurança. O tratamento diferenciado era destinado aos dois por terem sido considerados culpados pela morte das oito crianças. Mas, por serem portadores de doenças mentais, não poderiam ser considerados responsáveis pelos próprios atos. Não deveriam ser punidos, mas sim, tratados. A determinação, que substituíra uma pena aplicada a um criminoso comum, se estenderia por um prazo de seis anos. Enquanto isso, ambos continuariam sendo custodiados no Manicômio Judiciário.

A Carta de Ordem de Desinternação foi assinada no dia 12 de setembro de 1985 e determinava a liberdade vigiada do casal pelo período de um ano. O documento determinava que os dois devessem comunicar se haviam conseguido trabalho e quanto ganhavam, não poderiam beber ou sequer serem vistos próximo a bares, deveriam voltar cedo para casa e não poderiam se mudar sem antes comunicar ao juiz determinado para acompanhá-los. Por intermédio de uma assistente social, que entrara em contato com a mãe de Marata, dona Izabel, ela informava que “receberia Maria Nilza com muito carinho”. A família de Matota ainda vivia em Santo Antônio de Jesus e, durante alguns feriados, ele chegara a ir visitar os pais.

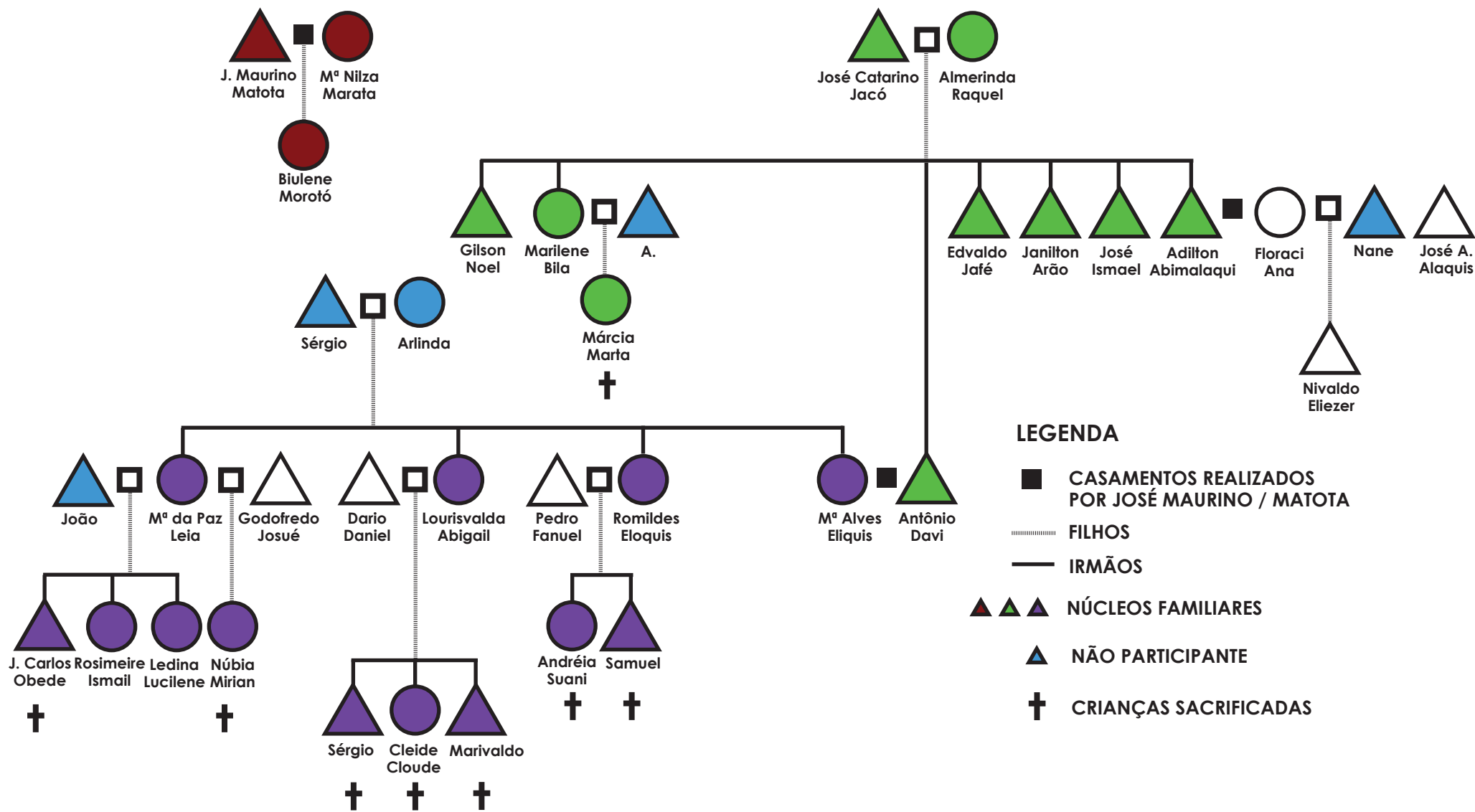
Contava o mês de setembro de 1985, quando Matota e Marata cruzaram juntos o portão do Manicômio Judiciário. O sol forte iluminou os rostos dos dois, cegando-os temporariamente. Por algum tempo ficaram paralisados, pois nada enxergavam. Seus olhos estavam desacos-

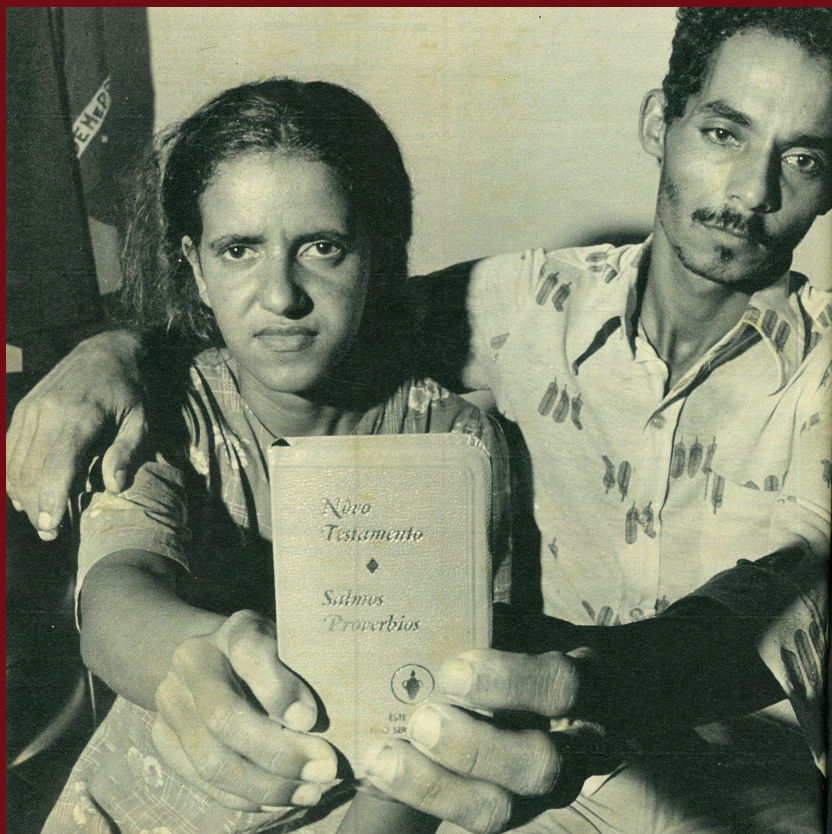
tumados com tamanha liberdade, assim como seus pés, que não sabiam em qual direção seguir.

E os que estavam com Paulo viram, em verdade, a luz, e se atemorizaram muito, mas não ouviram a voz daquele que falava com ele. Então disse: Senhor, que farei? E o Senhor disse: Levanta-te, e vai a Damasco, e ali se te dirá tudo o que te é ordenado fazer. E, como não enxergava, por causa do esplendor daquela luz, foi levado pela mão dos que estavam consigo. (Apóstolo Paulo, em Atos, 22. 10-11)

ANEXO - UNIVERSAL ASSEMBLEIA DOS SANTOS

Quadro genealógico da organização religiosa





Em maio de 1977, oito crianças foram afogadas durante um ritual de sacrifício religioso em uma praia de Salvador. Após a investigação, descobriu-se que o crime estava relacionado a uma seita, a Universal Assembleia dos Santos, liderada pelo casal de pastores José Maurino e Maria Nilza, autointitulados Matota e Marata. O livro-reportagem *Matota e Marata – Os Cavaleiros da Fé* utiliza o viés jornalístico para recriar a cronologia dos fatos que culminaram na morte das crianças e as consequências jurídicas que se seguiram ao crime. Diante da dificuldade temporal de se religar à história, através dos seus personagens, duas fontes foram tomadas como base para a criação narrativa: as fontes jornalísticas – jornais e reportagens veiculadas à época – e as fontes processuais - laudos médicos, depoimentos dos acusados e decisões judiciais. Este livro-reportagem é um trabalho experimental de graduação do curso de jornalismo da Universidade Federal da Bahia.